



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

CONTRATO Nº 14/2020

CONTRATO Nº 14/2020

PROCESSO ELETRÔNICO SEI N. [0000722-74.2020.6.22.8000](#)

PREGÃO ELETRÔNICO N. 26/2020

CONTRATO QUE CELEBRAM ENTRE SI A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA HR SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FILMAGEM, CAPTAÇÃO DE IMAGENS E SONS, PRODUÇÃO, EDIÇÃO E FINALIZAÇÃO DE VÍDEOS, SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE TELÃO LED COM PROJEÇÃO DE IMAGENS E SERVIÇOS DE CAPTAÇÃO DE IMAGENS COM SUA RESPECTIVA GRAVAÇÃO PARA ATENDER DEMANDA DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS E PROJETO ELEITOR EM PERSPECTIVA 2020.

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG 294.893-SSP/RO e CPF 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **HR SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. 07.494.365/0001-69, com sede na Rodovia Anel Viário, nº 9301, Lote 5 - Bairro Anel Viário - CEP: 76.914.899, em Ji-Paraná/RO, Telefone (s): (69) 3421-6646/(69)98479-3963, E-mail(s): administrativo@hrdigital.com.br; publicacao@hrdigital.com.br, neste ato representada pela senhora **DANIELLE CRISTINA DA SILVA**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG 000914576/SESDEC-RO e CPF 874.283.262-49, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, por força do presente instrumento e em conformidade com: o Edital de Pregão respectivo e seus Anexos; o Ato de Autorização da Licitação constante no Despacho n.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

671/2020-PRES/DG/GABDG, de 19/05/2020 (evento [0536332](#)); e o Termo de Homologação do Pregão Eletrônico constante na Decisão n. 11/2020-PRES/DG/GABDG (evento [0573160](#)), de 24/08/2020, bem como nas demais normas vigentes aplicáveis ao objeto deste instrumento, têm entre si, justo e acordado, o presente CONTRATO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

(Art. 55, I e XI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de filmagem, captação de imagens e sons, produção, edição e finalização de vídeos, serviço de instalação de telão LED com projeção de imagens e serviços de captação de imagens com sua respectiva gravação para atender demanda das Eleições Municipais e Projeto Eleitor em Perspectiva 2020, de acordo com as descrições e quantidades relacionadas no quadro adiante:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	1	Contratação de serviço de filmagem, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando duas câmeras	Período de 4 horas	45
	2	Contratação de serviço de filmagem, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando uma câmera - Capital.	Período de 4 horas	40
	3	Contratação de serviço de filmagem, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando uma câmera - Projeto Eleitor em perspectiva.	Período de 4 horas	13
	4	Contratação de serviço de filmagem realizado com a utilização <i>drone</i> profissional	Período de 2 horas	10

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		com equipamento de alta performance para captação de imagens, vídeos e tomadas aéreas, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons.		
	5	Contratação de serviço de produção, edição e finalização de vídeo documentário institucional (VT) de 5 até 15 minutos das captações de imagens, vídeos e sons (itens 1 e 3), podendo o TRE-RO também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.	Unidade	3
	6	Contratação de serviço de produção, edição e finalização de vídeo documentário institucional (VT) de 10 até 20 minutos das captações de imagens, vídeos e sons (itens 1 e 3), podendo o TRE-RO também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.	Unidade	2
	7	Contratação de serviço de produção, edição e finalização de vídeo institucional de até 2 min das captações de imagens, vídeos e sons (itens 1, 2 e 3), para o canal YouTube do TRE-RO – e redes sociais, podendo o Tribunal também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.	Unidade	40
	8	Contratação de serviço de produção, edição e finalização de vídeo institucional de até 4 min das captações de imagens, vídeos e sons (itens 2 e 3),	Unidade	5



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	podendo o Tribunal também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.		
	TOTAL DE ½ (MEIA) DIÁRIAS (períodos de 4 horas) ESTIMADAS PARA O LOTE 1		108
	TOTAL DE VÍDEOS INSTITUCIONAIS ESTIMADOS PARA O LOTE 1		50

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO
2	1	Contratação do serviço de instalação de 2 (duas) unidades de painel de LED (3m x 5m) – 1º turno das Eleições 2020.
	2	Contratação do serviço de instalação de 1 (uma) unidade de painel de LED (3m x 5m) – 2º turno das Eleições 2020.
	3	Outros eventos institucionais do TRE-RO.
	TOTAL DE 1/2 DIÁRIAS (períodos de 4 horas) E	

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	DIÁRIAS	Quantidade de Diárias
3	1	Contratação do Serviço de Captação de imagens da Auditoria de Urnas Eletrônicas por meio de Votação Paralela, para auditoria de três urnas eletrônicas, que se realizará no Dia 04/10/2020 (Domingo) – 1º turno das Eleições 2020.	Período de 12 horas	1



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	2	Contratação do Serviço de Captação de imagens da Auditoria de Urnas Eletrônicas por meio de Votação Paralela, para auditoria de duas urnas eletrônicas, que se realizará no Dia 25/10/2020 (Domingo) – 2º turno das Eleições 2020, se houver.	Período de 12 horas	1
	TOTAL DE DIÁRIAS ESTIMADAS PARA O LOTE 3			2

Subcláusula Primeira - A quantidade informada acima é estimada, não obrigando o CONTRATANTE a efetuar a aquisição de sua totalidade durante a vigência deste Contrato.

Subcláusula Segunda - Os serviços indicados nos itens 2 dos LOTES 2 e 3 ficarão condicionados à realização de 2º turno das Eleições no Município de Porto Velho-RO.

Subcláusula Terceira - Os prazos e datas acima informados poderão sofrer alterações, mediante justificativa, para atendimento do interesse público, e conforme necessidade e conveniência para a administração, previamente comunicados à CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE, respeitada a legislação correlata.

Subcláusula Quarta – Vinculam-se ao presente Contrato, independente de transcrição, as normas e disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos, inclusive no Termo de Referência respectivo, e na proposta da CONTRATADA vencedora do mencionado certame.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DA ESPECIFICAÇÃO E DETALHAMENTO DO OBJETO

(Art. 55, II e IV, da Lei n. 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA - A especificação e detalhamento do objeto desta Contratação estão dispostos no Termo de Referência respectivo e transcritos no Anexo I deste Contrato.

DA POSSIBILIDADE DE SUBCONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA TERCEIRA – Pelas características dos serviços - que não exigem responsáveis técnicos indicados e habilitados legalmente e com vínculo com a empresa contratada - fica permitida a subcontratação de até 50% (cinquenta por cento) dos serviços, nos termos da faculdade conferida pelo art. 89 da IN TRE-RO nº 04/2008.

Subcláusula Primeira – A subcontratação deverá ser previamente aprovada pelo CONTRATANTE.

Subcláusula Segunda - Os trabalhos da empresa subcontratada deverão submeter-se à coordenação e supervisão da CONTRATADA de modo a proporcionar o andamento harmonioso, em seu conjunto, permanecendo sob inteira responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das obrigações contratuais.

Subcláusula Terceira - Os serviços eventualmente subcontratados deverão observar todas as especificações definidas neste termo de referência.

Subcláusula Quarta - A subcontratação de partes do objeto não libera a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades técnicas, legais e/ou contratuais.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Quinta - Responderá a CONTRATADA perante a Administração pela parte que subcontratou.

DO REGIME DE EXECUÇÃO

(Art. 55, II, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUARTA – A execução do objeto desta contratação será realizada de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário.

DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO

(Artigo 57, caput e § 3º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUINTA - Este Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura no Sistema Eletrônico da Informação – SEI, compreendendo o período de execução e o prazo adicional necessário para finalização das medidas de fiscalização, pagamento e encerramento do contrato.

I - Os prazos previstos e estimados para vigência e execução dos serviços estão definidos no quadro adiante, os quais poderão sofrer alterações ou prorrogações, conforme juízo de conveniência e oportunidade do CONTRATANTE:

1. SERVIÇOS DA SEÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E MEMÓRIA ELEITORAL

Lo te	Ite m	Descrição	Unidade	Quantid ade	Prazo de execuç ão	Prazo Vigênc ia do contra to
1	1	Contratação de serviço de filmagem, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando duas	Período de 4 horas – duas câmeras	45	10 meses, contad os da assinat	12 meses a partir da assinat



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	câmeras			ura do contrat o	ura do contrat o.
2	Contratação de serviço de filmagem, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando uma câmera.	Período de 4 horas – uma câmera	40	10 meses, contados da assinatura do contrato	12 meses a partir da assinatura do contrato.
3	Contratação de serviço de filmagem, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando uma câmera - Projeto Eleitor em perspectiva.	Período de 4 horas – uma câmera	13	10 meses, contados da assinatura do contrato	12 meses a partir da assinatura do contrato.
4	Contratação de serviço de filmagem realizado com a utilização drone profissional com equipamento de alta performance para captação de imagens, vídeos e tomadas aéreas, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons	Período de 2 horas - drone	10	10 meses, contados da assinatura do contrato	12 meses a partir da assinatura do contrato.
5	Contratação de serviço de produção, edição e finalização de vídeo documentário institucional (VT) de 5 até 15 minutos das captações de imagens, vídeos e sons (itens 1 e 3) , podendo o TRE-RO também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.	Unidade de vídeo documentário institucional de 5 até 15 minutos	3	10 meses, contados da assinatura do contrato	12 meses a partir da assinatura do contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6	Contratação de serviço de produção, edição e finalização de vídeo documentário institucional (VT) de 10 até 20 minutos das captações de imagens, vídeos e sons (itens 1 e 3) , podendo o TRE-RO também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.	Unidade de Vídeo documentário institucional de 15 até 20 minutos	2	10 meses, contados da assinatura do contrato	12 meses a partir da assinatura do contrato.
7	Contratação de serviço de produção, edição e finalização de vídeo institucional de até 2 min das captações de imagens, vídeos e sons (itens 2 e 3) , para o canal YouTube do TRE-RO –e redes sociais, podendo o Tribunal também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.	Unidade de Vídeo institucional de até 2 min	28	10 meses, contados da assinatura do contrato	12 meses a partir da assinatura do contrato.
8	Contratação de serviço de produção, edição e finalização de vídeo institucional de até 4 min das captações de imagens, vídeos e sons (itens 2 e 3) , podendo o Tribunal também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.	Unidade de Vídeo institucional de até 4 min	5	10 meses, contados da assinatura do contrato	12 meses a partir da assinatura do contrato.

2. SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO PAINEL DE LED PARA DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS:

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Lote	Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Prazo de execução do contrato	Prazo de vigência do contrato
2	1	Contratação do serviço de instalação de 2 (duas) unidades de painel de LED (3m x 5m) para divulgação dos resultados da eleição no dia 04/10/2020 (Domingo) – 1º turno das Eleições 2020, Cerimônia de Diplomação dos Eleitos e eventos institucionais.	Telão – DIÁRIA	2	10 meses, contados da assinatura do contrato	12 meses a partir da data de assinatura.
	2	Contratação do serviço de instalação de 1 (uma) unidade de painel de LED (3m x 5m) para divulgação dos resultados da eleição no dia 25/10/2020 (Domingo) – 2º turno das Eleições 2020, possíveis eleições suplementares e eventos institucionais, se ocorrerem.	Telão – DIÁRIA	1	10 meses, contados da assinatura do contrato	12 meses a partir da data de assinatura

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	3	Outros eventos institucionais TRE-RO.	Telão – DIÁRIA	8	10 meses, contados da assinatura do contrato	12 meses a partir da data de assinatura.
--	---	---------------------------------------	----------------	---	--	--

3. SERVIÇOS DA AUDITORIA DE URNAS ELETRÔNICAS:

Lote	Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Data e horário prevista para início da execução dos serviços	Vigência do contrato
3	1	Contratação do Serviço de Captação de imagens da Auditoria de Urnas Eletrônicas por meio de Votação Paralela, que se realizará no Dia 04/10/2020 (Domingo) – 1º turno das Eleições 2020.	Auditoria – DIÁRIA	1	04/10/2020, de 7h às 19h.	12 meses a partir da data de assinatura.
	2	Contratação do Serviço de Captação de imagens da Auditoria de Urnas Eletrônicas por meio de	Auditoria – DIÁRIA	1	25/10/2020, de 7h às 19h.	12 meses a partir da data de assinatura.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		Votação Paralela, que se realizará no Dia 25/10/2020 (Domingo) – 2º turno das Eleições 2020, se houver.				
--	--	---	--	--	--	--

Subcláusula Primeira - Os prazos de execução e vigência poderão ser prorrogados mediante justificativa, e conforme necessidade da Administração.

Subcláusula Segunda - No prazo máximo acima estipulado está incluso o período necessário para a CONTRATADA adotar todas as providências necessárias e exigidas pelo CONTRATANTE para início dos serviços.

Subcláusula Terceira - Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, desde que ocorra algum dos motivos, devidamente registrados em processo, previstos no § 1º do art. 57, da Lei nº 8.666/93.

Subcláusula Quarta – Os prazos informados poderão sofrer alterações, desde que devidamente justificados o interesse público envolvido, a necessidade e conveniência para a administração, previamente comunicados à CONTRATADA, e sem ônus para o CONTRATANTE.

Subcláusula Quinta - Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

DO VALOR

(Art. 55, III e V, da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA SEXTA – O valor estimado deste Contrato é de **R\$ 215.700,00** (duzentos e quinze mil e setecentos reais), conforme discriminado abaixo:

LOT E	ITE M	SERVIÇOS	UNID	QT D	VALO R UNIT	VALOR TOTAL
1	1	Contratação de serviço de filmagem, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando duas câmeras.	Período de 4 horas – duas câmeras	45	1.200,00	54.000,00
	2	Contratação de serviço de filmagem, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando uma câmera.	Período de 4 horas – uma câmera	40	800,00	32.000,00
	3	Contratação de serviço de filmagem, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando uma câmera - Projeto Eleitor em perspectiva.	Período de 4 horas	13	900,00	11.700,00
	4	Contratação de serviço de filmagem realizado com a utilização drone profissional com equipamento de alta performance para captação de imagens, vídeos e tomadas aéreas, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons.	Período de 2 horas	10	1.000,00	10.000,00
	5	Contratação de serviço de produção, edição e	Vídeo documentá	3	3.000,	9.000,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		finalização de vídeo documentário institucional (VT) de 5 até 15 minutos das captações de imagens, vídeos e sons (itens 1 e 3) , podendo o TRE-RO também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.	rio institucional de 5 até 15 minutos		00	
	6	Contratação de serviço de produção, edição e finalização de vídeo documentário institucional (VT) de 10 até 20 minutos das captações de imagens, vídeos e sons (itens 1 e 3) , podendo o TRE-RO também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.	Vídeo documentário institucional de 10 até 20 minutos	2	3.000,00	6.000,00
	7	Contratação de serviço de produção, edição e finalização de vídeo institucional de até 2 min das captações de imagens, vídeos e sons (itens 2 e 3) , para o canal YouTube do TRE-RO –e redes sociais, podendo o Tribunal também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.	Vídeo institucional de até 2 min	40	800,00	32.000,00
	8	Contratação de serviço de produção, edição e	Vídeo	5	1.000,00	5.000,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		finalização de vídeo institucional de até 4 min das captações de imagens, vídeos e sons (itens 2 e 3), podendo o Tribunal também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.	institucional de até 4 min			
PREÇO TOTAL ESTIMADO DO LOTE 1						159.700,00
2	1	Contratação do serviço de instalação de 2 (duas) unidades de painel de LED (3m x 5m) para divulgação dos resultados da eleição no dia 04/10/2020 (Domingo) – 1º turno das Eleições 2020.	Telão – DIÁRIA	2	4.000,00	8.000,00
	2	Contratação do serviço de instalação de 1 (uma) unidade de painel de LED (3m x 5m) para divulgação dos resultados da eleição no dia 25/10/2020 (Domingo) – 2º turno das Eleições 2020.	Telão – DIÁRIA	1	4.000,00	4.000,00
	3	Outros eventos institucionais do TRE-RO.	Telão – DIÁRIA	8	4.000,00	32.000,00
PREÇO TOTAL ESTIMADO DO LOTE 2						44.000,00
3	1	Contratação do Serviço de Captação de imagens da Auditoria de Urnas	Auditoria – DIÁRIA	1	6.000,00	6.000,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		Eletrônicas por meio de Votação Paralela, para auditoria de três urnas eletrônicas, que se realizará no Dia 04/10/2020 (Domingo) – 1º turno das Eleições 2020.				
	2	Contratação do Serviço de Captação de imagens da Auditoria de Urnas Eletrônicas por meio de Votação Paralela, para auditoria de duas urnas eletrônicas, que se realizará no Dia 25/10/2020 (Domingo) – 2º turno das Eleições 2020, se houver.	Auditoria – DIÁRIA	1	6.000,00	6.000,00
PREÇO TOTAL ESTIMADO DO LOTE 3						12.000,00
PREÇO TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (LOTES 1, 2 e 3)						215.700,00

Subcláusula Primeira - A quantidade informada acima é estimada, não obrigando a CONTRATANTE a efetuar a aquisição de sua totalidade durante a vigência deste Contrato.

Subcláusula Segunda - Os serviços indicados nos itens 2 dos LOTES 2 e 3 ficarão condicionados à realização de 2º turno das Eleições no Município de Porto Velho-RO.

Subcláusula Terceira – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação, inclusive mão-de obra, tributos, materiais/componentes de menor custo, despesas administrativas, lucro, etc., conforme proposta da CONTRATADA.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Quarta - As despesas com a execução do presente Contrato correrão à conta do Programa de Trabalho: 02061003342690001 – Pleitos Eleitorais; Elemento de Despesa: 33.90.39-59, conforme Notas de Empenho 2020NE000616, 2020NE000617, 2020NE000618, 2020NE000619, 2020NE000620 e 2020NE000621, todas de 26/08/2020, constantes no Orçamento da Justiça Eleitoral 2020, conforme quadro a seguir:

DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA	
Exercício	2020
Funcional Programática	02.061.0033.4269.0001 – Pleitos Eleitorais
Ação Orçamentária	4269 – Pleitos Eleitorais
Subtítulo	
Plano Orçamentário	0001 – Pleitos Eleitorais – Despesas Diversas
PTRES	167864

DO PAGAMENTO

(Art. 55, III, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SÉTIMA – O pagamento dos serviços efetivamente prestados, comprovados por meio do termo ou atestado de recebimento definitivo, dar-se-á da seguinte forma:

- 1.Em relação ao Lote 1**, os pagamentos serão efetuados após cada serviço executado, mediante ordem bancária através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até o 5º (quinto) dia útil contado da data em que a Fatura/Nota Fiscal for atestada pelo Fiscal do Contrato;
- 2.Em relação ao Lote 2**, o pagamento será realizado somente após a conclusão dos serviços da projeção, em até 5 dias úteis após a entrega da nota fiscal que deverá ser certificada pelo fiscal do contrato;
- 3.Em relação ao Lote 3**, o pagamento será realizado, em até 5 dias úteis, após a entrega de 2 cópias de serviços, vídeos, materiais ou produto material referente ao 1º e 2º turno, se houver, contendo o material bruto capturado durante a Auditoria de Urnas Eletrônicas por meio de Votação Paralela, e com a certificação do fiscal do contrato;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4. O CONTRATANTE não se obrigará a efetuar o pagamento de Faturas/Notas Fiscais desacompanhadas da respectiva solicitação de ordem de serviço ou não atestadas pelo Fiscal do Contrato. Em todos os pagamentos serão aplicadas as retenções legais, inclusive quanto à legislação Municipal do Imposto sobre Serviços;

5. no ato do pagamento a CONTRATADA deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social, a Justiça do Trabalho e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

6. Nenhum pagamento será efetuado à futura contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços;

7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

8. A compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência;

9. Havendo erro na Fatura/Nota Fiscal ou nos demais documentos apresentados, ou havendo, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, os documentos serão devolvidos à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras notificadas pelo contratante, no prazo estabelecido. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE;

10. Verificada a irregular situação fiscal da CONTRATADA, incluindo a seguridade social, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA para regularizar sua situação, dando-lhe o prazo que entender necessário para a regularização, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas caso persista, de forma injustificada, a irregularidade apresentada;

11. Caso a CONTRATADA não apresente regularidade fiscal no momento do pagamento ou incorra em outra hipótese que leve a instauração de procedimento de administrativo para apuração de responsabilidade, passível de aplicação de multa e outras penalidades por descumprimento de obrigação imposta, conforme sanções previstas neste instrumento, o pagamento será realizado com a retenção prévia da possível multa a ser aplicada, a qual ficará retida até a conclusão do procedimento de apuração de responsabilidade. No caso de não condenação, o valor retido será pago à mesma. (Acórdão n.º 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012);

12. Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

(Art. 67, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA OITAVA – No TRE-RO, a Gestão e a Fiscalização da presente contratação serão exercidas pelos titulares das unidades abaixo:

1. Lote 01 – Seção de Comunicação Social ou Comissão de Cerimonial do TRE-RO;
2. Lote 02 – Secretaria de Tecnologia da Informação ou Coordenadoria de Suporte do TRE-RO;
3. Lote 03 – Comissão de Auditoria de Urnas Eletrônicas por meio de Votação Paralela ou Coordenadoria de Material de Patrimônio do TRE-RO.

Subcláusula Primeira - Em caso de ausência dos titulares das unidades acima mencionadas a gestão e a fiscalização serão exercidas por seus substitutos legais.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Segunda - A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a execução do Contrato não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

(Art. 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA NONA – São obrigações da CONTRATANTE:

1. Autorizar o início dos serviços;
2. Autorizar o acesso dos empregados da CONTRATADA às instalações do Tribunal, alertando sobre as normas aplicáveis;
3. Fornecer à contratada todas as informações relacionadas ao objeto do Contrato que possa influir na execução dos serviços;
4. Avisar a contratada sobre o local e horário dos eventos a serem registrados, com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, a fim de que a CONTRATADA possa se preparar e organizar seu pessoal;
5. Receber os *pendrives*, *HDs externos* ou arquivo(s) em formato MP4 e efetuar seu aceite, através do gestor ou fiscal desta contratação:
 - I. o gestor ou fiscal da contratação efetuará o recebimento provisório no ato da entrega da fatura e dos *pendrives* ou arquivos digitais gravados, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório;
 - II. o recebimento provisório não implica na aceitação;
 - III. o gestor ou fiscal da contratação efetuará o recebimento definitivo dos serviços, vídeos, materiais ou produtos entregues, após a verificação do cumprimento de todas as obrigações e especificações definidas neste Contrato, no Termo de Referência e da proposta da CONTRATADA, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo;
6. Recusar, mediante emissão de Termo de Recusa emitido pela Seção de Comunicação Social do TRE-RO ou Secretaria Judiciária e Gestão



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

da Informação, os serviços, vídeos, materiais ou produtos entregues e/ou serviços prestados em que se tenha constatado, conforme segue:

I. produtos/Serviços em desacordo com especificações estabelecidas, neste Contrato, no termo de referência e na proposta da CONTRATADA;

II. produtos/Serviços que apresentarem quaisquer vícios de qualidade ou impropriedades para o uso;

7. Repassar todas as informações necessárias à perfeita execução dos serviços, conforme segue:

I. **quanto ao Lote 1:** por meio da Seção de Comunicação Social do TRE-RO;

II. **quanto ao Lote 2:** por meio da Secretaria de Tecnologia da Informação e da Seção de Comunicação Social do TRE-RO;

III. **quanto ao Lote 3:** por meio da Comissão de Auditoria de Urnas Eletrônicas - Votação Paralela repassará todas as informações necessárias para execução do serviço.

8. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços contratados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma.

9. Cumprir e fazer cumprir todos os preços, prazos, quantidades e condições estabelecidos neste instrumento e em seus anexos;

10. Controlar a execução financeira do Contrato dentro dos limites, condições e prazos estabelecidos;

11. Comunicar-se com a CONTRATADA preferencialmente por escrito, anotando, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato;

12. Cumprir as demais obrigações consignadas no instrumento contratual.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(Art. 55, II, IV, VII e XIII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA – São obrigações da CONTRATADA:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1. Realizar o objeto nas condições, preços, prazos e datas requeridas pela Administração pública, conforme condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência respectivo;
2. Usar da faculdade de subcontratar parcialmente os serviços, desde que nos estritos termos disciplinados neste Contrato;
3. Responsabilizar pelo funcionamento adequado de todos os equipamentos utilizados na prestação dos serviços, bem como qualquer material essencial ao funcionamento dos equipamentos, como baterias, pilhas, cabeamento, cartões de memórias e outros assemelhados, sendo de sua responsabilidade a troca e/ou reposição;
4. Em relação a todos os lotes a CONTRATADA deverá providenciar os equipamentos ou acessórios (gerador, no break, baterias) de modo a garantir a continuidade das filmagens mesmo com a falta de energia elétrica externa;
5. O(s) profissional(is) designado(s) pela contratada para os **serviços dos Lote 1** deverá(ão) estar no local e horário indicados pelo Gestor ou Fiscal do Contrato com pelo menos **1 (uma) hora** de antecedência ao início do evento a ser gravado, com todos os equipamentos necessários e devidamente testados para realizar a filmagem ou transmissão ao vivo;
6. O(s) profissional(is) e os equipamentos designado(s) pela contratada para os **serviços do Lote 2** deverá(ão) estar no local e horário, indicados pelo Gestor ou Fiscal do Contrato, com pelo menos **2 (duas) horas** de antecedência ao início da divulgação e projeção, com todos os equipamentos necessários e previamente testados;;
7. O(s) profissional(is) designado(s) pela contratada para os **serviços dos Lote 3** deverá(ão) estar no local e horário indicados pelo Gestor ou Fiscal do Contrato com pelo menos **1 (uma) hora** de antecedência ao início da abertura da Seção Eleitoral para a Auditoria de Urnas Eletrônicas por meio de Votação Paralela, com instalação de todos os equipamentos necessários para realizar a filmagem no dia anterior ao evento, véspera das Eleições Municipais 2020.
8. Comparecer às reuniões convocadas pelo Gestor ou Fiscal do Contrato;
9. Para o lote 3, preparar, na véspera do dia da eleição, o ambiente de filmagem, deixando-o pronto para execução dos serviços, instalando e testando todos os equipamentos necessários conforme orientação da Comissão de Auditoria das Urnas;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10. Apresentar todos os membros da equipe de filmagem devidamente identificados, os quais deverão comparecer na sede do TRE de Rondônia às **7 horas do dia 04 de outubro de 2020**, data do primeiro turno das Eleições 2020 e, se houver segundo turno, **às 7 horas do dia 25 de outubro de 2020**. A equipe deverá permanecer no local de realização dos trabalhos até o seu término;

11. Quanto ao cumprimento dos serviços do **Lote 1** a CONTRATADA deverá:

a) Entregar à Seção de Comunicação Social ao final das filmagens descritas nos **itens 01 ao 08** todo material bruto das imagens e sons capturados (com corte seco, legenda, janela em LIBRAS e áudio-descrição), podendo o TRE-RO fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons, e após concluído todos os trabalhos de argumento, pré-produção, produção, roteirização, captação de imagens e sons, edição e finalização de vídeos, em pendrive ou arquivo (s) em formato mp4, os vídeos documentários e institucionais;

b) Entregar à Seção de Comunicação Social ao final das filmagens descritas nos **itens 01 ao 08**, após concluído todos os trabalhos de argumento, pré-produção, produção, roteirização, captação de imagens e sons, edição e finalização de vídeos, em pendrive ou arquivo (s) em formato mp4, os vídeos institucionais em alta definição, cujos temas serão definidos pela administração conforme a necessidade;

12. Manter-se, durante toda a execução do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital do Pregão Eletrônico, comprometendo-se a comunicar ao CONTRATANTE qualquer alteração superveniente impeditiva de manutenção dessas condições e a apresentar os comprovantes de regularidade junto ao FGTS, ao INSS, à Fazenda Pública Federal e à Justiça do Trabalho, sempre que solicitado;

13. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações formuladas;

14. Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do presente CONTRATO, não podendo ser arguido para efeito de exclusão de responsabilidade o fato de o CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

15. Arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços incidentes na execução do contrato;

16. Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do CONTRATANTE, acréscimos ou supressões do objeto do presente contrato em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor, na forma do artigo 65, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93;

17. Comunicar por escrito e imediatamente ao CONTRATANTE a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;

18. As obrigações aqui disciplinadas não excluem outras previstos no Edital, neste Contrato e na legislação correlata.

19. Substituir ou refazer, às suas expensas, os itens que estiverem em desacordo com o especificado neste instrumento, nos prazos e condições estabelecidos pela contratada;

20. Apresentar os eventuais pedidos de prorrogação do prazo de entrega/execução de serviços dentro dos prazos inicialmente definidos para o cumprimento dessas obrigações, observando os procedimentos a seguir:

I - Os pedidos deverão ser encaminhados à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE-RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal do Contrato, decidir acerca desses requerimentos;

II - Somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para entrega e substituição do bem, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa nº 004/2008-TRE-RO.

21. Cumprir as demais obrigações impostas contratualmente pelo TRE-RO.

DAS PENALIDADES

(Art. 55, VII e IX, da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Em caso de descumprimento das condições estabelecidas neste Contrato, no Edital de Pregão Eletrônico respectivo e seus anexos, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas Leis 10.520/02 e 8.666/93, e neste instrumento.

Subcláusula Primeira - O descumprimento injustificado das obrigações firmadas em contrato, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa, sujeita a contratada a multa moratória, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, na forma seguinte:

I - Prazo previsto para preparação dos ambientes de trabalho dos serviços do Lote 1:

- a) Atraso superior a 30 (trinta) minutos e até o limite de 01 (uma) hora: multa de mora de 3,0% (um por cento) sobre o valor do serviço contratado.
- b) O atraso superior a 01 (uma) hora na preparação dos ambientes de trabalho e até o limite de 02 (duas) horas: multa de mora de 5,0% (cinco por cento) sobre o valor do serviço contratado.
- c) Atrasos superiores 02 (duas) horas poderão caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

II - Prazo previsto para entrega de produtos dos serviços do Lote 1:

- a) Descumprir o prazo definido pela fiscalização para a entrega das cópias dos serviços, vídeos, materiais ou produtos em *pendrive* ou arquivos digitais gravados contendo o material bruto e vídeos documentários e institucionais em até 1 (um) dia: multa de 3% (três por cento) sobre o valor do serviço contratado.
- b) Descumprir o prazo definido pela fiscalização para a entrega das cópias do material de argumento, pré-produção, produção, roteiro, captação de imagens e sons, edição, *storyboard*, decupagem e finalização de vídeos em até 2 (dois) dias: Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do serviço contratado.
- c) Atrasos superiores aos limites máximos previstos nas alíneas "a" e "b" anteriores poderão caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

III - Prazo previsto para montagem dos equipamentos dos serviços do Lote 2:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) Atraso de até 01 (uma) hora: multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do serviço contratado.

b) Atraso superior 01 (uma): poderão caracterizar a inexecução parcial ou total .

IV - Descumprimento de obrigações na execução dos serviços do Lote 3:

a) Não preparar o ambiente de filmagem na véspera da eleição: multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato;

b) Não iniciar os trabalhos de filmagens das atividades de Auditoria de Urnas Eletrônicas por meio de Votação Paralela no horário a ser determinado pelo fiscal do Contrato: multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

c) Ausentarem-se da sala os profissionais que estiverem operando os equipamentos durante a filmagem dos trabalhos da Comissão de Auditoria de Urnas eletrônicas por meio de Votação paralela, sem a permanência de um substituto automático: multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato, por cada ausência, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

V - Descumprir, de forma injustificada, as demais obrigações contratuais, após notificação regular expedida pelo fiscal ou gestor do contrato:

a) Até 2 (dois) descumprimentos, multa de 1% (um por cento) apurada sobre o valor do contrato;

b) De 2 (dois) a 3 (três) descumprimentos, multa de 2% (dois por cento) apurada sobre o valor do contrato;

c) De 4 (quatro) a 5 (cinco) descumprimentos, multa de 3% (três por cento) apurada sobre o valor do contrato;

d) A ocorrência de descumprimentos superiores a 5 (cinco) poderá caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

Subcláusula Segunda - Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração contratante poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à CONTRATADA:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - Advertência escrita nas condutas de inexecução parcial das obrigações acessórias do contrato, desde que de pequena monta ou faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízo relevante à conclusão do objeto, o qual, a despeito delas, será atendido;

II - Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato nas situações de inexecução total ou parcial do objeto do contrato, fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela CONTRATADA;

III - Suspensão temporária para participação em licitações com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração do CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior;

V - Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, por igual período (Art. 7º da Lei 10.520/02).

Subcláusula Terceira - Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste Contrato como também naquelas previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no Contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a rescisão do contrato.

Subcláusula Quarta - O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem o recebimento efetivo dos serviços prestados e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU nº 567/2015- Plenário**).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Quinta - As multas não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

Subcláusula Sexta - As sanções previstas neste instrumento podem ser cumuladas entre si e com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas no Edital.

Subcláusula Sétima - A recusa injustificada do cumprimento das obrigações previstas nesta seção, caracterizará a inexecução total deste instrumento.

Subcláusula Oitava - Caracterizada a inexecução parcial ou total da obrigação, poderá a Administração rescindir este instrumento e aplicar à CONTRATADA as demais penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93;

Subcláusula Nona - Previamente à aplicação de multas moratórias, sendo primária a CONTRATADA e desde que presentes os requisitos definidos na IN TRE/RO n. 004/08, a Administração poderá aplicar somente a penalidade de Advertência.

Subcláusula Décima – Na aplicação das penalidades previstas, a Administração analisará os aspectos e requisitos traçados pela IN TRE-RO n. 004/08, podendo, diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar de imediato as penalidades mais severas.

Subcláusula Décima Primeira – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Subcláusula Décima Segunda - O valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA deverá ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União – GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação feita pelo CONTRATANTE.

Subcláusula Décima Terceira - Caso o valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA não seja quitado no prazo acima, deverá ser automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento. (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011).

Subcláusula Décima Quarta - Caso o valor do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não seja suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Décima Quinta - De igual modo, caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Décima Sexta- No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02).

Subcláusula Décima Sétima - Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

débito na DAU (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN.

Subcláusula Décima Oitava - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

Subcláusula Décima Nona - A CONTRATADA se submete às sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n. 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

Subcláusula Vigésima – O procedimento para aplicação de sanções à CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, bem como as regras contidas na Lei nº 8.666/1993 e na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>, ou qualquer normativo que venha a substituí-las.

Subcláusula Vigésima Primeira - Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

DA RESCISÃO CONTRATUAL

(Art. 55, VIII e IX, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O presente Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos e multas que resultarem da paralisação dos serviços e às demais consequências previstas na seção “Das Penalidades” deste instrumento.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Primeira - A rescisão contratual poderá ser:

I – Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e demais hipóteses aplicáveis a esta contratação;

II - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nestes autos, desde que haja conveniência da Administração; e

III - Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

Subcláusula Segunda – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência do contrato, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

Subcláusula Terceira – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

Subcláusula Quarta - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

(Art. 65 e §§ da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Primeira – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do Art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente, não sendo aplicável às requisições já efetuadas e serviços já realizados.

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

Subcláusula Terceira – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quarta – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

Subcláusula Quinta – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste contrato, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sexta – Havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sétima – Por se tratar de **contrato de escopo**, com previsão de prestação de serviços por período inferior a 12 meses, **não há previsão de reajuste de preços**, em nenhuma das modalidades, independente de eventuais prorrogações de prazo de execução.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

(Art. 55, XI e XII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - À execução do presente Contrato e aos casos omissos aplicar-se-ão o disposto no Edital de Pregão Eletrônico supramencionado e seus Anexos, nas Leis 8.666/1993 e 10.520/2002, nos Decretos Federais 3555/2000, 9507/2018 e 10.024/2019, nas Resoluções TSE 23.234/2010, no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e na Instrução Normativa TRE-RO 004/2008, e, de forma subsidiária, nas Leis 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), nas decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, assim como nas demais normas aplicáveis ao objeto deste instrumento.

Subcláusula Única - Não se aplicam ao objeto do presente instrumento os incisos VI e X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

DA PUBLICAÇÃO

(Art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento de contrato e, se for o caso, de seus aditamentos no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

DO FORO

(Art. 55, § 2º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste contrato ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Contrato, que após lido e achado conforme, foi assinada pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo:

Porto Velho/RO, 27 de agosto de 2020.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo CONTRATANTE	DANIELLE CRISTINA DA SILVA Pela CONTRATADA
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha

ANEXO I AO CONTRATO N. 14/2020/TRE-RO

ESPECIFICAÇÃO E DETALHAMENTO DO OBJETO (conforme item 2.2 do TR e seus subitens):

I - Os serviços de filmagens, captação de imagens e sons, produção, edição e finalização de vídeos, transmissão ao vivo (*streaming*) e gravação de sessões, eventos, capacitações e atividades institucionais e instalações de divulgações por meio de telões de LED, deverão ser executados de acordo com os detalhes abaixo:

2.2.1 - DO LOTE 1:

Especificação dos serviços do Lote 1: serviço de filmagem, captação de imagens e sons, produção, edição e finalização de vídeos, com duas câmeras filmadoras de alta-definição (HDV/fullHD) com jogos de lentes de alta performance na captação de imagens e vídeos, filtros de efeitos e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

correções, iluminação adequada, bem como equipamentos necessários para produção profissional de vídeos institucionais e equipamentos de captação sonora posicionados de forma estratégica de modo a registrar as ações requisitadas pelo Tribunal, com possibilidade de recuperação dos dados, devendo a contratada fornecer todo o material a ser utilizado nos trabalhos, tais como equipamentos ou acessórios (gerador, no break, baterias, iluminação, tripés, grua de filmagem, etc) de modo a evitar quaisquer interrupções de filmagens, registrando os trabalhos, visando entregar ao final as filmagens totais dos itens 1 e 2 com corte seco, legenda, janela em LIBRAS e áudio-descrição, consoante devidamente especificados abaixo.

2.2.1.1 - ITEM 01: Filmagem, com captação de imagens e sons das atividades institucionais do Tribunal, das sessões plenárias da corte, do planejamento das ações institucionais das eleições, das ações do Tribunal na área de acessibilidade e inclusão social, dos projetos sociais do Tribunal no ano de 2020, dos registros do dia das eleições, dos bastidores da votação paralela, da Coordenação de Segurança das Eleições – Cose, da votação nas escolas, voto do preso provisório e da transmissão dos resultados, além dos registros necessários ao resgate histórico da Memória Eleitoral, e a realização da Cerimônia de Diplomação dos Eleitos nas Eleições de 2020 (cerimonial), com quantitativo estimativo total de até 45 (quarenta e cinco) requisições de 4 (quatro) horas com equipe de filmagem à disposição da administração do TRE-RO, efetuando todas as gravações necessárias, para as quais a Contratada deverá cumprir nos seguintes termos:

a) O dia específico para cada tomada será definido e informado pelo TRE-RO, em requisição expedida pelo Gestor ou pelos Fiscais do Contrato, com o período de 4 (quatro) horas a ser utilizada durante as filmagens;

b) A contratação deste item será feita por dia em razão da dinâmica diferenciada dos eventos, não sendo inferior ao período de 4 (quatro) horas de serviço à disposição do TRE-RO por requisição. De modo que foi estimado o número de requisições necessárias de filmagem para cobrir os eventos previstos num total de 45 (quarenta e cinco) possíveis requisições de período de 4 (quatro) horas de gravação, contudo a Administração reserva-se ao **direito de requisitar os serviços efetivamente necessários para o atendimento das demandas, não se obrigando a executar o total das 45 (quarenta e cinco) requisições de 4 (quatro) horas;**

c) Utilização de **2 (duas) câmeras** que capturem imagens em alta definição HDV/fullHD, jogos de lentes de alta performance na captação de imagens e vídeos, filtros de efeitos e correções, microfone de mão e de lapela e microfone externo com boom (dependendo do caso), iluminação e tripé, e fornecimento de todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

equipamento, bem como fornecimento de todas as mídias necessárias a gravação;

d) Disponibilizar cinegrafista (s) capaz (es) de operar os equipamentos de filmagem;

e) Os profissionais deverão usar vestimentas apropriadas para a execução dos serviços neste Tribunal;

f) As gravações serão realizadas somente no município de Porto Velho;

g) A gravação se dará em ambientes fechados e/ ou abertos, previamente definidos pelo Tribunal;

h) O tempo que a empresa contratada utilizará para montagem e teste dos equipamentos necessários para execução dos serviços não será computado para efeitos de pagamento;

i) Os dias, horários, locais e momentos a serem registrados nas filmagens serão definidos pela Seção de Comunicação Social do TRE-RO ou pelos fiscais do contrato e comunicados à contratada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas de antecedência;

j) A prestação dos serviços de filmagens poderá ocorrer aos sábados, domingos e feriados, podendo, ainda, ocorrer em período noturno;

k) Os serviços serão executados no período de 10 (dez) meses após a assinatura do contrato, de acordo com as demandas do contratante e o desenvolvimento dos trabalhos da contratada;

2.2.1.2 - ITEM 2: Filmagens, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando uma câmera com jogos de lentes de alta performance na captação de imagens e vídeos, filtros de efeitos e correções, iluminação adequada para *stúdio*, bem como equipamentos necessários para produção profissional de vídeos institucionais para o canal YouTube e redes sociais do TRE-RO das atividades institucionais do Tribunal, das sessões plenárias da corte, do planejamento das ações institucionais das eleições, das ações do Tribunal na área de acessibilidade e inclusão social, dos projetos sociais do Tribunal no ano de 2020, dos registros do dia das eleições, dos bastidores da votação paralela, da Coordenação de Segurança das Eleições – Cose, da votação nas escolas, voto do preso provisório e da transmissão dos resultados, além dos registros necessários o resgate histórico da Memória Eleitoral, e a realização da Cerimônia de Diplomação dos Eleitos nas Eleições de 2020 (cerimonial). Os serviços ocorrerão da seguinte forma:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a) Captação de imagens e sons objetivando a produção profissional de vídeos institucionais alta definição HDV/fullHD e sons, para veiculação também no canal YouTube e redes sociais do TRE-RO;
- b) O dia específico para cada tomada será definido e informado pelo TRE-RO, em requisição expedida pelo Gestor ou pelos Fiscais do Contrato, com período de 4 (quatro) horas a ser utilizada durante as filmagens;
- c) A contratação deste item será feita por dia em razão da dinâmica diferenciada dos eventos, não sendo inferior ao período de 4 (quatro) horas de serviço à disposição do TRE-RO por requisição. De modo que foi estimado o número requisições necessárias de filmagem para cobrir os eventos previstos num total de 40 (quarenta) possíveis requisições de 4 (quatro) horas de gravação, contudo a Administração reserva-se ao direito de requisitar os serviços efetivamente necessários para o atendimento das demandas, não se obrigando a executar o total das 40 (quarenta) requisições de 4 (quatro) horas;
- d) Utilização de 1 (uma) câmera que capture imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando uma câmera com jogos de lentes de alta performance na captação de imagens e vídeos, filtros de efeitos e correções, iluminação adequada para *stúdio*, bem como equipamentos necessários para produção profissional de vídeos, microfone de mão, de lapela e microfone externo com boom (dependendo do caso), tripé e todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento do equipamento, bem como fornecimento de todas as mídias necessárias a gravação;
- e) Disponibilizar cinegrafista (s) capaz (es) de operar os equipamentos de filmagem;
- f) Os profissionais deverão usar vestimentas apropriadas para a execução dos serviços neste Tribunal;
- g) As gravações serão realizadas somente no município de Porto Velho;
- h) A gravação se dará em ambientes fechados e/ ou abertos, previamente definidos pelo Tribunal;
- i) O tempo que a empresa contratada utilizará para montagem e teste dos equipamentos necessários para execução dos serviços não será computado para efeitos de pagamento;
- j) Os dias, horários, locais e momentos a serem registrados nas filmagens serão definidos pela Seção de Comunicação Social do TRE-RO e comunicados à contratada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas de antecedência;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

k) A prestação dos serviços de filmagens poderá ocorrer em sábados, domingos e feriados, podendo, ainda, ocorrer em período noturno;

l) Os serviços serão executados no período de 10 (dez) meses após a assinatura do contrato, de acordo com as demandas do contratante e o desenvolvimento dos trabalhos da contratada;

2.2.1.3 - ITEM 3: Filmagens, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando uma câmera com jogos de lentes de alta performance na captação de imagens e vídeos, filtros de efeitos e correções, iluminação adequada para *stúdio*, bem como equipamentos necessários para produção profissional de vídeos institucionais para o canal YouTube e redes sociais do TRE-RO da cobertura do "Projeto Eleitor em Percectiva". Os serviços ocorrerão da seguinte forma:

a) Captação de imagens e sons objetivando a produção profissional de vídeos institucionais alta definição HDV/fullHD e sons, para veiculação também no canal YouTube e redes sociais do TRE-RO;

b) O dia específico para cada tomada será definido e informado pelo TRE-RO, em requisição expedida pelo Gestor ou pelos Fiscais do Contrato, com período de 4 (quatro) horas a ser utilizada durante as filmagens;

c) A contratação deste item será feita por dia em razão da dinâmica diferenciada dos eventos, não sendo inferior ao período de 4 (quatro) horas de serviço à disposição do TRE-RO por requisição. De modo que foi estimado o número requisições necessárias de filmagem para cobrir os eventos previstos num total de 40 (quarenta) possíveis requisições de 4 (quatro) horas de gravação, contudo a Administração reserva-se ao direito de requisitar os serviços efetivamente necessários para o atendimento das demandas, não se obrigando a executar o total das 40 (quarenta) requisições de 4 (quatro) horas;

d) Utilização de 1 (uma) câmera que capture imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando uma câmera com jogos de lentes de alta performance na captação de imagens e vídeos, filtros de efeitos e correções, iluminação adequada para *stúdio*, bem como equipamentos necessários para produção profissional de vídeos, microfone de mão, de lapela e microfone externo com boom (dependendo do caso), tripé e todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento do equipamento, bem como fornecimento de todas as mídias necessárias a gravação;

e) Disponibilizar cinegrafista (s) capaz (es) de operar os equipamentos de filmagem;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- f) Os profissionais deverão usar vestimentas apropriadas para a execução dos serviços neste Tribunal;
- g) A gravação se dará em ambientes fechados e/ ou abertos, previamente definidos pelo Tribunal;
- h) O tempo que a empresa contratada utilizará para montagem e teste dos equipamentos necessários para execução dos serviços não será computado para efeitos de pagamento;
- l) Os dias, horários, locais e momentos a serem registrados nas filmagens serão definidos pela Seção de Comunicação Social do TRE-RO e comunicados à contratada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas de antecedência;
- j) A prestação dos serviços de filmagens poderá ocorrer em sábados, domingos e feriados, podendo, ainda, ocorrer em período noturno;
- k) Os serviços serão executados a partir da data de assinatura do contrato, mediante requisição ou ordem de serviço emitida pelo gestor da contratação, de acordo com as demandas do contratante e o desenvolvimento dos trabalhos da contratada;
- l) Será realizada meia diária (uma requisição), suficiente para cobertura das audiências públicas, por localidade descrita a seguir:
1. Ariquemes
 2. Ouro Preto do Oeste
 3. Rolim de Moura
 4. Guajará-Mirim
 5. Vilhena
 6. Porto Velho
 7. Presidente Médici
 8. Candeias do Jamari
 9. Cacoal
 10. Pimenta Bueno
 11. Jaru
 12. Ji-Paraná
 13. Itapuã do Oeste

NOTA 1: Todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto, quando executado em município distinto da capital, descrito neste item 3, do lote 1, deverão fazer parte da proposta comercial da Contratada, sem



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ressarcimento posterior por parte da Contratante de gastos como: diárias, hotel, transporte e alimentação e qualquer outro.

2.2.1.4 - ITEM 04: Filmagens e captação de imagens através de utilização de *drone* profissional com equipamento de alta performance para captação de imagens, vídeos e tomadas aéreas, com captação de imagens em alta definição. Os serviços ocorrerão da seguinte forma:

- a) Captação de imagens objetivando registrar as atividades institucionais do Tribunal, das sessões plenárias da corte, do planejamento das ações institucionais das eleições, das ações do Tribunal na área de acessibilidade e inclusão social, dos projetos sociais do Tribunal no ano de 2020, dos registros do dia das eleições, dos bastidores da votação paralela, da Coordenação de Segurança das Eleições – Cose, da votação nas escolas, voto do preso provisório e da transmissão dos resultados, além dos registros necessários o resgate histórico da Memória Eleitoral, e a realização da Cerimônia de Diplomação dos Eleitos nas Eleições de 2020 (cerimonial);
- b) O dia específico para cada tomada será definido e informado pelo TRE-RO, em requisição expedida pelo Gestor ou pelos Fiscais do Contrato, com período de 4 (quatro) horas a ser utilizada durante as filmagens;
- c) A contratação deste item será feita por dia em razão da dinâmica diferenciada dos eventos, não sendo inferior ao período de 2 (duas) horas de serviço à disposição do TRE-RO por requisição. De modo que foi estimado o número de requisições necessárias de filmagem para cobrir os eventos previstos num total de 10 (dez) possíveis requisições de 2 (duas) horas de gravação, contudo a Administração reserva-se ao direito de requisitar os serviços efetivamente necessários para o atendimento das demandas, não se obrigando a executar o total das 10 (dez) requisições de 2 (duas) horas;
- d) Utilização de *drone* profissional com equipamento de alta performance para captação de imagens, vídeos e tomadas aéreas, com captação de imagens em alta definição;
- e) Disponibilizar cinegrafista (s) capaz (es) de operar o *drone* profissional e os equipamentos de filmagem;
- f) Os profissionais deverão estar devidamente habilitados, credenciados e usar vestimentas apropriadas para a execução dos serviços neste Tribunal;
- g) As gravações serão realizadas somente no município de Porto Velho;
- h) A gravação se dará em ambientes abertos, previamente definidos pelo Tribunal;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- i) O tempo que a empresa contratada utilizará para montagem e teste dos equipamentos necessários para execução dos serviços não será computado para efeitos de pagamento;
- j) Os dias, horários, locais e momentos a serem registrados nas filmagens serão definidos pela Seção de Comunicação Social do TRE-RO e comunicados à contratada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas de antecedência;
- k) A prestação dos serviços de filmagens poderá ocorrer em sábados, domingos e feriados, podendo, ainda, ocorrer em período noturno.
- l) Os serviços serão executados a partir da data de assinatura do contrato, mediante requisição ou ordem de serviço emitida pelo gestor da contratação, de acordo com as demandas do contratante e o desenvolvimento dos trabalhos da contratada;

2.2.1.5 - ITEM 5: Produção, edição e finalização de 3 (três) vídeos documentários institucionais (VT) de 5 até 15 minutos das captações de imagens, vídeos e sons (itens 1, 2 e 3), de modo a atender o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, podendo este também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.

Descrição detalhada do Item 5 do Lote 1: Argumentação, pré-produção, produção, roteirização, captação de áudio e vídeo, trilha sonora personalizada, edição e finalização de 3 (três) vídeos institucionais.

- a) A empresa contratada deverá entregar à equipe técnica da Seção de Comunicação Social, após o *briefing*, o argumento, o roteiro, o *storyboard* e a decupagem, com objetivo de averiguar a qualidade do vídeo quanto a abordagem sobre os temas propostos pela Justiça Eleitoral descritos no Lote 1: itens 01, 02 e 03 e planejados juntamente com a Seção de Comunicação Social e outras unidades ou comissões do Tribunal, bem como, a análise de enquadramentos, ângulos e planos de câmeras atribuídos às cenas, qualidade das imagens, efeitos aplicados e análise comparativa. A Contratada deverá entregar também todo material bruto das imagens e sons capturados com corte seco, legenda, janela em LIBRAS e áudio-descrição, podendo o TRE-RO fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons;
- b) A empresa contratada deverá entregar à Seção de Comunicação Social após concluído todos os trabalhos de argumento, pré-produção, produção, roteirização, captação de imagens e sons, edição e finalização de vídeos, em pendrive ou arquivo (s) em formato mp4, 3 vídeos documentários (VT),



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

podendo o TRE-RO fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.

c) Os serviços serão executados a partir da data de assinatura do contrato, mediante requisição ou ordem de serviço emitida pelo gestor da contratação, de acordo com as demandas do contratante e o desenvolvimento dos trabalhos da contratada;

d) Todos os serviços serão executados no município de Porto Velho.

2.2.1.6 - ITEM 6: Produção, edição e finalização de 2 (dois) vídeos documentários institucionais (VT) de 10 a 20 minutos das captações de imagens, vídeos e sons (itens 1, 2 e 3), de modo a atender o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, podendo este também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.

Descrição detalhada do Item 6 do Lote 1: Argumentação, pré-produção, produção, roteirização, captação de áudio e vídeo, trilha sonora personalizada, edição e finalização de 2 (dois) vídeos institucionais.

a) A empresa contratada deverá entregar à equipe técnica da Seção de Comunicação Social, após o *briefing*, o argumento, o roteiro, o *storyboard* e a decupagem, com objetivo de averiguar a qualidade do vídeo quanto a abordagem sobre os temas propostos pela Justiça Eleitoral descritos no item 2.2.1.1 (Lote 1: itens 01, 02 e 03) e planejados juntamente com a e outras unidades ou comissões do Tribunal, bem como, a análise de enquadramentos, ângulos e planos de câmeras atribuídos às cenas, qualidade das imagens, efeitos aplicados e análise comparativa. A Contratada deverá entregar também todo material bruto das imagens e sons capturados com corte seco, legenda, janela em LIBRAS e áudio-descrição, podendo o TRE-RO fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons;

b) A empresa contratada deverá entregar à Seção de Comunicação Social após concluído todos os trabalhos de argumento, pré-produção, produção, roteirização, captação de imagens e sons, edição e finalização de vídeos, em pendrive ou arquivo (s) em formato mp4, 2 vídeos documentários (VT), podendo o TRE-RO fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.

c) Os serviços serão executados a partir da data de assinatura do contrato, mediante requisição ou ordem de serviço emitida pelo gestor da contratação, de acordo com as demandas do contratante e o desenvolvimento dos trabalhos da contratada;

d) Todos os serviços serão executados no município de Porto Velho.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.2.1.7 - ITEM 7 e 8: Produção, edição e finalização de 45 (quarenta e cinco) vídeos institucionais, sendo 40 (quarenta) de até 2 minutos e outros 5 (cinco) de até 4 minutos, para o canal YouTube do TRE-RO, redes sociais e divulgação das ações institucionais do Tribunal e sobre às Eleições Municipais 2020, a Memória Eleitoral e o "Projeto Eleitor em Perspectiva", das captações de imagens, vídeos e sons (Lote 1 – itens 1, 2 e 3), de modo a atender o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, podendo este também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.

Descrição detalhada dos Item 7 e 8 do Lote 1: Pré-produção, produção, roteirização, captação de áudio e vídeo, trilha sonora personalizada, edição e finalização de 33 vídeos institucionais.

a) A empresa contratada deverá entregar à equipe técnica da Seção de Comunicação Social, após o *briefing*, o argumento, o roteiro, o *storyboard* e a decupagem, com objetivo de averiguar a qualidade do vídeo quanto a abordagem sobre os temas planejados juntamente com a Seção de Comunicação Social, bem como, a análise de enquadramentos, ângulos e planos de câmeras atribuídos às cenas, qualidade das imagens, efeitos aplicados e análise comparativa. A Contratada deverá entregar também todo material bruto das imagens e sons capturados com corte seco, legenda, janela em LIBRAS e áudio-descrição, podendo o TRE-RO fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons;

b) A empresa contratada deverá entregar à Seção de Comunicação Social após concluído todos os trabalhos de argumento, pré-produção, produção, roteirização, captação de imagens e sons, edição e finalização de vídeos, em pendrive ou arquivo (s) em formato mp4, 45 vídeos institucionais, podendo o TRE-RO fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.

c) Os serviços serão executados a partir da data de assinatura do contrato, mediante requisição ou ordem de serviço emitida pelo gestor da contratação, de acordo com as demandas do contratante e o desenvolvimento dos trabalhos da contratada:

d) Todos os serviços serão executados no município de Porto Velho.

2.2.2 - DO LOTE 2:

Especificação dos serviços do Lote 2: Contratação de serviço de instalação de painel de LED para divulgação dos resultados das Eleições 2020, e outros eventos institucionais do Tribunal.

2.2.2.1 - ITEM 01:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Contratação do serviço de instalação de 2 (duas) unidades de painel de LED (mínimo 3m x 5m) para divulgação dos resultados da eleição no dia 04/10/2020 (Domingo) – 1º e 2º turno das Eleições 2020.

a) Os painéis deverão atender as seguintes características:

i. Medidas mínimas de 3m x 5m;

ii. Ser instalado com estrutura fixas de treliça de alumínio 030, a uma altura mínima de 4 metros do chão, de modo a facilitar a visualização por um grande número de pessoas, conforme pedido da SECOMS e da STIC do TRE-RO;

iii. Para instalação poderá ser utilizada estrutura fixa.

b) O painel de LED deverá atender às seguintes especificações:

i. O sistema deverá suportar resolução mínima P6 para projeção de imagem em alta definição;

ii. O equipamento deverá possuir uma entrada e saída de áudio;

iii. Cabos para conexão Computador x Painel com medidas mínimas de 8m;

iv. Cabos de energia com medidas mínimas de 8m;

v. Uso em ambiente externo; e

ix. Conexão HDMI, DVI ou VGA.

c) Os equipamentos poderão ser instalados no município de Porto Velho/RO em local determinado pela Seção de Comunicação Social ou pelo setor técnico da Secretaria de Tecnologia da Informação deste Regional.

d) A contratada poderá realizar a montagem e instalação dos equipamentos no mesmo dia das projeções ou, se preferir, em dia anterior. Em qualquer hipótese a contratada deverá observar o prazo suficiente para a realização de testes nos equipamentos e o pré-agendamento dos serviços com a Seção de Comunicação Social ou com a Secretaria de Tecnologia da Informação do TRE de Rondônia, por meio do telefone n. (69) 3211-2019, 3211-2129 ou e-mails: secoms@tre-ro.jus.br ou sti@tre-ro.jus.br.

e) A projeção será realizada ininterruptamente no período 4 horas conforme horário requisitado pela Seção de Comunicação Social ou pelo setor técnico da Secretaria de Tecnologia da Informação deste Tribunal, sendo necessário que todos os equipamentos (mínimos painéis de LED P6 e treliças) estejam devidamente montados, testados e posicionados 2 horas antes dos eventos;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

f) Havendo falha em algum painel de LED a empresa contratada deverá instalar imediatamente um aparelho substituto, visando manter a divulgação;

g) A desmontagem dos equipamentos será autorizada pela Seção de Comunicação Social ou pelo setor técnico da Secretaria de Tecnologia da Informação deste Tribunal e ocorrerá somente após o encerramento das atividades do TRE-RO de totalização/resultados do pleito Eleitoral 2020, da Cerimônia de Diplomação dos Eleitos e dos eventos institucionais.

h) Serão projetados os resultados parciais e finais da apuração das Eleições Municipais de 2020 e outras imagens institucionais disponibilizadas pelo Tribunal durante os eventos;

i) Um dos conjuntos (painel de LED) será utilizado para divulgação do resultado das eleições majoritárias (prefeitos) e a outra para o resultado das eleições proporcionais (vereadores);

j) O gerenciamento das informações que serão projetadas nos painéis ficará a cargo da Secretaria de Tecnologia da Informação com apoio da Seção de Comunicação Social, as quais providenciarão os computadores e os meios de acesso à rede de dados necessários à divulgação dos resultados;

l) Os serviços serão executados a partir da data de assinatura do contrato, mediante requisição ou ordem de serviço emitida pelo gestor da contratação, de acordo com as demandas do contratante e o desenvolvimento dos trabalhos da contratada.

2.2.2.2 - ITEM 02:

a) Contratação do serviço de instalação de 1 (uma) unidade de painel de LED (mínimo 3m x 5m) para divulgação dos resultados da eleição no dia 25/10/2020 (Domingo) – 2º turno das Eleições 2020, possíveis eleições suplementares e eventos institucionais do Tribunal, se ocorrerem.

b) Os serviços serão feitos de acordo com as especificações para Item 01 deste Lote 2, acima elencadas;

c) Os serviços serão executados a partir da data de assinatura do contrato, mediante requisição ou ordem de serviço emitida pelo gestor da contratação, de acordo com as demandas do contratante e o desenvolvimento dos trabalhos da contratada.

2.2.2.3 - ITEM 03: Cerimônia de Diplomação dos Eleitos e eventos institucionais.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a) Contratação do serviço de instalação de 1 (uma) unidade de painel de LED (mínimo 3m x 5m) para divulgação dos de possíveis eleições suplementares e eventos institucionais do Tribunal, se ocorrerem.
- b) Os serviços serão feitos de acordo com as especificações para Item 01 deste Lote 2, acima elencadas;
- c) Os serviços serão executados a partir da data de assinatura do contrato, mediante requisição ou ordem de serviço emitida pelo gestor da contratação, de acordo com as demandas do contratante e o desenvolvimento dos trabalhos da contratada.

2.2.3 - LOTE 3, itens 01 e 02:

Especificação dos serviços do Lote 3 – itens 1 e 2: Contratação do Serviço de Filmagem dos trabalhos da Comissão de Auditoria de Urnas Eletrônicas por meio de Votação Paralela, nos seguintes termos:

- a) O Serviço será utilizado nas Eleições 2020, no dia 04/10/2020 (item 1), e, havendo segundo turno, no dia 25/10/2020 (item 2). As datas poderão sofrer alterações.
- b) A CONTRATADA deverá realizar a montagem e instalação dos equipamentos, OBRIGATORIAMENTE, no sábado anterior ao dia das Eleições do 1º turno e segundo, se houver - ou, se preferir, em dia anterior. Em qualquer hipótese a contratada deverá observar o prazo suficiente para a realização de testes nos equipamentos e o pré-agendamento dos serviços com a servidora Rudma Rosa, Gerente do Projeto, por meio do telefone n. (69) 3211 2143/2144 ou e-mail rudma.rosa@tre-ro.jus.br;
- c) Na hipótese de ampliação dos horários de trabalho da comissão, no dia da eleição, a contratada deverá continuar a prestar os serviços de filmagem até que concluídos os procedimentos para solução das divergências, caso ocorram, até o encerramento dos trabalhos pela comissão, sem qualquer ônus adicional ao contratante;
- d) Filmagem ininterrupta dos procedimentos de Auditoria de Urnas Eletrônicas por meio de Votação Paralela para verificação do funcionamento das urnas sob condições normais de uso, a ser realizada das 08 (oito) horas até as 17 (dezessete) horas, devendo a gravação atender às seguintes especificações:
 - d1) utilização de 3 (três) câmeras de alta resolução no primeiro turno e, 02 (duas) no segundo turno. As câmeras deverão possuir tripé, incluindo todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos, sendo uma para cada mesa com urna eletrônica a ser utilizada nos trabalhos da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Auditoria de Urnas Eletrônicas, posicionadas de modo a registrar no mínimo a tela de cada uma das urnas eletrônicas, da seguinte forma:

d2) O posicionamento das câmeras, dos monitores e dos equipamentos de gravação obedecerá às determinações da Comissão Auditoria de Urnas Eletrônicas por Votação Paralela;

d3) Captação de áudio, com utilização de 3 (três) microfones, e 02 (dois) no segundo turno, tipo auricular, ou de lapela, ou de mesa, com alta qualidade de captação de sons (incluindo acessórios), sendo 1 (um) microfone para cada um dos servidores que estarão efetuando a digitação nas urnas eletrônicas;

d4) Gravação de áudio e de vídeo para cada câmera, com captação independente e simultânea para cada urna eletrônica, com possibilidade de recuperação dos dados no decorrer dos trabalhos ou imediatamente após o seu final;

d5) 3 (três) aparelhos de TV, no mínimo 40”, e 02 (duas) no segundo turno, para monitoramento simultâneo com as imagens de cada câmera, posicionado próximo à respectiva urna eletrônica;

d6) Período de gravação equivalente à duração do processo da Auditoria de Urnas Eletrônicas por Votação Paralela, com garantia de continuidade, sem interrupções nem omissão de qualquer momento do decorrer do trabalho.

e) Fornecimento de todo o material (câmeras, cartão de memória, microfones, televisores, entre outros) a ser utilizado nos trabalhos de filmagem, monitoramento e produção, sem acréscimo ao valor do contrato.

f) Disponibilização de, no mínimo, 2 (dois) técnicos habilitados na operacionalização dos equipamentos de filmagem e gravação.

g) Os trabalhos iniciarão às 7h da manhã do dia da Eleição, momento em que os técnicos da Contratada deverão estar à disposição da Contratante para inícios dos serviços.

h) O serviço será realizado em Porto Velho no prédio do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, ou em outro endereço a ser informado pelo Fiscal do Contrato, na mesma cidade;

i) O Serviço será cotado por dia de filmagem, considerando-se uma diária para a data do primeiro turno e, se houver, e uma diária para a data do segundo turno.

j) O serviço de filmagem do primeiro e segundo turnos somente serão pagos se efetivamente utilizados.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

k) Disponibilização de uma cópia original em *pendrive*, *HD* ou outro dispositivo compatível identificado, acondicionados em embalagem acrílica individual, ou arquivos em extensão mp4, contendo o material bruto gravado durante a Auditoria de Urnas Eletrônicas por meio de Votação Paralela, em até 72 horas após o término da gravação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 27/08/2020, às 16:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **DANIELLE CRISTINA DA SILVA, Usuário Externo**, em 27/08/2020, às 17:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 27/08/2020, às 17:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 27/08/2020, às 18:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0577014** e o código CRC **5F859A2C**.

0000722-74.2020.6.22.8000

0577014v2

Criado por 006007062364, versão 2 por 006007062364 em 27/08/2020 16:20:40.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 25/2020 - PRES/DG/SAOFC/COMAP



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TERMO DE REFERÊNCIA

1.0 - INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 3º, Incisos I a III, da Lei nº 10.520/2002 e **art. 3º, XI c/c o art. 8º, II do Decreto Federal nº 10.024/2019**, elaboramos o presente Termo de Referência com os elementos necessários à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de filmagem, captação de imagens e sons, produção, edição e finalização de vídeos, serviço de instalação de telão LED com projeção de imagens e serviços de captação de imagens com sua respectiva gravação para atender demanda das Eleições Municipais e projeto Eleitor em Perspectiva 2020.

Observa, ainda, **NO QUE APLICÁVEL**, as regras e diretrizes para contratação de bens e serviços no âmbito da Justiça Eleitoral estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral por meio da Resolução TSE nº 23.234/2010, utilizando-se subsidiariamente, também **NO QUE APLICÁVEL**, a Instrução Normativa SG/MPDG nº 5/2017 - e suas alterações posteriores - naquilo que não contraria o disposto na referida Resolução do TSE e nas decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU.

2.0 – OBJETO

2.1 - Prestação de serviços de filmagem, captação de imagens e sons, produção, edição e finalização de vídeos, serviço de instalação de telão LED com projeção de imagens e serviços de captação de imagens com sua respectiva gravação para atender demanda das Eleições Municipais e o Projeto Eleitor em Perspectiva 2020, de acordo com as descrições e quantidades relacionadas no quadro abaixo:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	1	Contratação de serviço de filmagem, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando duas câmeras	Período de 4 horas	45
	2	Contratação de serviço de	Período de	40

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		filmagem, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando uma câmera - Capital.	4 horas	
	3	Contratação de serviço de filmagem, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando uma câmera - Projeto Eleitor em perspectiva.	Período de 4 horas	13
	4	Contratação de serviço de filmagem realizado com a utilização <i>drone</i> profissional com equipamento de alta performance para captação de imagens, vídeos e tomadas aéreas, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons.	Período de 2 horas	10
	5	Contratação de serviço de produção, edição e finalização de vídeo documentário institucional (VT) de 5 até 15 minutos das captações de imagens, vídeos e sons (itens 1 e 3), podendo o TRE-RO também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.	Unidade	3
	6	Contratação de serviço de produção, edição e finalização de vídeo documentário institucional (VT) de 10 até 20 minutos das captações de imagens, vídeos e sons (itens 1 e 3), podendo o TRE-RO também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.	Unidade	2
	7	Contratação de serviço de produção, edição e finalização	Unidade	40



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		de vídeo institucional de até 2 min das captações de imagens, vídeos e sons (itens 1, 2 e 3), para o canal YouTube do TRE-RO – e redes sociais, podendo o Tribunal também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.		
	8	Contratação de serviço de produção, edição e finalização de vídeo institucional de até 4 min das captações de imagens, vídeos e sons (itens 2 e 3), podendo o Tribunal também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.	Unidade	5
	TOTAL DE ½ (MEIA) DIÁRIAS (períodos de 4 horas) ESTIMADAS PARA O LOTE 1			108
	TOTAL DE VÍDEOS INSTITUCIONAIS ESTIMADOS PARA O LOTE 1			50

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	DIÁRIAS	QUANTIDADE
2	1	Contratação do serviço de instalação de 2 (duas) unidades de painel de LED (3m x 5m) para divulgação dos resultados da eleição no dia 04/10/2020 (Domingo) – 1º turno das Eleições 2020.	Período de 4 horas	2
	2	Contratação do serviço de instalação de 1 (uma) unidade de painel de LED (3m x 5m) para divulgação dos resultados da eleição no dia 25/10/2020 (Domingo) – 2º turno das Eleições 2020.	Período de 4 horas	1



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	3	Outros eventos institucionais do TRE-RO.	Período de 4 horas	8
	TOTAL DE 1/2 DIÁRIAS (períodos de 4 horas) ESTIMADAS PARA O LOTE 2			11

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	DIÁRIAS	Quantidade de Diárias
3	1	Contratação do Serviço de Captação de imagens da Auditoria de Urnas Eletrônicas por meio de Votação Paralela, para auditoria de três urnas eletrônicas, que se realizará no Dia 04/10/2020 (Domingo) – 1º turno das Eleições 2020.	Período de 12 horas	1
	2	Contratação do Serviço de Captação de imagens da Auditoria de Urnas Eletrônicas por meio de Votação Paralela, para auditoria de duas urnas eletrônicas, que se realizará no Dia 25/10/2020 (Domingo) – 2º turno das Eleições 2020, se houver.	Período de 12 horas	1
	TOTAL DE DIÁRIAS ESTIMADAS PARA O LOTE 3			2

2.2 - ESPECIFICAÇÃO E DETALHAMENTO DO OBJETO:

a) Os prazos e datas acima informados poderão sofrer alterações, mediante justificativa, para atendimento do interesse público, e conforme necessidade e conveniência para a administração, previamente comunicados à contratada, sem ônus para a contratante, respeitada a legislação correlata.

b) Os serviços de filmagens, captação de imagens e sons, produção, edição e finalização de vídeos, transmissão ao vivo (*streaming*) e gravação de sessões, eventos, capacitações e atividades institucionais e instalações de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

divulgações por meio de telões de LED, deverão ser executados de acordo com os detalhes abaixo:

2.2.1 - DO LOTE 1:

Especificação dos serviços do Lote 1: serviço de filmagem, captação de imagens e sons, produção, edição e finalização de vídeos, com duas câmeras filmadoras de alta-definição (HDV/fullHD) com jogos de lentes de alta performance na captação de imagens e vídeos, filtros de efeitos e correções, iluminação adequada, bem como equipamentos necessários para produção profissional de vídeos institucionais e equipamentos de captação sonora posicionados de forma estratégica de modo a registrar as ações requisitadas pelo Tribunal, com possibilidade de recuperação dos dados, devendo a contratada fornecer todo o material a ser utilizado nos trabalhos, tais como equipamentos ou acessórios (gerador, no break, baterias, iluminação, tripés, grua de filmagem, etc) de modo a evitar quaisquer interrupções de filmagens, registrando os trabalhos, visando entregar ao final as filmagens totais dos itens 1 e 2 com corte seco, legenda, janela em LIBRAS e áudio-descrição, consoante devidamente especificados abaixo.

2.2.1.1 - ITEM 01: Filmagem, com captação de imagens e sons das atividades institucionais do Tribunal, das sessões plenárias da corte, do planejamento das ações institucionais das eleições, das ações do Tribunal na área de acessibilidade e inclusão social, dos projetos sociais do Tribunal no ano de 2020, dos registros do dia das eleições, dos bastidores da votação paralela, da Coordenação de Segurança das Eleições – Cose, da votação nas escolas, voto do preso provisório e da transmissão dos resultados, além dos registros necessários ao resgate histórico da Memória Eleitoral, e a realização da Cerimônia de Diplomação dos Eleitos nas Eleições de 2020 (cerimonial), com quantitativo estimativo total de até 45 (quarenta e cinco) requisições de 4 (quatro) horas com equipe de filmagem à disposição da administração do TRE-RO, efetuando todas as gravações necessárias, para as quais a Contratada deverá cumprir nos seguintes termos:

- a) O dia específico para cada tomada será definido e informado pelo TRE-RO, em requisição expedida pelo Gestor ou pelos Fiscais do Contrato, com o período de 4 (quatro) horas a ser utilizada durante as filmagens;
- b) A contratação deste item será feita por dia em razão da dinâmica diferenciada dos eventos, não sendo inferior ao período de 4 (quatro) horas de serviço à disposição do TRE-RO por requisição. De modo que foi estimado o número de requisições necessárias de filmagem para cobrir os



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

eventos previstos num total de 45 (quarenta e cinco) possíveis requisições de período de 4 (quatro) horas de gravação, contudo a Administração reserva-se ao **direito de requisitar os serviços efetivamente necessários para o atendimento das demandas, não se obrigando a executar o total das 45 (quarenta e cinco) requisições de 4 (quatro) horas;**

c) Utilização de **2 (duas) câmeras** que capturem imagens em alta definição HDV/fullHD, jogos de lentes de alta performance na captação de imagens e vídeos, filtros de efeitos e correções, microfone de mão e de lapela e microfone externo com boom (dependendo do caso), iluminação e tripé, e fornecimento de todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento do equipamento, bem como fornecimento de todas as mídias necessárias a gravação;

d) Disponibilizar cinegrafista (s) capaz (es) de operar os equipamentos de filmagem;

e) Os profissionais deverão usar vestimentas apropriadas para a execução dos serviços neste Tribunal;

f) As gravações serão realizadas somente no município de Porto Velho;

g) A gravação se dará em ambientes fechados e/ ou abertos, previamente definidos pelo Tribunal;

h) O tempo que a empresa contratada utilizará para montagem e teste dos equipamentos necessários para execução dos serviços não será computado para efeitos de pagamento;

i) Os dias, horários, locais e momentos a serem registrados nas filmagens serão definidos pela Seção de Comunicação Social do TRE-RO ou pelos fiscais do contrato e comunicados à contratada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas de antecedência;

j) A prestação dos serviços de filmagens poderá ocorrer aos sábados, domingos e feriados, podendo, ainda, ocorrer em período noturno;

k) Os serviços serão executados no período de 10 (dez) meses após a assinatura do contrato, de acordo com as demandas do contratante e o desenvolvimento dos trabalhos da contratada;

2.2.1.2 - ITEM 2: Filmagens, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando uma câmera com jogos de lentes de alta performance na captação de imagens e vídeos, filtros de efeitos e correções,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

iluminação adequada para *stúdio*, bem como equipamentos necessários para produção profissional de vídeos institucionais para o canal YouTube e redes sociais do TRE-RO das atividades institucionais do Tribunal, das sessões plenárias da corte, do planejamento das ações institucionais das eleições, das ações do Tribunal na área de acessibilidade e inclusão social, dos projetos sociais do Tribunal no ano de 2020, dos registros do dia das eleições, dos bastidores da votação paralela, da Coordenação de Segurança das Eleições – Cose, da votação nas escolas, voto do preso provisório e da transmissão dos resultados, além dos registros necessários o resgate histórico da Memória Eleitoral, e a realização da Cerimônia de Diplomação dos Eleitos nas Eleições de 2020 (cerimonial). Os serviços ocorrerão da seguinte forma:

- a) Captação de imagens e sons objetivando a produção profissional de vídeos institucionais alta definição HDV/fullHD e sons, para veiculação também no canal YouTube e redes sociais do TRE-RO;
- b) O dia específico para cada tomada será definido e informado pelo TRE-RO, em requisição expedida pelo Gestor ou pelos Fiscais do Contrato, com período de 4 (quatro) horas a ser utilizada durante as filmagens;
- c) A contratação deste item será feita por dia em razão da dinâmica diferenciada dos eventos, não sendo inferior ao período de 4 (quatro) horas de serviço à disposição do TRE-RO por requisição. De modo que foi estimado o número requisições necessárias de filmagem para cobrir os eventos previstos num total de 40 (quarenta) possíveis requisições de 4 (quatro) horas de gravação, contudo a Administração reserva-se ao direito de requisitar os serviços efetivamente necessários para o atendimento das demandas, não se obrigando a executar o total das 40 (quarenta) requisições de 4 (quatro) horas;
- d) Utilização de 1 (uma) câmera que capture imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando uma câmera com jogos de lentes de alta performance na captação de imagens e vídeos, filtros de efeitos e correções, iluminação adequada para *stúdio*, bem como equipamentos necessários para produção profissional de vídeos, microfone de mão, de lapela e microfone externo com boom (dependendo do caso), tripé e todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento do equipamento, bem como fornecimento de todas as mídias necessárias a gravação;
- e) Disponibilizar cinegrafista (s) capaz (es) de operar os equipamentos de filmagem;
- f) Os profissionais deverão usar vestimentas apropriadas para a execução dos serviços neste Tribunal;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- g) As gravações serão realizadas somente no município de Porto Velho;
- h) A gravação se dará em ambientes fechados e/ ou abertos, previamente definidos pelo Tribunal;
- i) O tempo que a empresa contratada utilizará para montagem e teste dos equipamentos necessários para execução dos serviços não será computado para efeitos de pagamento;
- j) Os dias, horários, locais e momentos a serem registrados nas filmagens serão definidos pela Seção de Comunicação Social do TRE-RO e comunicados à contratada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas de antecedência;
- k) A prestação dos serviços de filmagens poderá ocorrer em sábados, domingos e feriados, podendo, ainda, ocorrer em período noturno;
- l) Os serviços serão executados no período de 10 (dez) meses após a assinatura do contrato, de acordo com as demandas do contratante e o desenvolvimento dos trabalhos da contratada;

2.2.1.3 - ITEM 3: Filmagens, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando uma câmera com jogos de lentes de alta performance na captação de imagens e vídeos, filtros de efeitos e correções, iluminação adequada para *stúdio*, bem como equipamentos necessários para produção profissional de vídeos institucionais para o canal YouTube e redes sociais do TRE-RO da cobertura do "Projeto Eleitor em Percectiva". Os serviços ocorrerão da seguinte forma:

- a) Captação de imagens e sons objetivando a produção profissional de vídeos institucionais alta definição HDV/fullHD e sons, para veiculação também no canal YouTube e redes sociais do TRE-RO;
- b) O dia específico para cada tomada será definido e informado pelo TRE-RO, em requisição expedida pelo Gestor ou pelos Fiscais do Contrato, com período de 4 (quatro) horas a ser utilizada durante as filmagens;
- c) A contratação deste item será feita por dia em razão da dinâmica diferenciada dos eventos, não sendo inferior ao período de 4 (quatro) horas de serviço à disposição do TRE-RO por requisição. De modo que foi estimado o número requisições necessárias de filmagem para cobrir os eventos previstos num total de 40 (quarenta) possíveis requisições de 4 (quatro) horas de gravação, contudo a Administração reserva-se ao direito de requisitar os serviços efetivamente necessários para o atendimento das



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

demandas, não se obrigando a executar o total das 40 (quarenta) requisições de 4 (quatro) horas;

d) Utilização de 1 (uma) câmera que capture imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando uma câmera com jogos de lentes de alta performance na captação de imagens e vídeos, filtros de efeitos e correções, iluminação adequada para *stúdio*, bem como equipamentos necessários para produção profissional de vídeos, microfone de mão, de lapela e microfone externo com boom (dependendo do caso), tripé e todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento do equipamento, bem como fornecimento de todas as mídias necessárias a gravação;

e) Disponibilizar cinegrafista (s) capaz (es) de operar os equipamentos de filmagem;

f) Os profissionais deverão usar vestimentas apropriadas para a execução dos serviços neste Tribunal;

g) A gravação se dará em ambientes fechados e/ ou abertos, previamente definidos pelo Tribunal;

h) O tempo que a empresa contratada utilizará para montagem e teste dos equipamentos necessários para execução dos serviços não será computado para efeitos de pagamento;

1) Os dias, horários, locais e momentos a serem registrados nas filmagens serão definidos pela Seção de Comunicação Social do TRE-RO e comunicados à contratada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas de antecedência;

j) A prestação dos serviços de filmagens poderá ocorrer em sábados, domingos e feriados, podendo, ainda, ocorrer em período noturno;

k) Os serviços serão executados a partir da data de assinatura do contrato, mediante requisição ou ordem de serviço emitida pelo gestor da contratação, de acordo com as demandas do contratante e o desenvolvimento dos trabalhos da contratada;

l) Será realizada meia diária (uma requisição), suficiente para cobertura das audiências públicas, por localidade descrita a seguir:

1. Ariquemes
2. Ouro Preto do Oeste
3. Rolim de Moura
4. Guajará-Mirim
5. Vilhena
6. Porto Velho



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7. Presidente Médici
8. Candeias do Jamari
9. Cacoal
10. Pimenta Bueno
11. Jaru
12. Ji-Paraná
13. Itapuã do Oeste

NOTA 1: Todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto, quando executado em município distinto da capital, descrito neste item 3, do lote 1, deverão fazer parte da proposta comercial da Contratada, sem ressarcimento posterior por parte da Contratante de gastos como: diárias, hotel, transporte e alimentação e qualquer outro.

2.2.1.4 - ITEM 04: Filmagens e captação de imagens através de utilização de *drone* profissional com equipamento de alta performance para captação de imagens, vídeos e tomadas aéreas, com captação de imagens em alta definição. Os serviços ocorrerão da seguinte forma:

- a) Captação de imagens objetivando registrar as atividades institucionais do Tribunal, das sessões plenárias da corte, do planejamento das ações institucionais das eleições, das ações do Tribunal na área de acessibilidade e inclusão social, dos projetos sociais do Tribunal no ano de 2020, dos registros do dia das eleições, dos bastidores da votação paralela, da Coordenação de Segurança das Eleições – Cose, da votação nas escolas, voto do preso provisório e da transmissão dos resultados, além dos registros necessários o resgate histórico da Memória Eleitoral, e a realização da Cerimônia de Diplomação dos Eleitos nas Eleições de 2020 (cerimonial);
- b) O dia específico para cada tomada será definido e informado pelo TRE-RO, em requisição expedida pelo Gestor ou pelos Fiscais do Contrato, com período de 4 (quatro) horas a ser utilizada durante as filmagens;
- c) A contratação deste item será feita por dia em razão da dinâmica diferenciada dos eventos, não sendo inferior ao período de 2 (duas) horas de serviço à disposição do TRE-RO por requisição. De modo que foi estimado o número de requisições necessárias de filmagem para cobrir os eventos previstos num total de 10 (dez) possíveis requisições de 2 (duas) horas de gravação, contudo a Administração reserva-se ao direito de requisitar os serviços efetivamente necessários para o atendimento das demandas, não se obrigando a executar o total das 10 (dez) requisições de 2 (duas) horas;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- d) Utilização de *drone* profissional com equipamento de alta performance para captação de imagens, vídeos e tomadas aéreas, com captação de imagens em alta definição;
- e) Disponibilizar cinegrafista (s) capaz (es) de operar o *drone* profissional e os equipamentos de filmagem;
- f) Os profissionais deverão estar devidamente habilitados, credenciados e usar vestimentas apropriadas para a execução dos serviços neste Tribunal;
- g) As gravações serão realizadas somente no município de Porto Velho;
- h) A gravação se dará em ambientes abertos, previamente definidos pelo Tribunal;
- i) O tempo que a empresa contratada utilizará para montagem e teste dos equipamentos necessários para execução dos serviços não será computado para efeitos de pagamento;
- j) Os dias, horários, locais e momentos a serem registrados nas filmagens serão definidos pela Seção de Comunicação Social do TRE-RO e comunicados à contratada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas de antecedência;
- k) A prestação dos serviços de filmagens poderá ocorrer em sábados, domingos e feriados, podendo, ainda, ocorrer em período noturno.
- l) Os serviços serão executados a partir da data de assinatura do contrato, mediante requisição ou ordem de serviço emitida pelo gestor da contratação, de acordo com as demandas do contratante e o desenvolvimento dos trabalhos da contratada;

2.2.1.5 - ITEM 5: Produção, edição e finalização de 3 (três) vídeos documentários institucionais (VT) de 5 até 15 minutos das captações de imagens, vídeos e sons (itens 1, 2 e 3), de modo a atender o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, podendo este também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.

Descrição detalhada do Item 5 do Lote 1: Argumentação, pré-produção, produção, roteirização, captação de áudio e vídeo, trilha sonora personalizada, edição e finalização de 3 (três) vídeos institucionais.

- a) A empresa contratada deverá entregar à equipe técnica da Seção de Comunicação Social, após o *briefing*, o argumento, o roteiro, o *storyboard* e a decupagem, com objetivo de averiguar a qualidade do vídeo quanto a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

abordagem sobre os temas propostos pela Justiça Eleitoral descritos no Lote 1: itens 01, 02 e 03 e planejados juntamente com a Seção de Comunicação Social e outras unidades ou comissões do Tribunal, bem como, a análise de enquadramentos, ângulos e planos de câmeras atribuídos às cenas, qualidade das imagens, efeitos aplicados e análise comparativa. A Contratada deverá entregar também todo material bruto das imagens e sons capturados com corte seco, legenda, janela em LIBRAS e áudio-descrição, podendo o TRE-RO fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons;

b) A empresa contratada deverá entregar à Seção de Comunicação Social após concluído todos os trabalhos de argumento, pré-produção, produção, roteirização, captação de imagens e sons, edição e finalização de vídeos, em pendrive ou arquivo (s) em formato mp4, 3 vídeos documentários (VT), podendo o TRE-RO fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.

c) Os serviços serão executados a partir da data de assinatura do contrato, mediante requisição ou ordem de serviço emitida pelo gestor da contratação, de acordo com as demandas do contratante e o desenvolvimento dos trabalhos da contratada;

d) Todos os serviços serão executados no município de Porto Velho.

2.2.1.6 - ITEM 6: Produção, edição e finalização de 2 (dois) vídeos documentários institucionais (VT) de 10 a 20 minutos das captações de imagens, vídeos e sons (itens 1, 2 e 3), de modo a atender o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, podendo este também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.

Descrição detalhada do Item 6 do Lote 1: Argumentação, pré-produção, produção, roteirização, captação de áudio e vídeo, trilha sonora personalizada, edição e finalização de 2 (dois) vídeos institucionais.

a) A empresa contratada deverá entregar à equipe técnica da Seção de Comunicação Social, após o *briefing*, o argumento, o roteiro, o *storyboard* e a decupagem, com objetivo de averiguar a qualidade do vídeo quanto a abordagem sobre os temas propostos pela Justiça Eleitoral descritos no item 2.2.1.1 (Lote 1: itens 01, 02 e 03) e planejados juntamente com a e outras unidades ou comissões do Tribunal, bem como, a análise de enquadramentos, ângulos e planos de câmeras atribuídos às cenas, qualidade das imagens, efeitos aplicados e análise comparativa. A Contratada deverá entregar também todo material bruto das imagens e sons



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

capturados com corte seco, legenda, janela em LIBRAS e áudio-descrição, podendo o TRE-RO fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons;

b) A empresa contratada deverá entregar à Seção de Comunicação Social após concluído todos os trabalhos de argumento, pré-produção, produção, roteirização, captação de imagens e sons, edição e finalização de vídeos, em pendrive ou arquivo (s) em formato mp4, 2 vídeos documentários (VT), podendo o TRE-RO fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.

c) Os serviços serão executados a partir da data de assinatura do contrato, mediante requisição ou ordem de serviço emitida pelo gestor da contratação, de acordo com as demandas do contratante e o desenvolvimento dos trabalhos da contratada;

d) Todos os serviços serão executados no município de Porto Velho.

2.2.1.7 - ITEM 7 e 8: Produção, edição e finalização de 45 (quarenta e cinco) vídeos institucionais, sendo 40 (quarenta) de até 2 minutos e outros 5 (cinco) de até 4 minutos, para o canal YouTube do TRE-RO, redes sociais e divulgação das ações institucionais do Tribunal e sobre às Eleições Municipais 2020, a Memória Eleitoral e o "Projeto Eleitor em Perspectiva", das captações de imagens, vídeos e sons (Lote 1 – itens 1, 2 e 3), de modo a atender o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, podendo este também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.

Descrição detalhada dos Item 7 e 8 do Lote 1: Pré-produção, produção, roteirização, captação de áudio e vídeo, trilha sonora personalizada, edição e finalização de 33 vídeos institucionais.

a) A empresa contratada deverá entregar à equipe técnica da Seção de Comunicação Social, após o *briefing*, o argumento, o roteiro, o *storyboard* e a decupagem, com objetivo de averiguar a qualidade do vídeo quanto a abordagem sobre os temas planejados juntamente com a Seção de Comunicação Social, bem como, a análise de enquadramentos, ângulos e planos de câmeras atribuídos às cenas, qualidade das imagens, efeitos aplicados e análise comparativa. A Contratada deverá entregar também todo material bruto das imagens e sons capturados com corte seco, legenda, janela em LIBRAS e áudio-descrição, podendo o TRE-RO fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) A empresa contratada deverá entregar à Seção de Comunicação Social após concluído todos os trabalhos de argumento, pré-produção, produção, roteirização, captação de imagens e sons, edição e finalização de vídeos, em pendrive ou arquivo (s) em formato mp4, 45 vídeos institucionais, podendo o TRE-RO fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.

c) Os serviços serão executados a partir da data de assinatura do contrato, mediante requisição ou ordem de serviço emitida pelo gestor da contratação, de acordo com as demandas do contratante e o desenvolvimento dos trabalhos da contratada:

d) Todos os serviços serão executados no município de Porto Velho.

2.2.2 - DO LOTE 2:

Especificação dos serviços do Lote 2: Contratação de serviço de instalação de painel de LED para divulgação dos resultados das Eleições 2020, e outros eventos institucionais do Tribunal.

2.2.2.1 - ITEM 01:

Contratação do serviço de instalação de 2 (duas) unidades de painel de LED (mínimo 3m x 5m) para divulgação dos resultados da eleição no dia 04/10/2020 (Domingo) – 1º e 2º turno das Eleições 2020.

a) Os painéis deverão atender as seguintes características:

i. Medidas mínimas de 3m x 5m;

ii. Ser instalado com estrutura fixas de treliça de alumínio 030, a uma altura mínima de 4 metros do chão, de modo a facilitar a visualização por um grande número de pessoas, conforme pedido da SECOMS e da STIC do TRE-RO;

iii. Para instalação poderá ser utilizada estrutura fixa.

b) O painel de LED deverá atender às seguintes especificações:

i. O sistema deverá suportar resolução mínima P6 para projeção de imagem em alta definição;

ii. O equipamento deverá possuir uma entrada e saída de áudio;

iii. Cabos para conexão Computador x Painel com medidas mínimas de 8m;

iv. Cabos de energia com medidas mínimas de 8m;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

v. Uso em ambiente externo; e

ix. Conexão HDMI, DVI ou VGA.

c) Os equipamentos poderão ser instalados no município de Porto Velho/RO em local determinado pela Seção de Comunicação Social ou pelo setor técnico da Secretaria de Tecnologia da Informação deste Regional.

d) A contratada poderá realizar a montagem e instalação dos equipamentos no mesmo dia das projeções ou, se preferir, em dia anterior. Em qualquer hipótese a contratada deverá observar o prazo suficiente para a realização de testes nos equipamentos e o pré-agendamento dos serviços com a Seção de Comunicação Social ou com a Secretaria de Tecnologia da Informação do TRE de Rondônia, por meio do telefone n. (69) 3211-2019, 3211-2129 ou e-mails: secoms@tre-ro.jus.br ou sti@tre-ro.jus.br.

e) A projeção será realizada ininterruptamente no período 4 horas conforme horário requisitado pela Seção de Comunicação Social ou pelo setor técnico da Secretaria de Tecnologia da Informação deste Tribunal, sendo necessário que todos os equipamentos (mínimos painéis de LED P6 e treliças) estejam devidamente montados, testados e posicionados 2 horas antes dos eventos;

f) Havendo falha em algum painel de LED a empresa contratada deverá instalar imediatamente um aparelho substituto, visando manter a divulgação;

g) A desmontagem dos equipamentos será autorizada pela Seção de Comunicação Social ou pelo setor técnico da Secretaria de Tecnologia da Informação deste Tribunal e ocorrerá somente após o encerramento das atividades do TRE-RO de totalização/resultados do pleito Eleitoral 2020, da Cerimônia de Diplomação dos Eleitos e dos eventos institucionais.

h) Serão projetados os resultados parciais e finais da apuração das Eleições Municipais de 2020 e outras imagens institucionais disponibilizadas pelo Tribunal durante os eventos;

i) Um dos conjuntos (painel de LED) será utilizado para divulgação do resultado das eleições majoritárias (prefeitos) e a outra para o resultado das eleições proporcionais (vereadores);

j) O gerenciamento das informações que serão projetadas nos painéis ficará a cargo da Secretaria de Tecnologia da Informação com apoio da Seção de Comunicação Social, as quais providenciarão os computadores e os meios de acesso à rede de dados necessários à divulgação dos resultados;

l) Os serviços serão executados a partir da data de assinatura do contrato, mediante requisição ou ordem de serviço emitida pelo gestor da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contratação, de acordo com as demandas do contratante e o desenvolvimento dos trabalhos da contratada.

2.2.2.2 - ITEM 02:

a) Contratação do serviço de instalação de 1 (uma) unidade de painel de LED (mínimo 3m x 5m) para divulgação dos resultados da eleição no dia 25/10/2020 (Domingo) – 2º turno das Eleições 2020, possíveis eleições suplementares e eventos institucionais do Tribunal, se ocorrerem.

b) Os serviços serão feitos de acordo com as especificações para Item 01 deste Lote 2, acima elencadas;

c) Os serviços serão executados a partir da data de assinatura do contrato, mediante requisição ou ordem de serviço emitida pelo gestor da contratação, de acordo com as demandas do contratante e o desenvolvimento dos trabalhos da contratada.

2.2.2.3 - ITEM 03: Cerimônia de Diplomação dos Eleitos e eventos institucionais.

a) Contratação do serviço de instalação de 1 (uma) unidade de painel de LED (mínimo 3m x 5m) para divulgação dos de possíveis eleições suplementares e eventos institucionais do Tribunal, se ocorrerem.

b) Os serviços serão feitos de acordo com as especificações para Item 01 deste Lote 2, acima elencadas;

c) Os serviços serão executados a partir da data de assinatura do contrato, mediante requisição ou ordem de serviço emitida pelo gestor da contratação, de acordo com as demandas do contratante e o desenvolvimento dos trabalhos da contratada.

2.2.3 - LOTE 3, itens 01 e 02:

Especificação dos serviços do Lote 3 – itens 1 e 2: Contratação do Serviço de Filmagem dos trabalhos da Comissão de Auditoria de Urnas Eletrônicas por meio de Votação Paralela, nos seguintes termos:

a) O Serviço será utilizado nas Eleições 2020, no dia 04/10/2020 (item 1), e, havendo segundo turno, no dia 25/10/2020 (item 2). As datas poderão sofrer alterações.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) A contratada deverá realizar a montagem e instalação dos equipamentos, **OBRIGATORIAMENTE**, no sábado anterior ao dia das Eleições do 1º turno e segundo, se houver - ou, se preferir, em dia anterior. Em qualquer hipótese a contratada deverá observar o prazo suficiente para a realização de testes nos equipamentos e o pré-agendamento dos serviços com a servidora Rudma Rosa, Gerente do Projeto, por meio do telefone n. (69) 3211 2143/2144 ou email rudma.rosa@tre-ro.jus.br;

c) Na hipótese de ampliação dos horários de trabalho da comissão, no dia da eleição, a contratada deverá continuar a prestar os serviços de filmagem até que concluídos os procedimentos para solução das divergências, caso ocorram, até o encerramento dos trabalhos pela comissão, sem qualquer ônus adicional ao contratante;

d) Filmagem ininterrupta dos procedimentos de Auditoria de Urnas Eletrônicas por meio de Votação Paralela para verificação do funcionamento das urnas sob condições normais de uso, a ser realizada das 08 (oito) horas até as 17 (dezesete) horas, devendo a gravação atender às seguintes especificações:

d1) utilização de 3 (três) câmeras de alta resolução no primeiro turno e, 02 (duas) no segundo turno. As câmeras deverão possuir tripé, incluindo todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos, sendo uma para cada mesa com urna eletrônica a ser utilizada nos trabalhos da Auditoria de Urnas Eletrônicas, posicionadas de modo a registrar no mínimo a tela de cada uma das urnas eletrônicas, da seguinte forma:

d2) O posicionamento das câmeras, dos monitores e dos equipamentos de gravação obedecerá às determinações da Comissão Auditoria de Urnas Eletrônicas por Votação Paralela;

d3) Captação de áudio, com utilização de 3 (três) microfones, e 02 (dois) no segundo turno, tipo auricular, ou de lapela, ou de mesa, com alta qualidade de captação de sons (incluindo acessórios), sendo 1 (um) microfone para cada um dos servidores que estarão efetuando a digitação nas urnas eletrônicas;

d4) Gravação de áudio e de vídeo para cada câmera, com captação independente e simultânea para cada urna eletrônica, com possibilidade de recuperação dos dados no decorrer dos trabalhos ou imediatamente após o seu final;

d5) 3 (três) aparelhos de TV, no mínimo 40", e 02 (duas) no segundo turno, para monitoramento simultâneo com as imagens



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de cada câmera, posicionado próximo à respectiva urna eletrônica;

d6) Período de gravação equivalente à duração do processo da Auditoria de Urnas Eletrônicas por Votação Paralela, com garantia de continuidade, sem interrupções nem omissão de qualquer momento do decorrer do trabalho.

e) Fornecimento de todo o material (câmeras, cartão de memória, microfones, televisores, entre outros) a ser utilizado nos trabalhos de filmagem, monitoramento e produção, sem acréscimo ao valor do contrato.

f) Disponibilização de, no mínimo, 2 (dois) técnicos habilitados na operacionalização dos equipamentos de filmagem e gravação.

g) Os trabalhos iniciarão às 7h da manhã do dia da Eleição, momento em que os técnicos da Contratada deverão estar à disposição da Contratante para inícios dos serviços.

h) O serviço será realizado em Porto Velho no prédio do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, ou em outro endereço a ser informado pelo Fiscal do Contrato, na mesma cidade;

i) O Serviço será cotado por dia de filmagem, considerando-se uma diária para a data do primeiro turno e, se houver, e uma diária para a data do segundo turno.

j) O serviço de filmagem do primeiro e segundo turnos somente serão pagos se efetivamente utilizados.

k) Disponibilização de uma cópia originais em *pendrive*, *HD* ou outro dispositivo compatível identificado, acondicionados em embalagem acrílica individual, ou arquivos em extensão mp4, contendo o material bruto gravado durante a Auditoria de Urnas Eletrônicas por meio de Votação Paralela, em até 72 horas após o término da gravação.

3.0 – JUSTIFICATIVA

3.1 - DAS FILMAGENS:

a) Dentre as atribuições da Seção de Comunicação Social do TRE-RO, insere-se a criação e a produção de material jornalístico para divulgação institucional interna e externa, assim como a realização da cobertura das ações institucionais, eventos e atividades referentes às Eleições Municipais de 2020 (1º e eventual 2º turnos), dentre outras afetas à missão da Justiça da Eleitoral. Referidas atividades necessitam ser registradas, em vídeo, para



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

valorização da imagem institucional e publicidade de suas ações, assim como para a formação de acervo histórico e da memória institucional.

b) Assim, o primeiro lote da contratação refere-se à produção de vídeos institucionais para registrar e divulgar fatos importantes, bem como apoiar uma campanha de valorização da imagem da Justiça Eleitoral de Rondônia e do Poder Judiciário nacional.

c) As referidas produções serão exibidas e publicadas no portal do TRE-RO, nas redes sociais do Tribunal e disponibilizadas ao público interno, externo e à imprensa no Estado de Rondônia.

d) No caso dos vídeos institucionais de valorização da imagem do TRE-RO, estes poderão ser exibidos tanto nas ferramentas corporativas (portal, intranet, letreiro, redes sociais etc.), bem como em canais de TV (aberta e fechada) parceiros.

e) Como o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia não possui equipamentos específicos e profissionais habilitados para gravação de vídeos, tais como, câmeras de gravação de vídeos, lentes de alta definição, ilha de edição, adaptadores para lentes, grua de filmagens, drone para captação de cenas, *traveling*, ilha de edição, monitor de cena, entre outros, bem como, há falta de profissionais capacitados como diretor roteirista, diretor de produção, diretor de cena fotográfica, diretor executivo, produtor de elenco, assistente de direção, cinegrafista, assistente de câmera, locutor, editor de áudio e vídeo, faz-se necessário contratar uma empresa especializada na prestação de serviço de captação, produção, edição e finalização de vídeos institucionais.

f) Além disso, a divulgação do resultado das eleições em tempo real é medida que se impõe ao Tribunal, em prestígio aos princípios da publicidade, da transparência e dos costumes já consagrados no Estado de Rondônia.

g) As eleições são a grande festa da democracia brasileira, a divulgação dos resultados em tempo real através de painéis de LED, de acordo com os votos apurados, transmite maior segurança aos eleitores, candidatos, partidos e imprensa, contribuindo sobremaneira para a credibilidade do processo eleitoral e da Justiça Eleitoral rondoniense.

h) Dessa forma, objetiva-se ampliar a comunicação com os eleitores, jurisdicionados, advogados, candidatos, partidos, servidores, magistrados, demais profissionais do TRE-RO e a população em geral, oferecendo um ágil canal de distribuição de informações de caráter relevante para a sociedade.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

i) Como o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia não possui recursos pessoais e técnicos próprios para atender a demanda para produção de vídeos institucionais e de conteúdo jornalístico, assim como de instalação de telões de alta definição (FULL HD), torna-se imprescindível a contratação de uma empresa especializada nessa prestação, nos termos descritos neste TR.

j) Outro evento relevante na atuação do TRE-RO nas Eleições 2020, seja no aspecto da transparência e divulgação das informações, seja quanto à preservação da memória institucional, cinge-se à gravação e transmissão da cerimônia de diplomação dos candidatos eleitos. Considerando que o Tribunal não dispõe de equipamentos tampouco de profissionais especializados para realizar tal tarefa, novamente se justifica a contratação de serviços profissionais para este fim.

3.2 - DOS PAINEIS DE LED:

a) O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia não dispõe de cabos e conexões de longo alcance (aproximadamente dez metros) e tampouco dispõe de painéis de LED resolução mínima P6 nas dimensões, em que pese dispor de projetores Datashow, o uso destes equipamentos em ambiente externo é operação passível de danos que podem inutilizar ou causar prejuízos maiores do que o valor de uma locação, além de não possuírem uma projeção com a qualidade necessária à divulgação efetiva dos resultados.

b) Assim sendo a contratação para divulgar os resultados da totalização das Eleições 2020 é mais eficaz, pois a qualidade das imagens permite a divulgação efetiva dos resultados, somado ao critério da economicidade, visto que o Tribunal não necessitará adquirir esses equipamentos para cumprir tal dever institucional de publicidade da apuração do pleito, podendo para tanto contratar equipamentos de projeção de empresas (LED Alta definição) ou de profissionais especializados, visto que a responsabilidade do equipamento locado será da empresa que aluga, instala e opera.

3.3 - DAS IMAGENS DA AUDITORIA DAS URNAS ELETRÔNICAS:

O Serviço de captação de imagens da Votação Paralela visa cumprir as determinações constantes da RESOLUÇÃO Nº 23.603, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019, e Resolução 01/2020 TRE-RO, as quais tratam dos procedimentos de auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas sob



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

condições normais de uso, em cada unidade da Federação, em um só local público e com expressiva circulação de pessoas, designado pelo Tribunal Regional Eleitoral, no mesmo dia e horário da votação oficial, em ambos os turnos.

Para cumprimento das sobreditas resoluções serão necessárias gravações das imagens durante todo o período de trabalho da equipe da Auditoria de Urnas Eletrônicas por Votação Paralela, no dia da eleição, de modo a garantir a segurança do resultado da votação na urna auditada.

De acordo com a Resolução TSE nº 23.603/2019, o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia deverá realizar as filmagens em 03 urnas eletrônicas no 1º turno, e, em 02 urnas eletrônicas durante o 2º turno. No decorrer dos trabalhos, o Tribunal providenciará o manuseio do material filmado, sem interrupção dos serviços, e por esta razão tais procedimentos, deverão ser executados por pessoal especializado para a realização deste tipo de serviço.

3.4. FASE DE PLANEJAMENTO: Estudo técnico preliminar (ETP) - Inciso IV do Art. 3º, c/c o inciso I do Art. 8º do Decreto Federal n. 10.024/2019, foi implementado pelo TRE a partir, nos termos da DECISÃO Nº 32 / 2020 - PRES/ASSPRES ([0509011](#)). O interesse público envolvido e a melhor solução ao problema a ser resolvido, elementos exigidos pela nova norma, estão demonstrados neste TR.

4 - DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO:

a) Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Termo de Referência detalha a aquisição de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.

b) Além disso, o objeto deste Termo de Referência consta no Planejamento Anual das Contratações para 2020, e vem ao encontro OBJETIVOS ESTRATÉGICOS estabelecidos no PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2020 - MACRODESAFIOS deste órgão, a saber:

b1) Garantir a legitimidade do processo eleitoral;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b2) Consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança

c) Adotar-se-á como Valores:

Ética: Atuação sob os princípios da honestidade, lealdade e dignidade;

Transparência: Garantia do acesso às informações, ações e decisões institucionais;

Acessibilidade: Garantir aos usuários o acesso simplificado e rápido a serviços e informações, observando os direitos de cidadania;

Celeridade: Atendimento da demanda do cidadão usuário no menor tempo possível;

Responsabilidade social e ambiental: Atitude responsável em relação aos critérios de sustentabilidade;

Inovação: Estímulo à criatividade e à busca de soluções diferenciadas;

Eficácia: Atuar no sentido de alcançar os resultados planejados;

Comprometimento: Atuação com dedicação, empenho e envolvimento em suas atividades;

Qualidade de vida do servidor: Promover a melhoria da qualidade de vida de seus servidores. atividades;

4.1) APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Refere-se ao aperfeiçoamento dos mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias e ao aprimoramento do processo eleitoral e da prestação jurisdicional. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais da Justiça Eleitoral.

4.2) FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA E DA TRANSPARÊNCIA NO PROCESSO ELEITORAL

Está relacionado a objetivos e iniciativas que visem garantir à sociedade o aprimoramento contínuo da segurança e da transparência dos pleitos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

eleitorais, com a utilização de tecnologias e com a melhoria de processos de trabalho.

4.3) CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.

Têm por finalidade materializar, na prática judiciária, o comando constitucional da razoável duração do processo. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos magistrados e servidores.

5 - DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

5.1 De acordo com o Artigo 1º da Resolução CNJ n. 201/2015, os órgãos do Poder Judiciário devem criar unidades ou núcleos socioambientais, com atribuição - entre outras tantas - de especificar ou alterar a especificação já existente do material ou serviço solicitado, observando os critérios e práticas de sustentabilidade, em conjunto com a unidade solicitante (art. 6º, § 4º, II). Neste Tribunal, o referido núcleo foi instituído através da Portaria n. 425/2017, de 7/7/2017.

5.2 Já o novo Decreto Federal n. 10.024/2019, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, materializa o Princípio do Desenvolvimento Sustentável, recentemente albergado no art. 3º da Lei n. 8.666/93, observado nas etapas do processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades.

5.3 De acordo com o art. 6º da IN MPOG n. 001/2010-SLTI, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de execução de serviços pela Administração Pública Federal direta, na contratação de serviços, a Administração Pública poderá exigir critérios de sustentabilidade ambiental.

5.4 Assim, será exigido da futura contratada que utilize, desde que possível, a via digital para envio ao contratante de todos os documentos decorrentes da execução do contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6.0 - DO PREÇO ESTIMADO DOS SERVIÇOS

O preço estimado da contratação é de **R\$ 281.300,00** (duzentos e oitenta e um mil e trezentos reais), conforme estimativa de preços, evento [0508319](#).

A **Instrução Normativa STI/MPOG nº 5/2014**, dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral. Embora não seja de observância obrigatória por este Órgão do Poder Judiciário Federal, é, sempre que possível, adotada como uma boa prática neste Tribunal.

Referida norma estabelece em seu art. 2º alguns parâmetros para balizar a pesquisa de preços, entre eles, o Pannel de Preços, contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços, pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso.

Ocorre que, pelas características do objeto, para os quais estão sendo definidas especificações próprias, esta unidade decidiu pela pesquisa com fornecedores no mercado local, procedimento também disciplinado no **inciso IV do art. 2º daquela norma** e mais efetivo para estimar de forma eficiente o preço dos serviços. A consulta foi realizada por meio da Pesquisa de Mercado nº /2020-SLC (evento nº), emitida pela Seção de Licitações deste Tribunal.

Em que pese a ampla consulta ao mercado local por este órgão (Evento SEI N. [0508319](#)), só foi obtido retorno efetivo de uma consulta. Tal restrição de mercado é problema corriqueiro na APU, contudo, esta unidade entende que os valores estão compatíveis com os praticados no mercado, sendo o adequado às necessidades deste Regional.

Os valores obtidos estão sistematizados no quadro adiante:

LOTE	ITEM	EMPRESA 1		
		Valor Unitário	Qtd.	Valor Total
1	1	R\$ 1200,00	45	R\$ 54.000,00
	2	R\$ 820,00	40	R\$ 32.800,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	3	R\$ 900,00	13	R\$ 11.700,00
	4	R\$ 2.500,00	10	R\$ 25.000,00
	5	R\$ 6.000,00	3	R\$ 18.000,00
	6	R\$ 4.500,00	2	R\$ 9.000,00
	7	R\$ 1.300,00	40	R\$ 52.000,00
	8	R\$ 2.700,00	5	R\$ 13.500,00
	PREÇO TOTAL DO LOTE 01 R\$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais)			
2	1	R\$ 4.000,00	2	R\$ 8.000,00
	2	R\$ 4.000,00	1	R\$ 4.000,00
	3	4.000,00	8	R\$ 32.000,00
	PREÇO TOTAL DO LOTE 02 R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais)			
3	1	R\$ 15.000,00	1	R\$ 15.000,00
	2	R\$ 6.300,00	1	R\$ 6.300,00
	PREÇO TOTAL DO LOTE 03 R\$ 21.300,00			
PREÇO ESTIMADO DA				



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CONTRATAÇÃO R\$: 281.300,00 (duzentos e oitenta e um mil e trezentos reais)

Quadro esquemático para o **MODELO PADRÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS:**

LOT E	ITE M	SERVIÇOS	UNID	QT D	VALO R UNIT	VALO R TOTA L
1	1	Contratação de serviço de filmagem, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando duas câmeras.	Período de 4 horas – duas câmeras	45		
	2	Contratação de serviço de filmagem, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando uma câmera.	Período de 4 horas – uma câmera	40		
	3	Contratação de serviço de filmagem, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando uma câmera - Projeto Eleitor em perspectiva.	Período de 4 horas	13		
	4	Contratação de serviço de filmagem realizado com a utilização drone profissional com equipamento de alta performance para captação de imagens, vídeos e tomadas aéreas, com captação de imagens	Período de 2 horas	10		



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		em alta definição HDV/fullHD e sons.				
5		Contratação de serviço de produção, edição e finalização de vídeo documentário institucional (VT) de 5 até 15 minutos das captações de imagens, vídeos e sons (itens 1 e 3) , podendo o TRE-RO também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.	Vídeo documentário institucional de 5 até 15 minutos	3		
6		Contratação de serviço de produção, edição e finalização de vídeo documentário institucional (VT) de 10 até 20 minutos das captações de imagens, vídeos e sons (itens 1 e 3) , podendo o TRE-RO também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.	Vídeo documentário institucional de 10 até 20 minutos	2		
7		Contratação de serviço de produção, edição e finalização de vídeo institucional de até 2 min das captações de imagens, vídeos e sons (itens 2 e 3) , para o canal YouTube do TRE-RO – e redes sociais, podendo o Tribunal também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.	Vídeo institucional de até 2 min	40		



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	8	Contratação de serviço de produção, edição e finalização de vídeo institucional de até 4 min das captações de imagens, vídeos e sons (itens 2 e 3) , podendo o Tribunal também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.	Vídeo institucional de até 4 min	5		
PREÇO TOTAL ESTIMADO DO LOTE 1						
2	1	Contratação do serviço de instalação de 2 (duas) unidades de painel de LED (3m x 5m) para divulgação dos resultados da eleição no dia 04/10/2020 (Domingo) – 1º turno das Eleições 2020.	Telão DIÁRIA –	2		
	2	Contratação do serviço de instalação de 1 (uma) unidade de painel de LED (3m x 5m) para divulgação dos resultados da eleição no dia 25/10/2020 (Domingo) – 2º turno das Eleições 2020.	Telão DIÁRIA –	1		
	3	Outros eventos institucionais do TRE-RO.	Telão DIÁRIA –	8		
PREÇO TOTAL ESTIMADO DO LOTE 2						
3	1	Contratação do Serviço de Captação de imagens	Auditoria –	1		

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		da Auditoria de Urnas Eletrônicas por meio de Votação Paralela, para auditoria de três urnas eletrônicas, que se realizará no Dia 04/10/2020 (Domingo) – 1º turno das Eleições 2020.	DIÁRIA			
	2	Contratação do Serviço de Captação de imagens da Auditoria de Urnas Eletrônicas por meio de Votação Paralela, para auditoria de duas urnas eletrônicas, que se realizará no Dia 25/10/2020 (Domingo) – 2º turno das Eleições 2020, se houver.	Auditoria – DIÁRIA	1		
PREÇO TOTAL ESTIMADO DO LOTE 3						
PREÇO TOTAL ESTIMADO DOS LOTES 1, 2, e 3.						

7 – DA CLÁUSULA DE ADERÊNCIA ORÇAMENTÁRIA

A presente despesa contempla serviços relacionados às atividades ordinárias e às dirigidas às Eleições 2020, e as fontes orçamentárias necessárias para efetiva execução poderão ser custeadas pelos planos a seguir, sujeitos a reforços de empenho, conforme eventos COFC 0524502 e 0526610:

Lote	Item de Despesa Planejada do orçamento de Pleitos Eleitorais	Valor Planejado (Disponível)
1 - Serviços de filmagem, produção,	Item: Serviços	R\$ 70.000,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

edição e finalização de vídeo	de captação de imagens, sons e edição total - 1º Turno- (DIV SERVIC1)	
2 - Locação de painéis de LED	Serviços de instalação de telão de LED com projeção de imagens - 1º Turno - (DIV SERVIC1)	R\$ 7.000,00 R\$ 7.000,00
	Serviços de instalação de telão de LED com projeção de imagens - 2º Turno - (DIV SERVIC2)	Total 1º e 2º Turnos = R\$ 14.000,00
3 - Serviço de Filmagem de Votação Paralela	Serviços de filmagem da Votação Paralela - 1º Turno (SEG AUDIT1)	R\$ 15.000,00 R\$ 15.000,00 Total 1º e 2º Turnos = R\$



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	Serviços de filmagem da Votação Paralela - 2º Turno (SEG AUDIT2)	30.000,00
--	--	-----------

8 - DO CERTAME LICITATÓRIO

8.1 ADOÇÃO DA MODALIDADE DO PREGÃO ELETRÔNICO:

a) Trata-se serviços comuns, posto que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste termo de referência por meio de especificações usuais no mercado, sendo certo afirmar que não haverá aferição de outros fatores que possam influenciar no preço final dos serviços. Dessa forma, com fundamento no Art. 1º da Lei nº 10.520/2010 e no Art. 1º do Decreto Federal n. 10.024/2019, entende-se que deverá ser adotada a **modalidade de pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço, sob o regime de empreitada por preço unitário e execução indireta, na disputa por lances abertos**, para a seleção da proposta mais vantajosa dos serviços pretendidos neste TR.

b) Deverá ser adotada modo de disputa por LANCES ABERTOS, com intervalo mínimo de 0,5% (meio por cento) entre os lances, na forma do Parágrafo único do Art. 31 c/c o Art. 32 do Decreto Federal n. 10.024/2019.

8.2 DA AGLUTINAÇÃO DOS ITENS EM LOTES:

A adoção de lotes na contratação leva em conta a natureza dos serviços prestados pela contratada em cada necessidade específica do Tribunal, visando sobretudo a eficiência da execução dos trabalhos com a continuidade técnica necessária ao bom andamento dos serviços, sendo viável para administração que a gestão do contrato seja feita por lotes.

Em relação aos **Lotes 01**, por exemplo, a empresa contratada seguirá tecnicamente uma linha de roteiro de vídeo elaborado juntamente com Tribunal para cada item, o que implicará nas captações de imagens e sons, na adoção de muitas medidas técnicas necessárias à execução do trabalho e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

na edição de imagens e sons. Pela natureza desse serviço de produção de vídeos **não é viável uma contratação por itens, sob pena de comprometer a qualidade técnica dos serviços prestados.**

Em relação os **Lotes 2 e 3**, assim como no caso do primeiro lote, o agrupamento dos itens num único lote **visa garantir a qualidade técnica dos serviços** prestados em cada turno de votação e nas atividades institucionais do Tribunal. Não é tecnicamente viável para a administração que a empresa ganhadora de um turno seja diferente da que ganhar no outro turno. Situação similar ocorre no Lote 04 em que foram aglutinados os itens 01 e 02 ante a natureza do serviço de transmissão ao vivo **não sendo produtora uma contratação por itens, sob pena de comprometer a qualidade técnica dos serviços prestados pela contratada.**

Diante da necessidade dos serviços, demonstrada na justificativa apresentada no Capítulo 3 deste termo de referência, fica evidente a necessidade da contratação dos serviços para atendimento do Pleito de 2020 e das atividades ordinárias do Tribunal. Por outra via, há a certeza da ocorrência do 1º turno, contudo o 2º turno depende de condições decorrentes do resultado do 1º turno, não sendo possível a sua afirmativa de que irá ocorrer.

Isto posto, tem-se que **há identidade entre os serviços a serem contratados**, conforme descrição detalhada dos serviços que integram os 4 (quatro) lotes, e não há razoabilidade para o desmembramento dos itens. Em suma, a aglutinação proposta contempla dois aspectos:

I - Aspectos técnicos: A prestação dos serviços que integram um lote por uma única contratada permitirá a manutenção de padrão de qualidade uniforme na sua execução e, conseqüentemente, padronização, principalmente, dos elementos técnicos, facilitando a futura utilização das mídias. Além disso, essa solução elimina a possibilidade de uma empresa executar o serviço no 1º turno e outra vir a fazê-lo no 2º turno, momento no qual os procedimentos devem fluir com mais agilidade e eficiência, uma vez os envolvidos no processo eleitoral estarão habilitados e com conhecimento do território no qual as atividades serão executadas.

II – Economicidade: Certamente os serviços, por suas especificidades, exigem profissionais com formação e habilitação técnica adequada, sendo público e notório, que a remuneração dos profissionais é parte relevante dos custos dos serviços. A divisão do objeto em diversos itens, exigiria que cada uma das vencedoras de itens isolados tivesse que considerar tal custo em



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

suas propostas, situação que oneraria sobremaneira o valor total da contratação.

Nesses termos, é técnica e economicamente justificável que os serviços que compõem o lote devam ser prestados por uma única empresa.

Por sua vez, a formação de lotes **não ocasionará redução de competitividade no certame** exatamente pela quantidade serviços dos itens agrupados nos lotes, tornando-os atraentes para as empresas do ramo do objeto a ser licitado.

8.3 DO REGIME DE EXCLUSIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NO CERTAME PARA PARTE DOS LOTES:

LOTE 1 : O valor do Lotes 1 excede R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), fato que justifica a não exclusividade da participação de MEI's, conforme art. 48, I, da LC 123/2006 e pelo art. 9º, I, do Decreto Federal nº 8.538/2015.

LOTES 2 e 3: Considerando que os valores dos lotes 2 e 3 não excedem R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), o certame deve garantir a exclusividade de participação de microempresas e empresas de pequeno porte, na forma estabelecida pelo art. 48, I, da LC 123/2006 e pelo art. 9º, I, do Decreto Federal nº 8.538/2015. Ademais, entende-se que essa medida não trará restrição à competição, haja vista que o universo prestador desse tipo de serviços e, em sua esmagadora maioria, formada por ME/EPP.

8.4 DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA:

A aceitação das propostas deverá obedecer aos seguintes parâmetros:

- a) o valor estimado do lote é o parâmetro máximo de aceitação de preços das propostas, cabendo ao pregoeiro julgar eventual variação na análise do caso concreto. Contudo, a licitante deverá apresentar proposta com os valores individuais de cada um dos itens que integram os lotes, sendo que os valores de cada item também estarão submetidos aos valores máximos estimados neste TR;
- b) os preços apresentados pelos licitantes deverão cobrir todos os custos de materiais e serviços definidos neste TR, abrangendo, mão de obra, encargos sociais e tributários decorrentes, ferramentas e equipamentos,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

transportes, enfim, tudo quanto for necessário para garantir a execução e qualidade dos serviços propostos, inclusive eventuais deslocamentos.

c) no ato do cadastramento de sua proposta no sistema, o licitante deverá apresentar a PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DOS SERVIÇOS por item, conforme modelo contido no item 6.1 deste TR;

d) o prazo de validade da proposta é de 90* (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação, podendo ser renovada, nos termos do edital. A adjudicatária se comprometerá a iniciar e concluir os serviços nos locais e prazos definidos no item 2 deste TR.

**Nesse caso, o normal é o prazo de 60 dias. Porém, o histórico tem demonstrado que algumas licitações, a depender da complexidade, costumam se estender por muito tempo. Por isso, sugerimos a validade da proposta para 90 dias, podendo ser renovada, o que será registrada em edital.*

8.5 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA E FISCAL:

a) Habilitação jurídica: Tratando-se de sociedades comerciais as licitantes deverão apresentar o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e respectivas alterações, devidamente registrado. Tratando-se de sociedades por ações, os atos constitutivos deverão estar acompanhados de documentos de eleição de seus administradores, em ambos os casos comprovando que a empresa exerce atividades compatíveis com o objeto do presente Termo de Referência.

b) Habilitação fiscal: apresentar regularidade fiscal perante o INSS, Receita Federal e trabalhista, podendo tais comprovações serem obtidas diretamente por consulta ao SICAF, sem prejuízo das consultas que serão realizadas diretamente pelo Pregoeiro referentes ao CNJ, CEI e TCU.

8.6 DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

Com vistas a aferir a capacidade técnica-operacional dos licitantes, deverão ser apresentados o Atestado de capacidade Técnica para:

I - EM RELAÇÃO AO LOTE 1:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a) serviços de filmagem de no mínimo 1 hora, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando duas câmeras;
- b) filmagem de no mínimo 1 hora realizada com a utilização **drone profissional**, com equipamento de alta performance para captação de imagens, vídeos e tomadas aéreas, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons;
- c) produção, edição e finalização de vídeos de no mínimo 3 minutos, de preferência do tipo documentário institucional (VT);

II - EM RELAÇÃO AO ITEM 01 DO LOTE 03:

- a) Serviço de filmagem ininterrupta de no mínimo 9 (nove) horas, na qual tenha sido utilizado:
 - b) equipamentos para captação de áudio por meio de microfones e vídeo por câmara alta definição HDV/fullHD;
 - c) profissionais necessários à execução dos serviços.

8.6.1 - DOS ATESTADOS:

- a) Os atestados poderão ser provenientes de pessoa jurídica de direito público ou privado para a qual tenha prestado ou esteja prestando serviço similar de complexidade operacional equivalente ou superior.
- b) Tratando-se de pessoa jurídica de direito público deverão identificar e conter a assinatura do agente público responsável por sua emissão.
- c) Tratando-se de pessoa jurídica de direito privado deverão identificar e conter a assinatura do representante legal da emitente, estando as informações ali contidas sujeitas à



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

verificação, complementação ou diligências para verificação da veracidade, durante o certame licitatório.

9.0 – DO CONTRATO

9.1 REGRAS GERAIS:

9.1.1 Nos termos do artigo 62 da Lei n. 8.666/93, será lavrado contrato regulando a relação entre a Administração Contratante e a Contratada.

9.1.2 No ato da assinatura do contrato a licitante vencedora deverá apresentar regularidade junto ao **SICAF** e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Conselho Nacional de Justiça. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF e de outras certidões, o contratado deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e neste termo de referência.

9.1.3 Verificada a conformidade dos documentos exigidos, a Administração disponibilizará por e-mail um canal eletrônico de comunicação de dados (link) para que a contratada realize seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRE-RO.

9.1.4 Na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Administração remeterá, por e-mail, arquivo digital contendo o inteiro teor do contrato para impressão, assinatura e devolução direta ou via postal. Nessa situação, contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela contratada;

9.1.5 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

9.1.6 O descumprimento injustificado, pela adjudicatária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que os licitantes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93), sujeitando-se a adjudicatária, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (**art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não celebrar o contrato**).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9.1.7 À relação contratual, além das disposições previstas no respectivo Edital de Pregão, aplicam-se o disposto na Lei 8.666/93 e suas alterações subsequentes, no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e a Instrução Normativa TRE-RO n. 004/08 e, supletivamente, a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e as regras do Código Civil Brasileiro.

9.2 DA POSSIBILIDADE DE SUBCONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS:

Pelas características dos serviços - que não exigem responsáveis técnicos indicados e habilitados legalmente e com vínculo com a empresa contratada - fica permitida a subcontratação de até 50% (cinquenta por cento) dos serviços, nos termos da faculdade conferida pelo art. 89 da IN TRE-RO nº 04/2008.

A subcontratação deverá ser previamente aprovada pela CONTRATANTE.

Os trabalhos da empresa subcontratada deverão submeter-se à coordenação e supervisão da CONTRATADA de modo a proporcionar o andamento harmonioso, em seu conjunto, permanecendo sob inteira responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das obrigações contratuais.

Os serviços eventualmente subcontratados deverão observar todas as especificações definidas neste termo de referência.

A subcontratação de partes do objeto não libera a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades técnicas, legais e/ou contratuais.

Responderá a CONTRATADA perante a Administração pela parte que subcontratou.

9.3 DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, DA VIGÊNCIA, ALTERAÇÕES E EVENTUAL REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

I - Os prazos previstos e estimados para vigência e execução dos serviços estão definidos no quadro adiante, os quais poderão sofrer alterações ou prorrogações, conforme juízo de conveniência e oportunidade da contratante.

1. SERVIÇOS DA SEÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E MEMÓRIA ELEITORAL



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Lo te	It em	Descrição	Unidade	Quantid ade	Prazo de execuç ão	Prazo Vigênc ia do contra to
1	1	Contratação de serviço de filmagem, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando duas câmeras	Período de 4 horas – duas câmeras	45	10 meses, contados da assinatura do contrato	12 meses a partir da assinatura do contrato.
	2	Contratação de serviço de filmagem, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando uma câmera.	Período de 4 horas – uma câmera	40	10 meses, contados da assinatura do contrato	12 meses a partir da assinatura do contrato.
	3	Contratação de serviço de filmagem, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando uma câmera - Projeto Eleitor em perspectiva.	Período de 4 horas – uma câmera	13	10 meses, contados da assinatura do contrato	12 meses a partir da assinatura do contrato.
	3	Contratação de serviço de filmagem realizado com a utilização drone profissional com equipamento de alta performance para captação de imagens, vídeos e tomadas aéreas, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons	Período de 2 horas - drone	10	10 meses, contados da assinatura do contrato	12 meses a partir da assinatura do contrato.
	4	Contratação de serviço de produção, edição e	Unidade de vídeo	3	10 meses,	12 meses



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	finalização de vídeo documentário institucional (VT) de 5 até 15 minutos das captações de imagens, vídeos e sons (itens 1 e 3), podendo o TRE-RO também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.	documentário institucional de 5 até 15 minutos		contados da assinatura do contrato	a partir da assinatura do contrato.
5	Contratação de serviço de produção, edição e finalização de vídeo documentário institucional (VT) de 10 até 20 minutos das captações de imagens, vídeos e sons (itens 1 e 3), podendo o TRE-RO também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.	Unidade de Vídeo documentário institucional de 15 até 20 minutos	2	10 meses, contados da assinatura do contrato	12 meses a partir da assinatura do contrato.
6	Contratação de serviço de produção, edição e finalização de vídeo institucional de até 2 min das captações de imagens, vídeos e sons (itens 2 e 3), para o canal YouTube do TRE-RO –e redes sociais, podendo o Tribunal também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.	Unidade de Vídeo institucional de até 2 min	28	10 meses, contados da assinatura do contrato	12 meses a partir da assinatura do contrato.
7	Contratação de serviço de produção, edição e finalização de vídeo institucional de até 4 min das captações de imagens, vídeos e sons	Unidade de Vídeo institucional de até 4 min	5	10 meses, contados da assinatura do contrato	12 meses a partir da assinatura do contrato



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		(itens 2 e 3), podendo o Tribunal também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.			o	contrato.
--	--	---	--	--	---	-----------

2. SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO PAINEL DE LED PARA DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS:

Lote	Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Prazo de execução do contrato	Prazo de vigência do contrato
2	1	Contratação do serviço de instalação de 2 (duas) unidades de painel de LED (3m x 5m) para divulgação dos resultados da eleição no dia 04/10/2020 (Domingo) – 1º turno das Eleições 2020, Cerimônia de Diplomação dos Eleitos e eventos institucionais.	Telão – DIÁRIA	2	10 meses, contados da assinatura do contrato	12 meses a partir da data de assinatura.
	2	Contratação do serviço de instalação de 1 (uma) unidade de painel de LED (3m x 5m) para	Telão – DIÁRIA	1	10 meses, contados da assinatura do contrato	12 meses a partir da data de assinatura



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		divulgação dos resultados da eleição no dia 25/10/2020 (Domingo) – 2º turno das Eleições 2020, possíveis eleições suplementares e eventos institucionais, se ocorrerem.				
	3	Outros eventos institucionais TRE-RO.	Telão – DIÁRIA	8	10 meses, contados da assinatura do contrato	12 meses a partir da data de assinatura.

3. SERVIÇOS DA AUDITORIA DE URNAS ELETRÔNICAS:

Lote	Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Data e horário prevista para início da execução dos serviços	Vigência do contrato
3	1	Contratação do Serviço de Captação de imagens da Auditoria de Urnas Eletrônicas por meio de Votação Paralela, que se realizará no Dia	Auditoria – DIÁRIA	1	04/10/2020, de 7h às 19h.	Da data de assinatura até o dia 31/12/2020



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		04/10/2020 (Domingo) – 1º turno das Eleições 2020.				
	2	Contratação do Serviço de Captação de imagens da Auditoria de Urnas Eletrônicas por meio de Votação Paralela, que se realizará no Dia 25/10/2020 (Domingo) – 2º turno das Eleições 2020, se houver.	Auditoria – DIÁRIA	1	25/10/2020, de 7h às 19h.	Da data de assinatura até o dia 31/12/2020

I) Os prazos de execução e vigência poderão ser prorrogados mediante justificativa, e conforme necessidade da administração.

a) No prazo máximo acima estipulado está incluso o período necessário para a contratada adotar todas as providências necessárias e exigidas pelo contratante para início dos serviços.

b) Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, desde que ocorra algum dos motivos, devidamente registrados em processo, previstos no § 1º do art. 57, da Lei nº 8.666/93.

c) Os prazos informados poderão sofrer alterações, desde que devidamente justificados o interesse público envolvido, a necessidade e conveniência para a administração, previamente comunicados à contratada, e sem ônus para a contratante.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

d) Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

II - O prazo de vigência do contrato está definido no quadro acima, compreendendo o período de execução e o prazo adicional necessário para finalização das medidas de fiscalização, pagamento e encerramento do contrato.

III - Por se tratar de contrato de escopo, com previsão de prestação de serviços por período de 12 meses, **não há previsão de reajuste de preços**, em nenhuma das modalidades, independente de eventuais prorrogações de prazo de execução.

IV - Admite-se eventual reequilíbrio econômico-financeiro na forma e condições previstas pelo art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666/93.

V - Havendo necessidade e justificativa, o contrato poderá ser objeto de alterações nas situações e limites definidos pelo art. 65 da Lei nº 8.666/93.

9.4 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

a) autorizar o início dos serviços;

b) autorizar o acesso dos empregados da contratada às instalações do Tribunal, alertando sobre as normas aplicáveis;

c) fornecer à contratada todas as informações relacionadas ao objeto do contrato que possa influir na execução dos serviços;

d) avisar a contratada sobre o local e horário dos eventos a serem registrados, com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, a fim de que a contratada possa se preparar e organizar seu pessoal;

e) receber os *pendrives*, *HDs externos* ou arquivo(s) em formato MP4 e efetuar seu aceite, através do gestor ou fiscal da contratação:

i. o gestor ou fiscal da contratação efetuará o recebimento provisório no ato da entrega da fatura e dos *pendrives* ou arquivos digitais gravados, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório;

ii. o recebimento provisório não implica na aceitação;

iii. o gestor ou fiscal da contratação efetuará o recebimento definitivo dos serviços, vídeos, materiais ou produtos entregues, após a verificação do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

cumprimento de todas as obrigações e especificações definidas neste Termo de Referência e da proposta da contratada, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo;

f) recusar, mediante emissão de Termo de Recusa emitido pela Seção de Comunicação Social do TRE-RO ou Secretaria Judiciária e Gestão da Informação, os serviços, vídeos, materiais ou produtos entregues e/ou serviços prestados em que se tenha constatado:

- i. produtos/Serviços em desacordo com especificações estabelecidas neste termo de referência e na proposta da contratada;
- ii. produtos/Serviços que apresentarem quaisquer vícios de qualidade ou impropriedades para o uso;

g) repassarão todas as informações necessárias à perfeita execução dos serviços:

- i. **quanto ao Lote 1:** por meio da Seção de Comunicação Social do TRE-RO;
- ii. **quanto ao Lote 2:** por meio da Secretaria de Tecnologia da Informação e da Seção de Comunicação Social do TRE-RO;
- iii. **quanto ao Lote 3:** por meio da Comissão de Auditoria de Urnas Eletrônicas - Votação Paralela repassará todas as informações necessárias para execução do serviço.

h) efetuar o pagamento dos serviços efetivamente prestados, comprovados por meio do termo ou atestado de recebimento definitivo, observadas as seguintes regras:

- h1. em relação ao Lote 1,** os pagamentos serão efetuados após cada serviço executado, mediante ordem bancária através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até o 5º (quinto) dia útil contado da data em que a Fatura/Nota Fiscal for atestada pelo Fiscal do Contrato;
- h2. em relação ao Lote 2,** o pagamento será realizado somente após a conclusão dos serviços da projeção, em até 5 dias úteis após a entrega da nota fiscal que deverá ser certificada pelo fiscal do contrato;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

h3) **em relação ao Lote 3**, o pagamento será realizado, em até 5 dias úteis, após a entrega de 2 cópias de serviços, vídeos, materiais ou produto material referente ao 1º e 2º turno, se houver, contendo o material bruto capturado durante a Auditoria de Urnas Eletrônicas por meio de Votação Paralela, e com a certificação do fiscal do contrato.

h4. O CONTRATANTE não se obrigará a efetuar o pagamento de Faturas/Notas Fiscais desacompanhadas da respectiva solicitação de ordem de serviço ou não atestadas pelo Fiscal do Contrato. Em todos os pagamentos serão aplicadas as retenções legais, inclusive quanto à legislação Municipal do Imposto sobre Serviços;

h5. no ato do pagamento a contratada deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social, a Justiça do Trabalho e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

h6. Nenhum pagamento será efetuado à futura contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

h7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

A compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

i) promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços contratados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma.

9.5 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

a) realizar o objeto nas condições, preços, prazos e datas requeridas pela Administração pública, conforme condições estabelecidas no presente Termo de Referência;

b) usar da faculdade de subcontratar parcialmente os serviços, desde que nos estritos termos disciplinados pelo contrato;

c) responsabilizar pelo funcionamento adequado de todos os equipamentos utilizados na prestação dos serviços, bem como qualquer material essencial ao funcionamento dos equipamentos, como baterias, pilhas, cabeamento, cartões de memórias e outros assemelhados, sendo de sua responsabilidade a troca e/ou reposição;

d) em relação a todos os lotes a contratada deverá providenciar os equipamentos ou acessórios (gerador, no break, baterias) de modo a garantir a continuidade das filmagens mesmo com a falta de energia elétrica externa;

e) o(s) profissional(is) designado(s) pela contratada para os **serviços dos Lote 1** deverá(ão) estar no local e horário indicados pelo Gestor ou Fiscal do Contrato com pelo menos **1 (uma) hora** de antecedência ao início do evento a ser gravado, com todos os equipamentos necessários e devidamente testados para realizar a filmagem ou transmissão ao vivo;

f) o(s) profissional(is) e os equipamentos designado(s) pela contratada para os **serviços do Lote 2** deverá(ão) estar no local e horário, indicados pelo Gestor ou Fiscal do Contrato, com pelo menos **2 (duas) horas** de antecedência ao início da divulgação e projeção, com todos os equipamentos necessários e previamente testados;

g) o(s) profissional(is) designado(s) pela contratada para os **serviços dos Lote 3** deverá(ão) estar no local e horário indicados pelo Gestor ou Fiscal do Contrato com pelo menos **1 (uma) hora** de antecedência ao início da abertura da Seção Eleitoral para a Auditoria de Urnas Eletrônicas por meio de Votação Paralela, com instalação de todos os equipamentos necessários



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

para realizar a filmagem no dia anterior ao evento, véspera das Eleições Municipais 2020.

h) comparecer às reuniões convocadas pelo Gestor ou Fiscal do Contrato;

i) Para o lote 3, preparar, na véspera do dia da eleição, o ambiente de filmagem, deixando-o pronto para execução dos serviços, instalando e testando todos os equipamentos necessários conforme orientação da Comissão de Auditoria das Urnas.

j) apresentar todos os membros da equipe de filmagem devidamente identificados, os quais deverão comparecer na sede do TRE de Rondônia às **7 horas do dia 04 de outubro de 2020**, data do primeiro turno das Eleições 2020 e, se houver segundo turno, às **7 horas do dia 25 de outubro de 2020**. A equipe deverá permanecer no local de realização dos trabalhos até o seu término;

k) quanto ao cumprimento dos serviços do **Lote 1** a contratada deverá:

a) Entregar à Seção de Comunicação Social ao final das filmagens descritas nos **itens 01 ao 08** todo material bruto das imagens e sons capturados (com corte seco, legenda, janela em LIBRAS e áudio-descrição), podendo o TRE-RO fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons, e após concluído todos os trabalhos de argumento, pré-produção, produção, roteirização, captação de imagens e sons, edição e finalização de vídeos, em pendrive ou arquivo (s) em formato mp4, os vídeos documentários e institucionais.

b) Entregar à Seção de Comunicação Social ao final das filmagens descritas nos **itens 01 ao 08**, após concluído todos os trabalhos de argumento, pré-produção, produção, roteirização, captação de imagens e sons, edição e finalização de vídeos, em pendrive ou arquivo (s) em formato mp4, os vídeos institucionais em alta definição, cujos temas serão definidos pela administração conforme a necessidade;

m) manter-se, durante toda a execução do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital do Pregão Eletrônico, comprometendo-se a comunicar ao Contratante qualquer alteração superveniente impeditiva de manutenção dessas condições e a apresentar os comprovantes de regularidade junto ao FGTS, ao INSS, à Fazenda Pública Federal e à Justiça do Trabalho, sempre que solicitado;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- n)** sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações formuladas;
- o)** responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do presente CONTRATO, não podendo ser arguido para efeito de exclusão de responsabilidade o fato de o CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;
- p)** arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços incidentes na execução do CONTRATO;
- q)** aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do Contratante, acréscimos ou supressões do objeto do presente CONTRATO em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor, na forma do artigo 65, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93;
- r)** Comunicar por escrito e imediatamente ao contratante a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;
- s)** As obrigações aqui disciplinadas não excluem outras previstos no Edital, no Contrato e na legislação correlata.

10 – DAS SANÇÕES

10.1 O descumprimento injustificado das obrigações firmadas em contrato, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa, sujeita a contratada a multa moratória, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, na forma seguinte:

I - Prazo previsto para preparação dos ambientes de trabalho dos serviços do Lote 1:

- a)** Atraso superior a 30 (trinta) minutos e até o limite de 01 (uma) hora: multa de mora de 3,0% (um por cento) sobre o valor do serviço contratado.
- b)** O atraso superior a 01 (uma) hora na preparação dos ambientes de trabalho e até o limite de 02 (duas) horas: multa de mora de 5,0% (cinco por cento) sobre o valor do serviço contratado.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) Atrasos superiores 02 (duas) horas poderão caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

II - Prazo previsto para entrega de produtos dos serviços do Lote 1:

a) Descumprir o prazo definido pela fiscalização para a entrega das cópias dos serviços, vídeos, materiais ou produtos em *pendrive* ou arquivos digitais gravados contendo o material bruto e vídeos documentários e institucionais em até 1 (um) dia: multa de 3% (três por cento) sobre o valor do serviço contratado.

b) Descumprir o prazo definido pela fiscalização para a entrega das cópias do material de argumento, pré-produção, produção, roteiro, captação de imagens e sons, edição, *storyboard*, decupagem e finalização de vídeos em até 2 (dois) dias: Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do serviço contratado.

c) Atrasos superiores aos limites máximos previstos nos alíneas "a" e "b" anteriores poderão caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

III - Prazo previsto para montagem dos equipamentos dos serviços do Lote 2:

a) Atraso de até 01 (uma) hora: multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do serviço contratado.

b) Atraso superior 01 (uma): poderão caracterizar a inexecução parcial ou total.

IV - Descumprimento de obrigações na execução dos serviços do Lote 3:

a) Não preparar o ambiente de filmagem na véspera da eleição: multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato;

b) Não iniciar os trabalhos de filmagens das atividades de Auditoria de Urnas Eletrônicas por meio de Votação Paralela no horário a ser determinado pelo fiscal do Contrato: multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

c) Ausentarem-se da sala os profissionais que estiverem operando os equipamentos durante a filmagem dos trabalhos da Comissão de Auditoria de Urnas eletrônicas por meio de Votação paralela, sem a permanência de um substituto automático: multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato, por cada ausência, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

V - Descumprir, de forma injustificada, as **demaís obrigações contratuais**, após notificação regular expedida pelo fiscal ou gestor do contrato:

a) Até 2 (dois) descumprimentos, multa de 1% (um por cento) apurada sobre o valor do contrato;

b) De 2 (dois) a 3 (três) descumprimentos, multa de 2% (dois por cento) apurada sobre o valor do contrato;

c) De 4 (quatro) a 5 (cinco) descumprimentos, multa de 3% (três por cento) apurada sobre o valor do contrato;

d) A ocorrência de descumprimentos superiores a 5 (cinco) poderá caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

10.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração contratante poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à CONTRATADA:

I - Advertência escrita nas condutas de inexecução parcial das obrigações acessórias do contrato, desde que de pequena monta ou faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízo relevante à conclusão do objeto, o qual, a despeito delas, será atendido;

II - Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato nas situações de inexecução total ou parcial do objeto do contrato, fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela CONTRATADA;

III - Suspensão temporária para participação em licitações com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração do CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior;

V - Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, por igual período (Art. 7º da Lei 10.520/02).

10.3 Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste termo de referência



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

como também naquelas previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a **rescisão do contrato**.

10.4 O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem o recebimento efetivo dos serviços prestados e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU nº 567/2015- Plenário**).

10.5 A multa eventualmente imposta ao CONTRATADO será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei nº 10.522/2002 e Acórdão TCU nº 1.603/2011-Plenário**).

10.6 Quando o valor do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (**Lei nº 6.830/80**).

10.7 As multas não eximem o CONTRATADO da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

10.8 O procedimento para aplicação de sanções ao CONTRATADO observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>. A CONTRATADA será cientificada das eventuais alterações dessa norma.

11.0 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11.1 A Gestão e a Fiscalização da presente contratação será exercida pelos titulares ou substitutos das unidades abaixo especificadas:

- Lote 01 – Seção de Comunicação Social do TRE-RO ou Comissão de Cerimonial;
- Lote 02 – Secretaria de Tecnologia da Informação ou Coordenadoria de Suporte;
- Lote 03 – Comissão de Auditoria de Urnas Eletrônicas por meio de Votação Paralela ou Coordenadoria de Material de Patrimônio.

12.0 RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TR

12.1 As especificações do objeto, dentre outros aspectos técnicos e demais regras do Termo de Referência, foram elaboradas pelo servidor Michel Andrade do Nascimento, com a cooperação da **COMAP** nos lotes 2 e 3.



Documento assinado eletronicamente por **RUDMA ROSA OLIVEIRA COSTA, Coordenador(a)**, em 13/05/2020, às 11:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MICHEL ANDRADE DO NASCIMENTO, Chefe de Seção**, em 13/05/2020, às 18:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0529439** e o código CRC **E7F3FA10**.

0000722-74.2020.6.22.8000

0529439v54

Criado por 009193402356, versão 54 por 009193402356 em 13/05/2020 11:23:00.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0000722-74.2020.6.22.8000

INTERESSADO: COMAP E SECOMS

ASSUNTO: Definição da **modalidade de licitação** – Termo de referência– contratação de pessoa jurídica especializada em serviços de filmagem, captação de imagens e sons, produção, edição e finalização de vídeos, serviço de instalação de telão LED com projeção de imagens e serviços de captação de imagens com sua respectiva gravação para atender demanda das Eleições Municipais e projeto Eleitor em Perspectiva 2020 – **Análise**.

PARECER JURÍDICO Nº 77 / 2020 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de procedimento administrativo instaurado por solicitação da Seção de Comunicação Social – SECOMS ([0508313](#)), com o objetivo de contratar serviços de filmagem, captação de imagens e sons, produção, edição e finalização de vídeos, serviço de instalação de telão LED com projeção de imagens e serviços de captação de imagens com sua respectiva gravação para atender demanda das Eleições Municipais e projeto Eleitor em Perspectiva 2020, conforme descrito no item 2.1 do Termo de Referência - TR nº 17 – PRES/DG/SAOFC/COMAP ([0512135](#)).

02. No TR supramencionado ([0512135](#)) consta a especificação e detalhamento do objeto agrupado em 3 (três) lotes, justificativas, do planejamento estratégico, critérios de sustentabilidade ambiental, preço estimado, aderência orçamentária, do certame licitatório (aglutinação dos itens em lotes, critérios de aceitação da proposta), do contrato (obrigações das partes, sanções, da gestão e fiscalização), complementado, ainda, pela pesquisa de mercado local ([0508319](#)).

03. A Coordenadora da COMAP, unidade responsável pela avaliação de Termo de Referência e Projeto Básico, elaborou o TR nº 17 juntamente com o Chefe da Seção de Comunicação Social e, sem prejuízo procedeu a sua análise prevista no art. 10 da Instrução Normativa TRE/RO nº 04/2008, subentendendo se que o referido instrumento se encontra



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

regular nos termos do art. 6º, inc. IX, art. 7º, inc. I e art. 14 da Lei n. 8.666/93, art. 3º, inc. II da Lei n. 10.520/2002 e no art. 9º, § 2º, inc. I e II do Decreto n. 5.450/05 ([0512320](#)).

04. Após remessa da COMAP a Assessoria Jurídica da Diretoria Geral – AJDG ([0512322](#)), esta unidade constatou que a previsão de recursos orçamentários contida nos autos ([0513336](#)) não assegurava o pagamento dos serviços pretendidos. Diante disso, mediante a Solicitação de Diligência AJDG ([0514239](#)), solicitou a COMAP a regularização dos fatos acerca do enquadramento contábil da despesa.

05. Recepcionados, os autos receberam a análise do coordenador da COFC (eventos 0518117 e 0524439), e na sequência a Seção de Programação Orçamentária e Financeira – SPOF realizou a programação orçamentária e financeira dos valores a serem executados para os Lotes de serviços do TR, bem como a adequação da despesa ao PPA, LDO e LOA ([0524502](#) e [0526610](#)), totalizando o preço global da contratação no montante de **R\$ 281.300,00 (duzentos e oitenta e um mil e trezentos reais)**. .

06. Assim instruídos, retornaram os autos à Assessoria Jurídica para análise. **É o breve e necessário relato.**

II – ANÁLISE JURÍDICA

07. Quanto à definição da modalidade de licitação, o Tribunal de Contas da União, considerando o uso de Pregão Eletrônico, assim prescreve:

Acórdão 2172/2008 Plenário (Sumário) - A utilização da modalidade pregão é possível, nos termos da Lei nº 10.520/2002, sempre que o objeto da contratação for padronizável e disponível no mercado, independentemente de sua complexidade.

Acórdão 265/2010 Plenário - Utilize obrigatoriamente a modalidade pregão para aquisição e/ou contratação de bens e serviços comuns, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, conforme regra ínsita no art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 10.520/2002, incluindo nessas características os bens e serviços de TI.

08. O Manual de Licitações & Contratos do Tribunal de Contas da União – 4ª edição assim estabelece:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Bens e serviços comuns são produtos cuja escolha deve ser feita com base somente nos preços ofertados, por serem comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação minuciosa (pag. 62).

09. No caso em comento, por meio da definição do objeto estabelecido no Termo de Referência n. 17 ([0512135](#)), com a devida descrição detalhada do objeto no item 2.0, constata-se que os padrões de qualidade dos serviços pretendidos podem ser definidos no edital, não necessitando de uma avaliação minuciosa.

10. Nenhum reparo ao **agrupamento de itens similares em lotes**. Tal procedimento se encontra amparado em reiteradas decisões do TCU, vg. nos **Acórdãos n. 5.260/2011 - 1ª Câmara** e **n. 861/2013 – Plenário**, os quais, sem afastar a aplicação da **Súmula 247 do TCU**, definem a licitude dos agrupamentos em lotes de itens a serem adquiridos por meio de pregão, **desde que possuam mesma natureza e que guardem relação entre si**.

11. Assim, considerando que o valor estimado da contratação extrapola a situação de dispensa legal e, tratando-se de serviços comuns no mercado, cujos padrões de qualidade são objetivamente definidos no edital (inciso II do art. 3º do Decreto Federal nº 10.024/19) - o que se vislumbra no caso em exame, tem-se como **imperiosa a adoção da modalidade de Pregão em sua forma eletrônica**, em cumprimento ao art. 1º, § 1º, do Decreto nº 10.024/19, procedimento que foi incorporado neste Tribunal através da Portaria Nº 143/2005/TRE, salvo comprovada inviabilidade de sua utilização, devidamente justificada pela autoridade nos autos (art. 1º, § 4º, do Decreto nº 10.024/19).

12. O edital de licitação, caso aprovada a pretensão pela autoridade superior, deve estabelecer o **tipo de licitação**, em conformidade com o que determina o § 1º do art. 45 da Lei nº 8.666/1993, que no presente caso deverá ser **“menor preço por lote”**.

13. Importa destacar que o regime de **exclusividade** na participação de microempresas e empresas de pequeno porte **é aplicável ao futuro certame apenas para os serviços do Lote 2** (valor total de **R\$ 44.000,00** - quarenta e quatro mil reais)) e **para os serviços do Lote 3** (valor total de **R\$ 21.300,00** – vinte e um mil e trezentos reais), conforme previsto no art. 6º do Decreto nº 8.538/2015, o qual regulamentou a LC 123/06 alterada pela LC 147/2014, **salvo** presentes as situações justificantes enumeradas no art. 10 do mesmo regulamento, as quais devem ser evidenciadas nos autos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

14. Para os serviços agrupados no **Lote 01 (valor total de R\$ 216.000,00 – duzentos e dezesseis mil reais)** o regime de **exclusividade** na participação de microempresas e empresas de pequeno porte **não deve ser aplicado consoante o valor do lote ser acima do previsto no art. 6º do Decreto nº 8.538/2015**, o qual regulamentou a LC 123/06 alterada pela LC 147/2014.

15. Para o **LOTE 1** o TR apresenta justificativas em seu **item 8.3 (0512135)** de que os lotes possuem serviços indivisíveis e que a cota de 25% não deve ser estipulada, vejamos:

LOTE 1: O valor do Lote 1 excede R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Por sua vez, todos os lotes possuem itens INDIVISÍVEIS com valores inferiores a esse patamar.

Contudo, **não** se aplica - para esta contratação - o previsto no art. 48, I e III da Lei Complementar 123/2006 que estabelece a **destinação exclusiva de itens com valores inferiores a R\$ 80.000,00** ou da estipulação de **cota de até 25 %** para ME/EPP para itens compostos por bens divisíveis com valores totais superiores a esse patamar.

A cota de 25% está afastada de plano pela ausência de itens divisíveis no lote.

Por sua vez, a destinação de itens com valores inferiores a R\$ 80.000,00 está afastada pelas razões de ordem técnica e econômica descritas no item 8.2 deste TR, as quais justificam a aglutinação dos serviços em lote único.

16. De pronto cabe o alerta de que o Decreto n. 8.538, de 06/10/2015 **revogou** o Decreto n. 6.204, de 05/09/2007 que anotava a possibilidade de licitações para serviços de natureza divisível a reserva de cota de até 25%, vejamos a comparação das normas abaixo:

DECRETO N. 6.204, DE 5 DE SETEMBRO DE 2007 (REVOGADO)

Art. 8º Nas licitações para a **aquisição de bens, serviços e obras de natureza divisível**, e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto, os órgãos e entidades contratantes poderão reservar cota de até vinte e cinco por cento do objeto, para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte. (sem grifos no original).

17. O Decreto n. 8.538/15 excluiu as licitações para serviços e obras, permaneceu somente o dever nas licitações para aquisição de bens de natureza divisível para a reserva da cota de até 25%, vejamos:

DECRETO N. 8.538, DE 06 DE OUTUBRO DE 2015

Art. 8º Nas licitações para **a aquisição de bens de natureza divisível**, e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou o complexo do objeto, os órgãos e as entidades contratantes deverão reservar cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte. (sem grifos no original)

18. A Lei Complementar 147, de 07/08/2014, alterou o inciso III do artigo 48, da Lei Complementar 123, 14/12/2006, retirando os certames de serviços de natureza divisível com possibilidade de estabelecer cota de até 25%, vejamos a nova redação:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

(...)

III - deverá estabelecer, **em certames para aquisição de bens de natureza divisível**, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte (sem grifos no original).

19. Com essas considerações não há que se falar em licitações de serviços de natureza divisível e nem tão pouco de reserva de cota de até 25% para licitações de serviços com valores acima de R\$ 80.000,00, essas condições só abrigam licitações para aquisição de bens.

20. A respeito da **pesquisa de preços** apresentada nos autos, foram consultados preços em empresa do ramo de atividade, atendendo orientação do TCU. Segue acórdão do TCU nesse sentido, *in verbis*:

AC-0265-05/10-P - Relator: Ministro RAIMUNDO CARREIRO

[Auditoria. Tecnologia da Informação. Estimativa de preços.]
[ACÓRDÃO]

9.1. determinar à Caixa Econômica Federal - CEF que:
[...]

9.1.12. realize uma detalhada estimativa de preços com base em pesquisa fundamentada em informações de diversas fontes propriamente avaliadas, como, por exemplo, **cotações específicas com fornecedores**, contratos anteriores do próprio órgão, contratos de outros órgãos e, em especial, os valores registrados no Sistema de Preços Praticados do SIASG e nas atas de registro de preços da Administração Pública Federal, de forma a possibilitar a estimativa mais real possível, em conformidade com os arts. 6º, inciso IX, alínea "f", e 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/97;

[...]

21. Quanto a **sustentabilidade**, no âmbito do Poder Judiciário, esta temática é abordada pela Resolução n. 201/2015 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ que determina a criação de unidades/núcleos socioambientais, suas respectivas competências e a implementação do Plano de Logística Sustentável (PLS-PS).

22. O normativo citado reforça a promoção das contratações sustentáveis com a integração dos aspectos ambientais, econômicos e sociais do desenvolvimento sustentável (art. 6º, §3º). Dispõe, ainda, que a fomentação de prática de sustentabilidade, racionalização e consumo consciente nesta seara é competência dos núcleos socioambientais e orienta as etapas de sua efetivação (§4º, art. 6º). Ademais, menciona que as contratações feitas pelos órgãos do Poder Judiciário deverão, dentre outros, adotar os critérios de sustentabilidade.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

23. No caso em comento, o TR em análise menciona a adoção dos parâmetros estabelecido a Instrução Normativa nº 001/2010-SLTI/MPOG, de observância não obrigatória por este Regional e utilizada em alguns casos como de boa prática administrativa. Contudo, os critérios adotados (Capítulo 4, Letra B) não ferem os normativos aplicados a esta Justiça Especializada. Pelo contrário, eles vão ao encontro da finalidade buscada, promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública.

24. Dessa forma, pela natureza dos serviços pretendidos, a futura contratada deverá enviar, preferencialmente, os documentos decorrentes da execução do contrato em forma digital.

25. Cabe, ainda, o registro de que já se encontra em andamento realização de estudos, pelo Tribunal Superior Eleitoral, em parceria com os Tribunais Regionais Eleitorais, sobre a adoção dos critérios de sustentabilidade ambiental, em cumprimento ao disposto no art. 2º, da Resolução CNJ nº 201, de 3 de março de 2015.

III - CONCLUSÃO

26. Destarte, o **Termo de Referência 17 (0512135)**, complementado pela Pesquisa de Preços ([0508319](#)), possui os elementos essenciais definidos no art. 9º, § 2º, do Decreto Federal nº 5.450/05, podendo ser **aprovado** pela autoridade competente, em atendimento ao inciso II do art. 9º do mesmo regulamento. **No entanto, e caso for o entendimento, recomenda-se a leitura das observações contidas nos itens de 14 a 19 deste opinativo para possíveis ajustes no texto do TR, antes de sua aprovação.**

27. Ante o exposto, opina esta Assessoria Jurídica pela autorização da contratação pretendida por meio de **procedimento licitatório, na modalidade pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço por lote**, com fundamento na **Lei nº 10.520/02 e art. 1º, § 1º, do Decreto nº 10.024/19**; com aplicação do regime de **exclusividade na participação de microempresas e empresas de pequeno porte apenas para o Lote 2 e para o Lote 3**, com fulcro no **art. 6º do Decreto nº 8.538/2015, o qual regulamentou a LC 123/06 alterada pela LC 147/2014.**

28. Na busca da proposta mais vantajosa sugere-se a **restrição na divulgação dos preços estimados para a**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contratação, disponibilizando-os apenas nos autos do processo, retirando seus valores dos documentos que serão objeto de publicação, conforme disciplinado no **art. 15 do Decreto nº 10.024/2019**.

29. Com relação a **minuta do contrato** a ser celebrado - previsto no item 9.0 do Termo de Referência n. 17 ([0512135](#)) - o referido instrumento não consta nos autos. No entanto, tal ausência não configura nenhuma irregularidade, pois o art. 4º, III, da Lei n. 10.520, de 17/7/2002 estabelece que a minuta do contrato constará como anexo do edital. Assim, poderá esta AJDG analisá-la juntamente com a minuta do edital.

30. Por fim, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que inabilitada regimentalmente a pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto.

À consideração da autoridade competente



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 28/04/2020, às 19:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0529099** e o código CRC **8ABB1BF7**.

0000722-74.2020.6.22.8000

0529099v8

Criado por 004891562321, versão 8 por 004891562321 em 28/04/2020 19:29:51.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0000722-74.2020.6.22.8000

INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA - TRE-RO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ASSUNTO: Contratação de pessoa jurídica especializada em serviços de filmagem, captação de imagens e sons, produção, edição e finalização de vídeos, serviço de instalação de telão LED com projeção de imagens e serviços de captação de imagens com sua respectiva gravação para atender demanda das Eleições Municipais e projeto Eleitor em Perspectiva 2020.

DESPACHO Nº 671 / 2020 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Seção de Comunicação Social – SECOMS ([0508313](#)), com o objetivo de contratar serviços de filmagem, captação de imagens e sons, produção, edição e finalização de vídeos, serviço de instalação de telão LED com projeção de imagens e serviços de captação de imagens com sua respectiva gravação para atender demanda das Eleições Municipais e projeto Eleitor em Perspectiva 2020.

Inicialmente, a unidade demandante apresentou o Termo de Referência nº 02/2020 ([0508320](#)). No entanto, após saneamento de algumas pendências apontadas pela COMAP ([0511040](#)), a referida unidade elaborou o Termo de Referência nº 17/2020 ([0512135](#)), constando a especificação e detalhamento do objeto agrupado em 3 (três) lotes, justificativas, do planejamento estratégico, critérios de sustentabilidade ambiental, preço estimado, aderência orçamentária, do certame licitatório (aglutinação dos itens em lotes, critérios de aceitação da proposta), do contrato (obrigações das partes, sanções, da gestão e fiscalização), complementado, ainda, pela pesquisa de mercado local ([0508319](#)).

A presente contratação foi estimada em **R\$ 281.300,00 (duzentos e oitenta e um mil e trezentos reais)**, com base na pesquisa de mercado local ([0508319](#)), consoante item 6 do referido TR ([0512135](#)).

A COMAP, unidade responsável pela avaliação de TR e PB neste Tribunal, mediante sua Coordenadora, e nos termos do item XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE n. 004/08, concluiu que o Termo de Referência 17/2020 (Evento [0512135](#)) - complementado pelas pesquisas de preços juntadas no evento [0508319](#) - encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo disposto no inciso II do artigo 3º da Lei n. 10.520/2002 e no art. 8º, II do Decreto Federal n. 10.024/2019.

Consta nos autos a Programação Orçamentária ([0524502](#) e [0526610](#)) no valor de R\$ 281.300,00 (duzentos e oitenta e um mil e trezentos reais) para custear a despesa, oportunidade em que a SPOF informou que a despesa pretendida pela Administração está adequada e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

compatível orçamentária e financeiramente com o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual (PPA, LDO e LOA).

Instada a se manifestar, a Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral - AJDG elaborou o Parecer Jurídico nº 77/2020 ([0529099](#)), no qual opina pela aprovação do Termo de Referência; pela autorização da licitação pretendida por meio de pregão, na forma eletrônica, por "menor preço" por lote; pela aplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's apenas para o Lote 2 e para o Lote 3; pela aplicabilidade das regras de sustentabilidade ambiental e pela restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação. Recomendou, ainda, algumas alterações no texto do TR, em relação à impossibilidade de reserva de cotas para serviços descritos no Lote 1.

Após efetuar as alterações recomendadas pela AJDG e outras listadas no evento [0534529](#), a SECOMS/COMAP apresentou o novo Termo de Referência nº 25/2020 ([0529439](#)).

Por fim, a SAOFC se manifestou no mesmo sentido da AJDG ([0497602](#)).

Por se tratar de serviço definido como comum, cujos padrões de qualidade possam ser objetivamente definidos no edital (art. 3º, letra c, inc. II, Decreto nº 10.024/2019) - o que se vislumbra no caso em exame, tem-se, como imperiosa, a adoção do Pregão, em sua forma eletrônica, como determina o art. 1º, § 1º do Decreto nº 10.024/2019, modalidade que foi incorporada no procedimento deste Tribunal através da Portaria nº 143/2005/TRE/RO, salvo comprovada inviabilidade de sua utilização, devidamente justificada pela autoridade nos autos (Art. 1º, § 4º, Decreto nº 10.024/2019).

O agrupamento dos itens em lotes foi justificado pela unidade demandante no item 8.2 do TR. Salienta a unidade que há unicidade dos serviços a serem prestados, sendo necessária a mesma gestão por uma única prestadora de serviço, afim de não comprometer a qualidade técnica dos serviços prestados. Neste quesito, a Decisão nº 79/1993 do Tribunal de Contas da União determina que os materiais que pertencem ao mesmo elemento de despesa, mesmo que de subelementos diferentes, sempre que possível, devem ser agrupados, para a utilização da modalidade licitatória adequada. Além disso, o art. 2º, § 1º, I, da IN TRE-RO n. 04/2008 prevê que "*poderão ser agrupados subelementos distintos que guardem correlação em sua natureza*". Dessa forma, não há óbice para o referido procedimento.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Assim, o edital de licitação deve estabelecer o tipo de licitação “menor preço por lote”, em conformidade com o § 1º do art. 45 da Lei nº 8.666/1993.

No tocante a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, é aplicável o regime de exclusividade somente para os serviços dos Lotes 2 e 3, porquanto o valor total estimado da contratação pretendida não ultrapassa o limite legal de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) estabelecidos pelo art. 49, I, da LC 123/2006. Em relação ao Lote 1, não deve ser aplicado consoante o valor do lote ser acima do previsto no art. 6º do Decreto nº 8.538/2015, o qual regulamentou a LC 123/06 alterada pela LC 147/2014.

Quanto à adoção de critérios de sustentabilidade, com fulcro na Resolução CNJ n. 201/2015 e na IN MPOG n. 001/2010-SLTI, a unidade demandante informa que será exigido da futura contratada que utilize, desde que possível, a via digital para envio ao contratante de todos os documentos decorrentes da execução do contrato.

Registra-se que não consta nos autos minuta do contrato a ser celebrado. No entanto, como bem asseverado pela Assessoria Jurídica, tal ausência não configura nenhuma irregularidade, pois o art. 4º, III, da Lei n. 10.520, de 17/7/2002 estabelece que a minuta do contrato constará como anexo do edital, momento em que será devidamente analisada.

Em face do acima exposto e dos documentos e informações carreados aos autos, constatada ainda a necessidade da contratação para atender às demandas deste Tribunal e, com base nas atribuições delegadas pelo inciso I do art. 1º da Portaria 66/2018, esta diretora-geral:

1. Aprova o Termo de Referência nº 25/2020/COMAP ([0529439](#)) porquanto possui os elementos essenciais definidos no inciso XI do art. 3º do Decreto Federal nº 10.024/19;

2. Autoriza a licitação na modalidade pregão em sua forma eletrônica, por “menor preço” por lote, com fulcro na Lei nº 10.520/02 e art. 1º, § 1º, do Decreto nº 10.024/19;

3. Determina Aplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's, apenas para o lote 02 e 03 do certame, com fulcro no art. 6º do Decreto n. 8.538/2015 c/c Lei Complementar n. 123/2006;

4. Determina a aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental, com fulcro na Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 01/2010, nos moldes apresentados no item 5 do TR; e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

5. Determina a restrição na divulgação dos valores estimados para a contratação, conforme disciplinado no art. 15 do Decreto nº 10.024/2019.

À SAOFC para prosseguimento do feito visando a contratação na forma proposta.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 19/05/2020, às 15:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0536332** e o código CRC **DBEB1F27**.

0000722-74.2020.6.22.8000

0536332v20

Criado por 026098941465, versão 20 por 026098941465 em 19/05/2020 15:25:58.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0000722-74.2020.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Comunicação Social - SECOMS

ASSUNTO: Minuta de Edital de Pregão Eletrônico e Minuta de Contrato – Contratação de Pessoa Jurídica especializada na prestação de serviços de filmagem, captação de imagens e sons, produção, edição e finalização de vídeos, serviço de instalação de telão LED com projeção de imagens e serviços de captação de imagens com sua respectiva gravação para atender demanda das Eleições Municipais e Projeto Eleitor em Perspectiva 2020. Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 100 / 2020 - PRES/DG/AJDG



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Comunicação Social – SECOMS ([0508313](#)), com o objetivo de contratar serviços de filmagem, captação de imagens e sons, produção, edição e finalização de vídeos, serviço de instalação de telão LED com projeção de imagens e serviços de captação de imagens com sua respectiva gravação para atender demanda das Eleições Municipais e projeto Eleitor em Perspectiva 2020, conforme descrito no item 2.1 do Termo de Referência - TR nº 25 – PRES/DG/SAOFC/COMAP ([0529439](#)).

02. O feito foi objeto de análise preambular desta Assessoria, por meio do Parecer Jurídico 77 ([0529099](#)), oportunidade na qual opinou pela aprovação do Termo de Referência 17 ([0512135](#)) pela autoridade competente; pela realização do procedimento licitatório, **na modalidade pregão, na forma eletrônica, tipo menor preço por lote**, nos termos da Lei nº 10.520/02 e art. 1º, § 1º, do Decreto Federal nº 10.024/2019, observada a **aplicabilidade do regime de exclusividade** na participação de ME/EPP's apenas para os lotes 2 e 3, bem como **a restrição de divulgação dos preços estimados**. Ainda, recomendou ajustes no TR 17 e esclareceu que a minuta do contrato será analisada juntamente com a minuta do edital.

03. O Secretário da SAOFC remeteu os autos à SECOMS para efetuar os ajustes apontados nos itens 14 a 19 do Parecer Jurídico 77/2020/AJDG ([0529121](#)), resultando na juntada do Termo de Referência 4/2020 ([0529215](#)), que foi encaminhado à COMAP para análise ([0529363](#)).

04. Por sua vez, a COMAP juntou o Termo de Referência 25/2020 ([0529439](#)), com os ajustes solicitados por esta AJDG e as alterações descritas na Remessa 212 ([0534529](#)), e encaminhou para manifestação da SAOFC e aprovação da autoridade competente.

05. Em seguida, sobreveio a manifestação do Secretário da SAOFC (Manifestação nº 211/2020 - PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC – [0535679](#)), bem como o Despacho nº 671/2020 - PRES/DG/GABDG ([0536332](#)), no qual a Diretora-Geral aprovou o TR nº 25/2020 e autorizou a licitação pretendida, **nos moldes sugeridos**.

06. A Seção de Contratos – SECONT juntou a minuta do Contrato ([0537660](#)) e a Seção de Licitações e Compras – SLC juntou cópia da Portaria nº 703/2019 que designou pregoeiros Oficiais deste Tribunal e a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Equipe de Apoio, pelo período de um ano ([0538607](#)) e a minuta do instrumento convocatório ([0538608](#)).

07. Assim instruídos os autos foram encaminhados a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer, consoante Remessa nº 67/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0538609](#)). **É o necessário relato.**

II – ANÁLISE JURÍDICA

08. Preliminarmente, importa lembrar que a análise a seguir empreendida limita-se aos aspectos legais envolvidos no procedimento em exame, não cabendo a esta unidade jurídica adentrar nos aspectos técnicos e econômicos, nem no juízo de oportunidade e conveniência da contratação pretendida.

09. Observa-se que a minuta do edital em tela contemplou as regras gerais e específicas aplicáveis à contratação. Ademais, verifica-se satisfeitos os requisitos da Lei n. 8.666/93, notadamente em seu art. 40; da Lei n. 10.520/02 e do Decreto Federal n. 10.024/2019, bem como a inserção das demais regras gerais e específicas aplicáveis à licitação, decorrentes da legislação regedora.

10. Há destaque para a comprovação de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, a qualificação técnica da licitante (subitens 9.1, 9.2, 9.3, 9.4, 9.5, 9.6 e 9.7), bem como ao cumprimento do disposto no art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal, constante no subitem 9.6 “d” (contração de menores de 18 anos) via declaração firmada pela licitante, a qual deverá ser enviada por meio do próprio Sistema Eletrônico do COMPRASNET.

11. Assinala-se que na elaboração do instrumento, especificamente no item 10.3, o registro de prazo razoável de 02 (duas) horas, a partir da solicitação do Pregoeiro, para o envio de toda e qualquer documentação referente à habilitação jurídica e regularidade fiscal, nos termos do art. 38, § 2º, do Decreto n. 10.024/2020.

12. Com relação à minuta do Contrato ([0537660](#)), em análise formal dos seus termos, percebe-se que o referido instrumento e seu anexo encontram-se em **conformidade** com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, **não havendo reparos a fazer nessa seara**, estando apto,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

III – CONCLUSÃO

13. Pelo exposto, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da **minuta do Contrato (0537660)** e do **Edital e seus Anexos (0538608)**, estando este instrumento apto a desencadear a fase externa do certame competitivo.



Documento assinado eletronicamente por **SILVIA GONÇALVES DE MACEDO, Assessor Jurídico**, em 29/05/2020, às 20:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0541919** e o código CRC **D556B2F9**.

0000722-74.2020.6.22.8000

0541919v8

Criado por 004577222313, versão 8 por 004577222313 em 29/05/2020 20:11:39.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0000722-74.2020.6.22.8000

INTERESSADO: COMAP e SECOMS

ASSUNTO: Análise final de Processo Licitatório com Recurso – Pregão Eletrônico n. 026/2020 – Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação serviços de filmagem, captação de imagens e sons, produção, edição e finalização de vídeos, serviço de instalação de telão LED com projeção de imagens e serviços de captação de imagens com sua respectiva gravação para



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

atender demanda das Eleições Municipais 2020 e o Projeto Eleitor em Perspectiva. **Análise recursal** – Empresa Recorrente: RRE PRODUTORA LTDA. -ME.

PARECER JURÍDICO Nº 158 / 2020 - PRES/DG/AJDG

I - RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Comunicação Social – SECOMS ([0508313](#)), com o objetivo de contratar serviços de filmagem, captação de imagens e sons, produção, edição e finalização de vídeos, serviço de instalação de telão LED com projeção de imagens e serviços de captação de imagens com sua respectiva gravação para atender demanda das Eleições Municipais e projeto Eleitor em Perspectiva 2020, conforme descrito no item 2.1 do Termo de Referência - TR nº 25 – PRES/DG/SAOFC/COMAP ([0529439](#)).

02. A minuta de Edital de Pregão Eletrônico juntada ao evento [0538608](#), foi objeto de análise desta Assessoria pelo Parecer Jurídico 100 ([0541919](#)), recebendo sua aprovação juntamente com seus anexos, consoante dispõe o parágrafo único do artigo 38 da Lei Geral de Licitações e Contratos.

03. Realizadas a fase interna e iniciada a fase externa do Pregão Eletrônico nº 026/2020 ([0542551](#)) por meio de sua publicação, conforme documentos comprobatórios de sua divulgação juntado aos eventos [0542552](#) e [0543149](#).

04. Foram registrados 2 (dois) pedidos de esclarecimentos, um intempestivo ([0549957](#)) e o outro da empresa OMS Comunicação referente a datas e prazos e aspectos estritamente técnicos relacionados aos serviços ([0547396](#)). Consultada a unidade demandante dos serviços ([0547398](#)), a resposta foi devidamente dada a empresa licitante e também divulgada no sistema COMPRASNET ([0548818](#)).

05. Na sequência, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) o relatório de propostas do sistema COMPRASNET ([0549958](#));



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) solicitação de desclassificação apresentada pela empresa **PROFOX NETWORKS SOLUÇÕES EIRELI – EPP** ([0549960](#));

c) propostas e documentos de habilitação das licitantes: RRE PRODUTORA LTDA ME, para os LOTES 2 e 3 ([0549961](#), [0549966](#), [0549967](#) e [0549969](#)); ÁGIL PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA – ME, para o LOTE 1 ([0549963](#), [0549970](#), [0549971](#) e [0549972](#)) ATIVA COMUNICAÇÃO LTDA, CNPJ nº 09.415.698/0001-80 ([0323245](#), [0323432](#) e [0323695](#)) e, a manifestação da COMAP e SECOM, unidades demandantes da contratação ([0550497](#) e [0551122](#));

d) propostas e documentos de habilitação das licitantes: JOSÉ ALEXANDRO FÉLIX SILVA - ME, para o LOTE 3 ([0551731](#), [0551732](#), [0551736](#) e [0551737](#)); RRE PRODUTORA LTDA ME, para o LOTE 1 ([0551738](#) e [0554743](#)) e, a manifestação da COMAP e SECOM, unidades demandantes da contratação ([0552747](#) e [0552616](#));

e) propostas e documentos de habilitação das licitantes: HR SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - EPP, para o LOTE 1 ([0554745](#), [0554748](#), [0554749](#), [0554751](#)); FULLBLESS EVENTOS EIRELI, para o LOTE 3 ([0555115](#), [0555116](#), [0555120](#), [0555121](#), [0555124](#) e [0557054](#)) e, a manifestação da COMAP e SECOM, unidades demandantes da contratação ([0555127](#) e [0555153](#));

f) propostas e documentos de habilitação das licitantes: PROFOX NETWORK SOLUÇÕES, para o LOTE 3 ([0557163](#), [0557164](#), [0557167](#), [0557169](#) e [0558792](#)); HR SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - EPP, para o LOTE 3 ([0558795](#), [0558796](#)); CASA DA FARINHA EIRELI ME, para os LOTES 1, 2 e 3 ([0562201](#), [0562203](#) e [0562205](#)) e, a manifestação da COMAP e SECOM, unidades demandantes da contratação ([0562206](#) e [0562322](#));

g) Proposta ajustada da empresa HR SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA para o item 2 do certame ([0563176](#)) e a comprovação de regularidade fiscal para a habilitação ([0563178](#));

h) Ata do Pregão Eletrônico nº 26/2020 ([0563431](#));

i) intenções de recursos da empresa RRE PRODUTORA LTDA ME, para os LOTES 1 e 3 ([0566650](#) e [0566651](#)), suas razões ([0566652](#) e [0566654](#)) e as contrarrazões da empresa HR SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - EPP ([0566655](#) e [0566656](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

j) Solicitação de informação complementar da SLC ([0331771](#)) e a resposta da unidade demandante na Informação nº 31/2020-PRES/COPRESI/SECOMS ([0566838](#) e [0566851](#));

k) Manifestação do Pregoeiro em relação ao recurso interposto ([0567104](#)).

l) termo de adjudicação do lote 2 a empresa HR SOLUCOES E SERVICOS LTDA. ([0567105](#));

06. Por fim, o Pregoeiro relata as principais ocorrências do certame em seu Relatório 49 ([0567108](#)) e sugere a publicação do resultado do certame em comento, após a decisão definitiva do recurso, em relação aos lotes 1 e 3, pela autoridade superior. Assim instruídos, os autos foram remetidos pela SLC a esta AJDG para análise dos atos praticados na licitação. **É o relatório.**

II – DA ANÁLISE JURÍDICA

2.1 DO CERTAME

07. Passa-se à análise do procedimento propriamente dito, tomando-se os elementos constantes dos autos, inclusive em relação ao recurso interposto, senão vejamos:

I – Pedido de esclarecimentos e impugnação ao Edital: Houve o registro de 02 (dois) pedidos de esclarecimentos, conforme mencionado no item 04 deste opinativo. **Não houve pedido de impugnação do Edital.**

II - Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital: Não houve.

III – Lances: Os lances estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([0549958](#)), na Ata de Realização do Pregão Eletrônico n. 26/2020 ([0563431](#)). Não houve recusa de lances.

IV - Item deserto: Não houve.

V - Cancelados na aceitação: Não houve.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VI - Aceitação/negociação: Nesta fase o Pregoeiro negocia com as licitantes, via Sistema Eletrônico – *chat* -, a redução do lance ou da proposta mais vantajosa, na tentativa de obter preço ainda melhor, observado o critério de julgamento. As ocorrências estão registradas no item 5.3 do Relatório do pregoeiro ([0567108](#)), cuja justificativa demonstra a aplicação acertada e objetiva dos critérios de aceitação de proposta estabelecidos no instrumento convocatório. Destaca-se a atuação das unidades COMAP e SECOMS como responsáveis técnico da contratação, assessoraram o pregoeiro na análise da melhor proposta para os lotes do certame.

VII - Fase de Habilitação: A empresa HR SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA apresentou o melhor lance para o **ITEM 2**, e atendeu os requisitos de habilitação com a apresentação dos documentos necessários ([0563176](#) e [0563178](#)), dessa forma a citada licitante foi habilitada.

VIII - Do Recurso: Os recursos para os itens 1 e 3 do certame ([0566652](#) e [0566654](#)) foram conhecidos pelo pregoeiro ante o preenchimento dos pressupostos recursais e no mérito pelo não acolhimento dos pedidos, posto que improcedentes ([0567104](#)). Registra-se que a empresa recorrida apresentou suas contrarrazões aos recursos ([0566655](#) e [0566656](#)). Diante da existência de recurso a adjudicação do objeto dos itens 1 e 3 caberá a autoridade superior.

2.2 Análise dos Recursos

08. De primeiro, oportuno informar que a fase recursal do pregão, seja ele eletrônico ou presencial, inicia-se ao término da sessão, quando ocorre a declaração do vencedor por parte do Pregoeiro, antes do ato da adjudicação. Trata-se de uma declaração divulgada na própria sessão pública, não havendo necessidade de publicação na imprensa oficial, nos termos do § 1º do artigo 109, da Lei n. 8.666/93.

09. Andou bem o pregoeiro ao disponibilizar aos demais licitantes toda a documentação relativa à proposta e à habilitação a fim de possibilitar a interposição de recurso e a fundamentação desses, nesse sentido Acórdão -TCU Plenário nº 339/10.

10. Também avaliou de forma correta o juízo de admissibilidade, levou em consideração a presença dos principais pressupostos recursais (sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação), sem adentra no exame prévio do mérito do pedido (Acórdão TCU-Plenário nº 2627/13).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11. Foi oportunizado a todos os licitantes interessados contraditar os termos das peças apresentadas, de forma a garantir a observância do devido processo legal e do contraditório, nos termos do inciso XVIII, artigo 4º, da Lei nº 10.520/02.

2.2.1 Recurso para o ITEM 1

12. Em suas razões de recurso para o **ITEM 1**, alega em síntese que foi anexado no certame 1 (um) atestado de capacidade técnica com programas de televisão, que somam 12 (doze) horas diárias de produção audiovisual, e 1 (uma) ordem de serviço de contratação de drone para produção de VT que dispõe o tempo de 60 (sessenta) minutos de filmagem, estando assim em desacordo com o edital em seu item 9.3. letra “b”.

13. Por sua ora, as contrarrazões da empresa HR SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA rechaçam firmemente os argumentos da recorrente, dizendo que somente em um atestado apresentado, emitido pelo Instituto Federal de Rondônia, comprova a execução de mais de 90 (noventa) horas de produção de vídeos de 2 a 15 minutos, (aproximadamente 1.600 vídeos editados e finalizados) com formatos diversos. Prossegue em seus argumentos dizendo que os trabalhos produzidos pela empresa estão postados, devidamente identificados com claquete, nos canais do youtube - HR DIGITAL e IFRO PORTO VELHO ZONA NORTE, no período de maio de 2013 a dezembro de 2018, onde podem ser diligenciados para comprovar a capacidade técnica da empresa.

14. Em sua apreciação ao recurso, o pregoeiro expõe que de acordo com a unidade técnica ([0566838](#)), o atestado de capacidade técnica emitido pelo Instituto São Pelegrino ([0554749](#)) atesta a utilização de câmeras e drones para vários eventos, superando os 60 minutos exigidos. Até porque o mínimo exigido não é ininterrupto. Observa o pregoeiro que a recorrente tenha confundido com o Grupo 3, que exige filmagem ininterrupta, o que não foi exigido no Grupo 1. Finaliza a análise recursal entendendo que no recurso, a empresa limitou-se a demonstrar sua insatisfação, não trazendo nenhuma novidade capaz de modificar a decisão do pregoeiro, preferindo insistir que o Pregoeiro “deduza” algo que não foi objetivamente demonstrado.

15. Mesmo havendo duas oportunidades para tal comprovação durante o certame, a primeira, quando cadastrou a sua proposta, mas escolheu documentos excessivamente genéricos. E a segunda quando lhe foi oportunizada a comprovação em sede de diligência e, mais uma vez, não trouxe documentos aptos a comprovar as exigências



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

objetivamente definidas. Assim, não teria o Pregoeiro outra saída senão inabilitar a empresa.

2.2.2 Recurso para o ITEM 3

16. Em suas razões de recurso para o **ITEM 3**, volta a recorrente em seu *jus sperniandis* alegando que fora desclassificada por supostamente não cumprir com a exigência de demonstrar a capacidade técnica para realizar filmagens de 9h (nove horas) ininterruptas. Que o princípio da isonomia foi violado, posto que foi conferido um prazo de diligência para a empresa vencedora superior ao que fora dado às demais concorrentes. Que, quando diligenciada, a vencedora apresentou um novo atestado, o que é vedado.

17. Contrarrazoando os argumentos da parte adversa, a empresa HR SOLUÇÕES e SERVIÇOS LTDA esclarece que a Declaração de Capacidade Técnica apresentada é tão somente um documento complementar ao Atestado de Capacidade Técnica apresentado na fase de cadastramento da proposta, ambos emitidos pelo Tribunal de Justiça de Rondônia, com o mesmo período de prestação dos serviços do mesmo contrato 047/2016 e firmados pela mesma servidora do TJ. Portanto, atende plenamente o que solicita o edital em seus itens 8.8 e 8.9, dessa forma o pregoeiro agiu de acordo com o procedimento previsto no item 8.10 do edital.

18. O pregoeiro, quando da análise da exigência de demonstrar a capacidade técnica para realizar filmagens de 9h (nove horas) ininterruptas, explicou trata-se de exigência prevista no item 9.3, II, do edital, não podendo ignorá-la, sob pena de violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Eventual relativização de tal exigência também feriria o tratamento isonômico aos licitantes, pois traria vantagem não prevista à licitante. Portanto, não comprovada a exigência expressamente prevista no edital, não restou ao Pregoeiro outra alternativa que não a inabilitação da recorrente.

19. Ademais, registra-se que a recorrente afirmou expressamente no *chat* não ter documentos que comprovassem os equipamentos e o tempo de filmagem ininterrupta ([0563431](#) – fl.39 – 24/06/2020 – 15h24m), abriu mão do seu direito de prazo para comprovação ([0563431](#) – fl.39 – 24/06/2020 – 15h27m), reconheceu que seus atestados são genéricos ([0563431](#) – fl.39 – 24/06/2020 – 15h27m) e anuiu com o ato do pregoeiro por conta do princípio da vinculação ao edital ([0563431](#) – fl.39 – 24/06/2020 – 15h30m).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

20. Com relação a alegação de que a empresa vencedora apresentou um novo atestado, o pregoeiro entendeu por equivocada a interpretação da recorrente, uma vez que o documento se refere a atestado já apresentado, e ainda, que a declaração apresentada é revestida de fé pública, e considerando que o documento expressamente afirma a prestação do serviço questionado no período mínimo e contínuo exigido, restou atendida a exigência editalícia.

21. Por fim, manifestou-se o pregoeiro, com base no artigo 17, II, do Decreto 10.024/2019, pelo reconhecimento dos recursos, posto que próprio e tempestivo, mas decidiu por manter sua decisão pela habilitação da empresa HR SOLUÇÕES e SERVIÇOS LTDA.-EPP Inalterada, com suporte nos fundamentos de sua manifestação ([0567104](#)), deixando a decisão final a autoridade competente, solicitando ainda que após decisão sejam os autos encaminhados à SLC para a publicação do resultado de julgamento.

22. Destaca-se que houve a manifestação da unidade técnica demandante, oportunidade em que analisou todos os pontos alegados pelas recorrentes, já citados neste opinativo ([0566838](#) e [0566851](#)).

23. Os recursos foram conhecidos pelo Pregoeiro, posto que tempestivos e adequados, contudo manteve a decisão atacada. Assim, não houve juízo de retratação ([0567104](#)).

24. Destaca-se que o pregoeiro agiu corretamente ao rejeitar em sua análise as alegações da empresa recorrente. O princípio da vinculação ao instrumento convocatório possui extrema relevância, na medida em que vincula não só a Administração, como também os administrados às regras nele estipuladas.

25. Dessa feita, em se tratando de regras constantes de instrumento convocatório, deve haver vinculação a elas. É o que estabelecem os artigos 3º, 41 e 55, XI, da Lei nº 8.666/1993, *in verbis*:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

[...]

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexistiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor; grifos acrescidos

26. Trata-se, na verdade, de princípio inerente a toda licitação e que evita não só futuros descumprimentos das normas do edital, mas também o descumprimento de diversos outros princípios atinentes ao certame, tais como o da transparência, da igualdade, da impessoalidade, da publicidade, da moralidade, da probidade administrativa e do julgamento objetivo.

27. A Corte de Contas observa que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração e o licitante a observarem as regras e condições previamente estabelecidas no edital, vejamos o Acórdão TCU 4091/2012 – Segunda Câmara:

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO. EXIGÊNCIA DE ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA EM PERCENTUAL MÍNIMO DE 50% PARA TODOS OS ITENS LICITADOS. ILEGALIDADE. ACEITAÇÃO DE ATESTADOS DOS VENCEDORES EM DESACORDO COM O PRÓPRIO EDITAL. MALFERIMENTO DOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. APLICAÇÃO DE MULTA AOS RESPONSÁVEIS. DETERMINAÇÕES. PEDIDO DE REEXAME. CONHECIMENTO. NEGATIVA DE PROVIMENTO

28. Sem reparos a decisão do pregoeiro, que não utilizou seu juízo de retratação, pautado na manifestação da unidade técnica demandante dos serviços, avaliou todas as razões do recurso, com suporte em normas pertinentes ao assunto.

29. Vê-se, portanto, que a decisão do Pregoeiro seguiu fielmente as regras editalícias em relação à solução dos fatos, do contrário correria o risco da ilegalidade e nulidade do procedimento licitatório.

30. Releva registrar que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, conforme registrado na ata do certame.

31. Desse modo, **conclui-se que o procedimento transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública ([0563431](#)).

32. Nessa linha de reflexão, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da Lei nº 8.666/93 e da legislação correlata ao pregão, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III – CONCLUSÃO

33. Por todo o exposto, esta Assessoria Jurídica opina pela:

a) adjudicação do objeto do ITEM 1 e ITEM 3 em favor da empresa HR SOLUÇÕES e SERVIÇOS LTDA. - EPP, CNPJ nº 07.494.365/0001-69, já que demonstrado nos autos condições para contratação com o setor público e,

b) homologação do certame pela autoridade competente, com fundamento no art. 4º, XXI e XXII da Lei nº 10.520/02.

34. Vale lembrar que, após a decisão da autoridade superior, os autos devem retornar ao Pregoeiro para publicação do resultado do certame no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral e juntada do comprovante aos autos.

A consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 13/08/2020, às 13:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0569892** e o código CRC **237CCD63**.

0000722-74.2020.6.22.8000

0569892v14

Criado por 004891562321, versão 14 por 004891562321 em 13/08/2020 13:11:22.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0000722-74.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SECOMS

ASSUNTO: Apreciação dos recursos interpostos pela licitante RRE
PRODUTORA LTDA ME- Homologação do Pregão nº 26/2020.

DECISÃO Nº 11 / 2020 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Comunicação Social – SECOMS ([0508313](#)) com o objetivo de contratar serviços de filmagem, captação de imagens e sons, produção, edição e finalização de vídeos, serviço de instalação de telão LED com projeção de imagens e serviços de captação de imagens com sua respectiva gravação para atender demanda das Eleições Municipais e projeto Eleitor em Perspectiva 2020, conforme descrito no item 2.1 do Termo de Referência - TR nº 25 – PRES/DG/SAOFC/COMAP ([0529439](#)).

Após a aprovação da despesa, foi inaugurada a fase externa do processo licitatório com a publicação do extrato do Edital de Pregão Eletrônico n. 26/2020 no Diário Oficial da União e no Diário da Justiça Eleitoral, e sua íntegra disponibilizada no portal de compras do Governo Federal - Comprasnet e no sítio eletrônico deste Tribunal ([0543149](#)).

Foram registrados 2 (dois) pedidos de esclarecimentos, um intempestivo ([0549957](#)) e o outro da empresa OMS Comunicação, referente a datas e prazos e aspectos estritamente técnicos relacionados aos serviços ([0547396](#)). Consultada a unidade demandante dos serviços ([0547398](#)), a resposta foi devidamente dada à empresa licitante e também divulgada no sistema COMPRASNET ([0548818](#)). Não houve impugnação ao edital.

Na sequência, vieram aos autos os documentos extraídos do certame, dentre eles a Ata do Pregão Eletrônico ([0563431](#)) e o Relatório do Pregoeiro ([0567108](#)), nos quais consta o registro de todo o procedimento licitatório.

Da ata do Pregão, extrai-se que as melhores propostas para os três lotes foram apresentadas pela mesma licitante, HR SOLUCOES E SERVICOS LTDA, no valor de R\$ 159.700,00 (cento e cinquenta e nove mil e setecentos reais) para o grupo 1; R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais) para o grupo 2 e R\$ 12.000,00 (doze mil reais) para o grupo 3.

Na fase recursal, a licitante RRE PRODUTORA LTDA ME registrou intenção de recurso para os grupos 1 e 3 ([0566650](#) e [0566651](#)) e apresentou suas razões ([0566652](#) e [0566654](#)). Não havendo registro de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

intenção de recurso para o grupo 2 do objeto, este foi adjudicado à empresa HR SOLUCOES E SERVICOS LTDA, conforme Termo de Adjudicação juntado aos autos ([0567105](#)).

Em suas razões recursais, a licitante HR SOLUCOES E SERVICOS LTDA aduz, em relação ao Lote 1 ([0566652](#)), em síntese, que foi anexado no certame 1 (um) atestado de capacidade técnica com programas de televisão, que somam 12 (doze) horas diárias de produção audiovisual, e 1 (uma) ordem de serviço de contratação de drone para produção de VT que dispõe o tempo de 60 (sessenta) minutos de filmagem, o que comprovaria sua plena capacidade técnica para desenvolver integralmente todas as atividades dispostas em edital, notadamente os requisitos dispostos no item 9.3. letras "b" e "c".

Nas suas contrarrazões ([0566655](#)), a licitante HR SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA alega que somente em um atestado apresentado, emitido pelo Instituto Federal de Rondônia, comprova a execução de mais de 90 (noventa) horas de produção de vídeos de 2 a 15 minutos, (aproximadamente 1.600 vídeos editados e finalizados) com formatos diversos. Prossegue em seus argumentos dizendo que os trabalhos produzidos pela empresa estão postados, devidamente identificados com claquete, nos canais do youtube - HR DIGITAL e IFRO PORTO VELHO ZONA NORTE, no período de maio de 2013 a dezembro de 2018, onde podem ser diligenciados para comprovar a capacidade técnica da empresa.

Em sua manifestação ([0567104](#)), com base nas informações prestadas pela unidade técnica ([0552616](#)), o pregoeiro relatou que "*o atestado não afirma o tempo de captação de imagem nem o uso de duas câmeras. Trata-se de um atestado genérico que informa que a recorrente pode fazer tudo, mas não detalha um único serviço prestado*". Dessa feita, os documentos apresentados não demonstram, expressamente: I) filmagem de no mínimo 1 hora realizada com a utilização drone profissional, com equipamento de alta performance para captação de imagens, vídeos e tomadas aéreas, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons; e II) produção, edição e finalização de vídeos de no mínimo 3 minutos, de preferência do tipo documentário institucional (VT). Registra que a empresa teve duas oportunidades para comprovar. A primeira, quando cadastrou a sua proposta, mas escolheu documentos excessivamente genéricos. E a segunda quando lhe foi oportunizada a comprovação em sede de diligência e, mais uma vez, não trouxe documentos aptos a comprovar as exigências objetivamente definidas. Assim, não teria o Pregoeiro outra saída senão inabilitar a empresa.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Em relação ao grupo 3 ([0566654](#)), a empresa recorrente alega, em síntese, que fora desclassificada por supostamente não cumprir com a exigência de demonstrar a capacidade técnica para realizar filmagens de 9h (nove horas) ininterruptas. Que o princípio da isonomia foi violado, posto que foi conferido um prazo de diligência para a empresa vencedora superior ao que fora dado às demais concorrentes. Que, quando diligenciada, a vencedora apresentou um novo atestado, o que é vedado.

Em suas contrarrazões ([0566656](#)), a recorrida alega que a Declaração de Capacidade Técnica é tão somente um documento complementar ao Atestado de Capacidade Técnica apresentada na fase de cadastramento da proposta, o que atende plenamente o edital em seus itens 8.8 e 8.9.

O pregoeiro, no momento da análise da exigência de demonstrar a capacidade técnica para realizar filmagens de 9h (nove horas) ininterruptas, explicou tratar-se de exigência prevista no item 9.3, II, do edital, não podendo ignorá-la, sob pena de violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Eventual relativização de tal exigência também feriria o tratamento isonômico aos licitantes, pois traria vantagem não prevista à licitante. Portanto, não comprovada a exigência expressamente prevista no edital, não restou ao Pregoeiro outra alternativa que não a inabilitação da recorrente.

Por fim, a AJDG emitiu o Parecer Jurídico nº 158/2020 ([0569892](#)) concluiu que a decisão do Pregoeiro seguiu fielmente as regras editalícias em relação à solução dos fatos, do contrário correria o risco da ilegalidade e nulidade do procedimento licitatório e que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, conforme registrado na ata do certame. Por fim, opinou pela adjudicação do objeto dos grupos 1 e 3 à empresa HR SOLUÇÕES e SERVIÇOS LTDA. - EPP, pela homologação do certame e retorno dos autos ao Pregoeiro para publicação do resultado do certame no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral e juntada do comprovante aos autos.

É o necessário. Passo à análise do recurso.

Preliminarmente, verifica-se que a recorrente participou do certame, caracterizando o seu interesse. O recurso foi apresentado na forma prevista no edital e tempestivamente. Assim, conheço do recurso.

No mérito, verifica-se que não assiste razão à recorrente.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Compulsando os autos, verifica-se que a recorrente não logrou êxito em apresentar todos os documentos de habilitação exigidos pelo Edital nº 26/2020 ([0542551](#)).

Em relação ao grupo 1, conforme as informações e documentos constantes nos autos, a recorrente apresentou "*um atestado genérico que informa que a recorrente pode fazer tudo, mas não detalha um único serviço prestado*". Segundo o pregoeiro, "*a própria recorrente admite, no chat, que seus atestados são genérico sem especificar a qualidade da câmera e o tempo de filmagem em interrupções (0563431 – fl.42 – 26/06 – 17h02m)*". Convém reiterar que a empresa não logrou êxito em apresentar a documentação necessária para comprovação das exigências definidas no item 9.3, letras "b" e "c", apesar de ter tido duas oportunidades para fazê-lo.

Em relação ao grupo 3, da mesma forma, a empresa falhou em comprovar a exigência prevista no item 9.3, II do edital (apresentação de atestado de capacidade técnica que comprove a execução de de serviço de filmagem ininterrupta de no mínimo nove horas). Em seu recurso, a empresa se limitou a qualificar tal exigência como "bizarra" e alega que os demais Tribunais Regionais Eleitorais sequer exigem tal disposição. Como é cediço, as regras definidas no edital valem para todas os licitantes, não podendo ser afastada por simples discordância. No que tange ao atestado técnico entregue pela licitante vencedora após diligenciada, conforme restou comprovado nos autos, a documentação apresentada serviu tão somente para complementação das informações solicitadas, o que é permitido pela lei, jurisprudência e previsto no edital.

Conclui-se, portanto, que a decisão do Pregoeiro seguiu fielmente as regras editalícias e não merece reforma.

Constata-se, ainda, que no certame foram obedecidos os princípios e procedimentos da Lei n. 8.666/93 e da legislação correlata ao pregão, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o qual transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico ([0563431](#)).

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, esta diretora-geral:

a) **Conhece dos recursos** interpostos pela empresa RRE PRODUTORA LTDA ME e, **no mérito, nega-lhes provimento**, mantendo inalterada a decisão do Pregoeiro em todos os seus fundamentos;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) **ADJUDICA o objeto descrito nos grupos 1 e 3 em favor da empresa HR SOLUÇÕES e SERVIÇOS LTDA.** - EPP, CNPJ nº 07.494.365/0001-69, já que demonstrado nos autos condições para contratação com o setor público, com fundamento no art. 4º, XXI da Lei n. 10.520/02; e

c) **HOMOLOGA O PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO n. 26/2020 (0542551)**, com fundamento no art. 4º, XXII da Lei n. 10.520/02.

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à SLC para juntada do extrato de sua homologação e publicação do resultado do certame no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral e anexar o comprovante aos autos.

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC, para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 24/08/2020, às 13:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0573160** e o código CRC **10F4198E**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 1

EMISSAO : 26Ago20 NUMERO: 2020NE000616
ESPECIE : 01 - ORIGINAL
EMITENTE : 070024/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA
CNPJ : 04565735/0001-13 FONE: (69)3211-2077/2000/2105/2104/2133
ENDERECO : AV.PRES.DUTRA,1.889 - AREAL
MUNICIPIO : 0003 - PORTO VELHO UF: RO CEP: 76805-859

CREDOR : 07494365/0001-69 - HR SOLUCOES E SERVICOS LTDA
ENDERECO : RODOVIA ANEL VIARIO 9301 LOTE 5 ANEL VIARIO
MUNICIPIO : 0005 - JI-PARANA UF: RO CEP: 76914-899

TAXA CAMBIO:

OBSERVACAO / FINALIDADE

NOTA DE EMPENHO PARA COBRIR DESPESA COM ÁUDIO, VÍDEO E SOM, CONFOR. PREGÃO ELETRÔNICO 26/2020, PARECER JURÍDICO 158 (0569892), TERMO HOMOLOGAÇÃO (0575373), DECISÃO 11 DA DG (0573160) E DESPACHOS 1363 DA SAOFC (0575486) E 392 COFC.

CLASS : 1 14101 02061003342690001 167864 0100000000 339039 000000 DIV SERVICI
TIPO : ESTIMATIVO MODAL.LICIT.: PREGAO
AMPARO: LEI10520 INCISO: PROCESSO: 00007227420206228000
UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: RO / 3
ORIGEM DO MATERIAL :
REFERENCIA: ART01 LEI10520/02 NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 159.700,00
CENTO E CINQUENTA E NOVE MIL E SETECENTOS REAIS*****

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339039 SUBITEM: 59 -SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOT

SEQ.: 1 QUANTIDADE: 45 VALOR UNITARIO: 1.200,00
VALOR DO SEQ. : 54.000,00

ITEM 1 GRUPO 1 SERVIÇO DE FILMAGEM, COM CAPTAÇÃO DE IMAGENS EM ALTA DEFINIÇÃO HDV/FULLHD E SONS, UTILIZANDO DUAS CÂMERAS - PERÍODO DE 4 HORAS.

SEQ.: 2 QUANTIDADE: 40 VALOR UNITARIO: 800,00
VALOR DO SEQ. : 32.000,00

ITEM 2 GRUPO 1 SERVIÇO DE FILMAGEM, COM CAPTAÇÃO DE IMAGENS EM ALTA DEFINIÇÃO HDV/FULLHD E SONS, UTILIZANDO UMA CÂMERA - CAPITAL - PERÍODO DE 4 HORAS.

SUBTOTAL : 86.000,00

LIA MARIA
ARAUJO
LOPES:260468

Assinado eletronicamente por LIA MARIA
ARAUJO LOPES em 26/08/2020 às 14:42:40
CPF: 030.807.134-27

FRANCISCO
PARENTES DA
COSTA
FILHO:16251784253

Assinado eletronicamente por FRANCISCO
PARENTES DA COSTA em 26/08/2020 às 14:42:53
CPF: 030.807.134-27



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

NOTA DE EMPENHO

PAGINA: 2

EMISSÃO : 26Ago20 NÚMERO: 2020NE000616 PROCESSO: 00007227420206228000
EMITENTE : 070024/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
CREADOR : 07494365/0001-69 - HR SOLUCOES E SERVICOS LTDA
ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL OU SERVIÇO

SEQ.: 3 QUANTIDADE: 13 VALOR UNITÁRIO: 900,00
VALOR DO SEQ.: 11.700,00

ITEM 03 GRUPO 1 - SERVIÇO DE FILMAGEM, COM CAPTAÇÃO DE IMAGENS EM ALTA DEFINIÇÃO HDV/FULLHD E SONS, UTILIZANDO UMA CÂMERA - PROJETO ELEITOR EM PERSPECTIVA. PERÍODO DE 4 HORAS.

SEQ.: 4 QUANTIDADE: 10 VALOR UNITÁRIO: 1.000,00
VALOR DO SEQ.: 10.000,00

ITEM 04 GRUPO 1 - SERVIÇO DE FILMAGEM REALIZADO COM A UTILIZAÇÃO DRONE PROFISIONAL COM EQUIPAMENTO DE ALTA PERFORMANCE PARA CAPTAÇÃO DE IMAGENS, VÍDEOS E TOMADAS AÉREAS, COM CAPTAÇÃO DE IMAGENS EM ALTA DEFINIÇÃO HDV/FULLHD E SONS. PERÍODO DE 2 HORAS.

SEQ.: 5 QUANTIDADE: 3 VALOR UNITÁRIO: 3.000,00
VALOR DO SEQ.: 9.000,00

ITEM 05 GRUPO 1 - SERVIÇO DE PRODUÇÃO, EDIÇÃO E FINALIZAÇÃO DE VÍDEO DOCUMENTÁRIO INSTITUCIONAL (VT) DE 5 ATÉ 15 MINUTOS DAS CAPTAÇÕES DE IMAGENS, VÍDEOS E SONS (ITENS 1 E 3), PODENDO O TRE-RO TAMBÉM FORNECER MATERIAL DE ÁUDIO, VÍDEO E FOTOGRÁFICO PARA EDIÇÃO DE IMAGENS E SONS. UNIDADE.

SEQ.: 6 QUANTIDADE: 2 VALOR UNITÁRIO: 3.000,00
VALOR DO SEQ.: 6.000,00

ITEM 06 GRUPO 1 - SERVIÇO DE PRODUÇÃO, EDIÇÃO E FINALIZAÇÃO DE VÍDEO DOCUMENTÁRIO INSTITUCIONAL (VT) DE 10 ATÉ 20 MINUTOS DAS CAPTAÇÕES DE IMAGENS, VÍDEOS E SONS (ITENS 1 E 3), PODENDO O TGRE-RO TAMBÉM FORNECER MATERIAL DE ÁUDIO, VÍDEO E FOTOGRÁFICO PARA EDIÇÃO DE IMAGENS E SONS. UNIDADE.

SEQ.: 7 QUANTIDADE: 40 VALOR UNITÁRIO: 800,00
VALOR DO SEQ.: 32.000,00

ITEM 07 GRUPO 01 SERVIÇO DE PRODUÇÃO, EDIÇÃO E FINALIZAÇÃO DE VÍDEO INSTITUCIONAL DE ATÉ 2 MIN DAS CAPTAÇÕES DE IMAGENS, VÍDEOS E SONS (ITENS 1, 2 E 3), PARA O CANAL YOUTUBE DO TRE-RO - E REDES SOCIAIS, PODENDO O TRIBUNAL TAMBÉM FORNECER MATERIAL DE ÁUDIO, VÍDEO E FOTOGRÁFICO PARA EDIÇÃO DE IMAGENS E SONS. UNIDADE.

SUBTOTAL : 154.700,00

LIA MARIA ARAUJO
LOPES:260468

Assinado eletronicamente por LIA MARIA ARAUJO
CPF: 040.111.111-11
Assinatura: 040.111.111-11
Assinatura: 040.111.111-11
Assinatura: 040.111.111-11
Data: 2020/08/26 14:57:45-04'00'

FRANCISCO
PARENTES DA COSTA
FILHO:16251784253

Assinado eletronicamente por FRANCISCO
PARENTES DA COSTA FILHO:16251784253
CPF: 040.111.111-11
Assinatura: 040.111.111-11
Assinatura: 040.111.111-11
Assinatura: 040.111.111-11
Data: 2020/08/26 14:57:45-04'00'



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SERVICO PUBLICO FEDERAL

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 1

EMISSAO : 26Ago20 NUMERO: 2020NE000617
ESPECIE : 01 - ORIGINAL
EMITENTE : 070024/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA
CNPJ : 04565735/0001-13 FONE: (69)3211-2077/2000/2105/2104/2133
ENDERECO : AV.PRES.DUTRA,1.889 - AREAL
MUNICIPIO : 0003 - PORTO VELHO UF: RO CEP: 76805-859

CREDOR : 07494365/0001-69 - HR SOLUCOES E SERVICOS LTDA
ENDERECO : RODOVIA ANEL VIARIO 9301 LOTE 5 ANEL VIARIO
MUNICIPIO : 0005 - JI-PARANA UF: RO CEP: 76914-899

TAXA CAMBIO:

OBSERVACAO / FINALIDADE

NOTA DE EMPENHO PARA COBRIR DESPESA COM ÁUDIO, VÍDEO E SOM, CONFOR. PREGÃO ELETRÔNICO 26/2020, PARECER JURÍDICO 158 (0569892), TERMO HOMOLOGAÇÃO (0575373), DECISÃO 11 DA DG (0573160) E DESPACHOS 1363 DA SAOFC (0575486) E 392 COFC.

CLASS : 1 14101 02061003342690001 167864 0100000000 339039 000000 DIV SERVICI
TIPO : ESTIMATIVO MODAL.LICIT.: PREGAO
AMPARO: LEI10520 INCISO: PROCESSO: 00007227420206228000
UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: RO / 3
ORIGEM DO MATERIAL :
REFERENCIA: ART01 LEI10520/02 NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 8.000,00

OITO MIL REAIS*****

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339039 SUBITEM: 59 -SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOT

SEQ.: 1 QUANTIDADE: 2 VALOR UNITARIO: 4.000,00
VALOR DO SEQ. : 8.000,00

ITEM 09 DO GRUPO 02 SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE (DUAS) UNIDADES DE PAINEL DE LED (3M X 5M) PARA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DA ELEIÇÃO NO DIA 04/10/2020 (DOMINGO) - 1ª TURNO DAS ELEIÇÕES 2020. PERÍODO DE 4 HORAS.

T O T A L : 8.000,00

LIA MARIA ARAUJO
LOPES:260468

LIA MARIA ARAUJO LOPES
ORDENADOR

FRANCISCO PARENTES DA
COSTA FILHO:16251784253

FRANCISCO P. COSTA FILHO
GESTOR FINANCEIRO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SERVICO PUBLICO FEDERAL

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 1

EMISSAO : 26Ago20 NUMERO: 2020NE000618
ESPECIE : 01 - ORIGINAL
EMITENTE : 070024/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA
CNPJ : 04565735/0001-13 FONE: (69)3211-2077/2000/2105/2104/2133
ENDERECO : AV.PRES.DUTRA,1.889 - AREAL
MUNICIPIO : 0003 - PORTO VELHO UF: RO CEP: 76805-859

CREDOR : 07494365/0001-69 - HR SOLUCOES E SERVICOS LTDA
ENDERECO : RODOVIA ANEL VIARIO 9301 LOTE 5 ANEL VIARIO
MUNICIPIO : 0005 - JI-PARANA UF: RO CEP: 76914-899

TAXA CAMBIO:

OBSERVACAO / FINALIDADE

NOTA DE EMPENHO PARA COBRIR DESPESA COM ÁUDIO, VÍDEO E SOM, CONFOR. PREGÃO ELETRÔNICO 26/2020, PARECER JURÍDICO 158 (0569892), TERMO HOMOLOGAÇÃO (0575373), DECISÃO 11 DA DG (0573160) E DESPACHOS 1363 DA SAOFC (0575486) E 392 COFC.

CLASS : 1 14101 02061003342690001 167864 0100000000 339039 000000 DIV SERVIC2
TIPO : ESTIMATIVO MODAL.LICIT.: PREGAO
AMPARO: LEI10520 INCISO: PROCESSO: 00007227420206228000
UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: RO / 3
ORIGEM DO MATERIAL :
REFERENCIA: ART01 LEI10520/02 NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 4.000,00

QUATRO MIL REAIS*****

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339039 SUBITEM: 59 -SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOT

SEQ.: 1 QUANTIDADE: 1 VALOR UNITARIO: 4.000,00
VALOR DO SEQ. : 4.000,00

ITEM 10 DO GRUPO 02 SERVIÇO DE INSTAÇÃO DE 01 (UMA) UNIDADE DE PAINEL DE LED (3M X 5M) PARA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DA ELEIÇÃO NO DIA 25/10/2020 (DOMINGO) - 2º TURNO DAS ELEIÇÕES 2020. PERÍODO DE 4 HORAS.

T O T A L : 4.000,00

LIA MARIA ARAUJO
LOPES:260468

LIA MARIA ARAUJO LOPES
ORDENADOR

FRANCISCO PARENTES DA
COSTA FILHO:1625178425

FRANCISCO P. COSTA FILHO
GESTOR FINANCEIRO

Assinado eletronicamente por FRANCISCO PARENTES DA COSTA FILHO em 25/10/2020 às 14:25:17.
CPF: 00000000000
Assinado eletronicamente por LIA MARIA ARAUJO LOPES em 25/10/2020 às 14:25:17.
CPF: 00000000000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SERVICO PUBLICO FEDERAL

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 1

EMISSAO : 26Ago20 NUMERO: 2020NE000619
ESPECIE : 01 - ORIGINAL
EMITENTE : 070024/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA
CNPJ : 04565735/0001-13 FONE: (69)3211-2077/2000/2105/2104/2133
ENDERECO : AV.PRES.DUTRA,1.889 - AREAL
MUNICIPIO : 0003 - PORTO VELHO UF: RO CEP: 76805-859

CREDOR : 07494365/0001-69 - HR SOLUCOES E SERVICOS LTDA
ENDERECO : RODOVIA ANEL VIARIO 9301 LOTE 5 ANEL VIARIO
MUNICIPIO : 0005 - JI-PARANA UF: RO CEP: 76914-899

TAXA CAMBIO:

OBSERVACAO / FINALIDADE

NOTA DE EMPENHO PARA COBRIR DESPESA COM ÁUDIO, VÍDEO E SOM, CONFOR. PREGÃO ELETRÔNICO 26/2020, PARECER JURÍDICO 158 (0569892), TERMO HOMOLOGAÇÃO (0575373), DECISÃO 11 DA DG (0573160) E DESPACHOS 1363 DA SAOFC (0575486) E 392 COFC.

CLASS : 1 14101 02061003342690001 167864 0100000000 339039 000000 DIV SERVICI
TIPO : ESTIMATIVO MODAL.LICIT.: PREGAO
AMPARO: LEI10520 INCISO: PROCESSO: 00007227420206228000
UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: RO / 3
ORIGEM DO MATERIAL :
REFERENCIA: ART01 LEI10520/02 NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 32.000,00

TRINTA E DOIS MIL REAIS*****

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339039 SUBITEM: 59 -SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOT

SEQ.: 1	QUANTIDADE:	8	VALOR UNITARIO:	4.000,00
			VALOR DO SEQ. :	32.000,00

ITEM 11 DO GRUPO 02 OUTROS EVENTOS INSTITUCIONAIS DO TRE/RO - PERÍODO DE 04 HORAS.

T O T A L : 32.000,00

LIA MARIA ARAUJO
LOPES:260468

Assinado eletronicamente por LIA MARIA ARAUJO LOPES em 26/08/2020 às 14:05:00
Data e Hora: 26/08/2020 14:05:00

LIA MARIA ARAUJO LOPES
ORDENADOR

FRANCISCO
PARENTES DA COSTA
FILHO:16251784253

Assinado eletronicamente por FRANCISCO PARENTES DA COSTA em 26/08/2020 às 14:05:00
Data e Hora: 26/08/2020 14:05:00

FRANCISCO P. COSTA FILHO
GESTOR FINANCEIRO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 1

EMISSAO : 26Ago20 NUMERO: 2020NE000620
ESPECIE : 01 - ORIGINAL
EMITENTE : 070024/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA
CNPJ : 04565735/0001-13 FONE: (69)3211-2077/2000/2105/2104/2133
ENDERECO : AV.PRES.DUTRA,1.889 - AREAL
MUNICIPIO : 0003 - PORTO VELHO UF: RO CEP: 76805-859

CREDOR : 07494365/0001-69 - HR SOLUCOES E SERVICOS LTDA
ENDERECO : RODOVIA ANEL VIARIO 9301 LOTE 5 ANEL VIARIO
MUNICIPIO : 0005 - JI-PARANA UF: RO CEP: 76914-899

TAXA CAMBIO:

OBSERVACAO / FINALIDADE

NOTA DE EMPENHO PARA COBRIR DESPESA COM ÁUDIO, VÍDEO E SOM, CONFOR. PREGÃO ELETRÔNICO 26/2020, PARECER JURÍDICO 158 (0569892), TERMO HOMOLOGAÇÃO (0575373), DECISÃO 11 DA DG (0573160) E DESPACHOS 1363 DA SAOFC (0575486) E 392 COFC.

CLASS : 1 14101 02061003342690001 167864 0100000000 339039 000000 SEG AUDIT1

TIPO : ORDINARIO MODAL.LICIT.: PREGAO

AMPARO: LEI10520 INCISO: PROCESSO: 00007227420206228000

UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: RO / 3

ORIGEM DO MATERIAL :

REFERENCIA: ART01 LEI10520/02 NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 6.000,00

SEIS MIL REAIS*****

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339039 SUBITEM: 59 -SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOT

SEQ.: 1	QUANTIDADE:	1	VALOR UNITARIO:	6.000,00
			VALOR DO SEQ. :	6.000,00

ITEM 12 GRUPO 03 SERVIÇO DE CAPTAÇÃO DE IMAGENS DA AUDITORIA DE URNAS ELETRÔNICAS POR MEIO DE VOTAÇÃO PARALELA, PARA AUDITORIA DE TRÊS URNAS ELETRÔNICAS, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 04/10/2020 (DOMINGO) - 1ª TURNO DAS ELEIÇÕES 2020. PE RÍODO DE 12 HORAS.

T O T A L : 6.000,00

LIA MARIA ARAUJO LOPES:260468

LIA MARIA ARAUJO LOPES
ORDENADOR

FRANCISCO PARENTES DA COSTA FILHO:16251784253

FRANCISCO P. COSTA FILHO
GESTOR FINANCEIRO

Assinatura eletrônica digital por FRANCISCO PARENTES DA COSTA FILHO
CPF: 162.517.842-53
Assinatura eletrônica digital por LIA MARIA ARAUJO LOPES
CPF: 045.657.350-13



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 1

EMISSÃO : 26Ago20 NUMERO: 2020NE000621
ESPECIE : 01 - ORIGINAL
EMITENTE : 070024/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA
CNPJ : 04565735/0001-13 FONE: (69)3211-2077/2000/2105/2104/2133
ENDEREÇO : AV. PRES. DUTRA, 1.889 - AREAL
MUNICIPIO : 0003 - PORTO VELHO UF: RO CEP: 76805-859

CREDOR : 07494365/0001-69 - HR SOLUCOES E SERVICOS LTDA
ENDEREÇO : RODOVIA ANEL VIARIO 9301 LOTE 5 ANEL VIARIO
MUNICIPIO : 0005 - JI-PARANA UF: RO CEP: 76914-899

TAXA CAMBIO:

OBSERVACAO / FINALIDADE

NOTA DE EMPENHO PARA COBRIR DESPESA COM ÁUDIO, VÍDEO E SOM, CONFOR. PREGÃO ELETRÔNICO 26/2020, PARECER JURÍDICO 158 (0569892), TERMO HOMOLOGAÇÃO (0575373), DECISÃO 11 DA DG (0573160) E DESPACHOS 1363 DA SAOFC (0575486) E 392 COFC.

CLASS : 1 14101 02061003342690001 167864 0100000000 339039 000000 SEG AUDIT2

TIPO : ORDINARIO MODAL.LICIT.: PREGAO

AMPARO: LEI10520 INCISO: PROCESSO: 00007227420206228000

UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: RO / 3

ORIGEM DO MATERIAL :

REFERENCIA: ART01 LEI10520/02 NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 6.000,00

SEIS MIL REAIS*****

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339039 SUBITEM: 59 -SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOT

SEQ.: 1	QUANTIDADE:	1	VALOR UNITARIO:	6.000,00
			VALOR DO SEQ. :	6.000,00

ITEM 13 GRUPO 03 SERVIÇO DE CAPTAÇÃO DE IMAGENS DA AUDITORIA DE URNAS ELETRÔNICAS POR MEIO DE VOTAÇÃO PARALELA, PARA AUDITORIA DE DUAS URNAS ELETRÔNICAS, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 25/10/2020 (DOMINGO) - 2ª TURNO DAS ELEIÇÕES 2020, SE HOUVER. PERÍODO DE 12 HORAS.

T O T A L : 6.000,00

LIA MARIA ARAUJO LOPES:260468

LIA MARIA ARAUJO LOPES
ORDENADOR

FRANCISCO PARENTES DA COSTA FILHO:16251784253

FRANCISCO P. COSTA FILHO
GESTOR FINANCEIRO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

Ano 2020 - n. 169

Porto Velho, segunda-feira, 31 de agosto de 2020

27

Nos termos da Portaria Conjunta TRE-RO n. 1/2020, que dispõe sobre a necessidade de assegurar a continuidade das atividades da Justiça Eleitoral de Rondônia e adoção de medidas preventivas ao contágio do coronavírus (COVID-19), as sessões do Pleno ocorrerão por meio de videoconferência.

As sessões de julgamento serão transmitidas, ao vivo, por meio do canal do TRE-RO no YouTube: <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/sesoes-de-julgamento/videoconferencia> e no canal do Youtube: <https://www.youtube.com/channel/UCuCWmQOp2-NaFkufHEe1A>

Nos termos das disposições contidas no § 4º do art. 937 do CPC, na Resolução CNJ n. 314, de 20 de abril de 2020, e Portaria TSE n. 265, de 24 de abril de 2020, o advogado que desejar preferência no julgamento ou tiver interesse em sustentar oralmente suas razões deverá encaminhar o pedido para o e-mail sjgi@tre-ro.jus.br, até 24 horas antes da sessão de julgamento, quando receberá as instruções para acessar o sistema de videoconferência.

1. RECURSO ELEITORAL n. 0600001-24.2019.6.22.0009

Origem: Pimenta Bueno/RO

Relator: Juiz MARCELO STIVAL

Resumo: Incorporação de Partidos Políticos - Requerimento

Recorrente: PARTIDO ECOLÓGICO NACIONAL - PEN

Advogada: Erica Cristina Claudino de Assunção - OAB/RO n. 6207

Advogado: Manoel Veríssimo Ferreira Neto - OAB/RO n. 3766

Recorrido: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

2. PRESTAÇÃO DE CONTAS n. 0601702-81.2018.6.22.0000

Origem: Porto Velho/RO

Relator: Juiz MARCELO STIVAL

Resumo: Prestação de Contas - De Candidato - Cargo - Deputado Estadual

Requerente: ERIVELTON LIMA DE SOUZA

Advogada: Cristiane Silva Pavin - OAB/RO n. 8221

Advogado: Nelson Canedo Motta - OAB/RO n. 2721

Advogado: Igor Habib Ramos Fernandes - OAB/RO n. 5193

3. PROCESSO SEI n. 0003077-28.2018.6.22.8000

Origem: Porto Velho - RO

Relator: Desembargador MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA

Resumo: Prorrogação automática do exercício da jurisdição eleitoral da Juíza Fabíola Cristina Inocêncio, titular da 20ª Zona Eleitoral, até o dia 29/01/2021.

Interessado: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Porto Velho-RO, 28 de agosto de 2020.

(a) Desembargador MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA

Presidente do TRE/RO.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

EXTRATOS DE CONTRATO

PROCESSO: SEI N. 0000722-74.2020.6.22.8000

Espécie: Extrato do Contrato n. 14/2020/TRE-RO, assinado em 27/08/2020. PREGÃO ELETRÔNICO N. 26/2020. Contratada: HR SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ n. 07.494.365/0001-69. Objeto: Contratação de serviços de filmagem, captação de imagens e sons, produção, edição e finalização de vídeos, serviço de instalação de telão LED com projeção de imagens e

Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (DJE/TRE-RO). Documento assinado digitalmente conforme MP n. 2.200-2/2001 de 24.8.2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, podendo ser acessado no endereço eletrônico <http://www.tre-ro.jus.br/>



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

Ano 2020 - n. 169

Porto Velho, segunda-feira, 31 de agosto de 2020

28

serviços de captação de imagens com sua respectiva gravação para atender demanda das Eleições Municipais e Projeto Eleitor em Perspectiva 2020. Fundamento Legal: Pregão Eletrônico supramencionado e seus Anexos; Leis 8.666/1993, 8.078/1990, 10.406/2002 e 10.520/2002, nos Decretos 3555/2000, 9507/2018 e 10.024/2019, e nas demais normas vigentes aplicáveis ao objeto do Contrato n. 14/2020/TRE-RO. Vigência: 12 (doze) meses, iniciando-se em 27/08/2020. Valor: R\$ 215.700,00. Programa de Trabalho: 02061003342690001. Elemento de Despesa: 33.90.39-59. Notas de Empenho n. 2020NE000616 a 2020NE000621, todas de 26/08/2020. Ato de Autorização da Licitação: DESPACHO Nº 671/2020-PRES/DG/GABDG, de 19/05/2020. Ato de Homologação do Pregão Eletrônico: DECISÃO Nº 11/2020-PRES/DG/GABDG, de 24/08/2020. Signatários: pelo Contratante, a Senhora LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora-Geral do TRE-RO e, pela Contratada, a Senhora DANIELLE CRISTINA DA SILVA.

EXTRATOS DE NOTA DE EMPENHO

0001223-28.2020.6.22.8000 - RECARGA DE EXTINTORES DE INCÊNDIO DIVERSOS.

Espécie: Extrato da Nota de Empenho 2020NE000560, de 21/08/2020. Contratada: ZANELLA E LAUTHARTH COMÉRCIO E MANUTENÇÃO DE EXTINTORES. CNPJ: 31.550.257/0001-40. Programa de Trabalho: 02122003320GP0011. Natureza Despesa: 33.90.30.04. Recarga de extintores de incêndio diversos. Objetos da NE: 1) Lote 02 - R\$ 2.883,00, conforme segue: 1.1) CO2-06KG. Quant: 13. Vlr. Unit: R\$ 57,00. Subtotal R\$ 741,00. 1.2) H2O 10 litros. Quant: 14. Vlr. Unit: R\$ 83,00. Subtotal R\$ 1.162,00. 1.3) PQS 06 Kg. Quant: 01. Vlr. Total: R\$ 70,00. 1.4) PQS/pó químico tipo BC, compressurização direta 12 kg. Quant: 07. Vlr. Unit: R\$ 130,00. Subtotal R\$ 910,00; 2) Lote 03 - R\$ 1.716,00, conforme segue: 2.1) BC - 06 Kg Quant: 02. Vlr. Unit: R\$ 73,00. Subtotal R\$ 146,00. 2.2) CO2 - 06 Kg. Quant: 04. Vlr. Unit: R\$ 80,00. Subtotal R\$ 320,00. 2.3) CO2 - 08 kg. Quant: 02. Vlr. Unit: R\$ 100,00. Subtotal R\$ 200,00. 2.4) com H2O - 10litros. Quant: 07. Vlr. Unit: R\$ 80,00. Subtotal R\$ 560,00. 2.5) PQS - 08 Kg. Quant: 01. Vlr. Unit: R\$ 90,00. Vlr. Total R\$ 90,00. 2.6) PQS - pó químico tipo BC, compressurização direta 12 kg. Quant: 04. Vlr. Unit: R\$ 100,00. Subtotal R\$ 400,00; 3) Lote 04 - R\$ 1.219,34, conforme segue: 3.1) CO2 - 06 Kg. Quant: 08. Vlr. Unit: R\$ 55,6913. Subtotal R\$ 445,5304. 3.2) CO2 - 10 Kg. Quant: 02. Vlr. Unit: R\$ 80,6130. Subtotal R\$ 161,2260. 3.3) H2O - 10 Litros. Quant: 09. Vlr. Unit: R\$ 35,4442. Subtotal R\$ 318,9978. 3.4) PQS - pó químico tipo BC, compressurização direta, 12 Kg. Quant: 04. Vlr. Unit: R\$ 50,5923. Subtotal R\$ 202,3692. 3.5) PQS - pó químico tipo BC, compressurização direta, 08 Kg. Quant: 01. Vlr. Unit: R\$ 40,5183. Vlr. Total R\$ 40,5183. 3.6) PQS - pó químico tipo BC, compressurização direta, 10 Kg. Quant: 01. Vlr. Unit: R\$ 50,6913. Vlr. Total R\$ 50,6913; 4) Lote 05 - R\$ 1.087,06, conforme segue: 4.1) CO2 - 06 Kg. Quant: 06. Vlr. Unit: R\$ 52,1010. Subtotal R\$ 312,6060. 4.2) H2O - 10 Litros. Quant: 10. Vlr. Unit: R\$ 36,6808. Subtotal R\$ 366,8080. 4.3) PQS - de pó químico tipo BC, com pressurização direta, 08KG. Quant: 01. Vlr. Unit: R\$ 41,9609. Vlr. Total R\$ 365,6870. 4.4) PQS - de pó químico tipo BC, com pressurização direta, 12KG. Quant: 07. Vlr. Unit: R\$ 52,24. Vlr. Total R\$ 365,69; 5) Lote 06 - R\$ 696,58, conforme segue: 5.1) CO2 - 06 Kg. Quant: 05. Vlr. Unit: R\$ 61,4452. Subtotal R\$ 307,2260. 5.2) H2O - 10 Litros. Quant: 06. Vlr. Unit: R\$ 44,1561. Subtotal R\$ 264,9366. 5.3) PQS - pó químico tipo BC, compressurização direta, 12 Kg. Quant: 02. Vlr. Unit: R\$ 62,2082. Subtotal R\$ 124,4164. Valor Total da Nota de Empenho: R\$ 7.601,98. Assinada por LIA MARIA ARAUJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO. Amparo Legal: ARP 01/2020, vinculada ao PE 05/2020/TRE-RO. Processo: SEI 0001223-28.2020.6.22.8000.

EXTRATOS DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 3

ISSN 1677-7069

Nº 167, segunda-feira, 31 de agosto de 2020

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO DIRETORIA-GERAL

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO SEI nº 2020.0.000021259-6. CONTRATO Nº 48/20. OBJETO: Confecção gráfica e impressão de cartilhas de instrução para mesários. CONTRATADA: INDÚSTRIA GRÁFICA ESCALA LTDA-EPP. CNPJ: 09.249.668/0001-41. FUND. LEGAL: Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 10.520/2002. VALOR TOTAL: R\$ 22.350,00, conforme NE nº 1010/20. VIGÊNCIA: restrita à prestação dos serviços. Elemento de despesa: 3390.30.15. Programa: Pleitos Eleitorais, do Orçamento do TRE/RJ.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 2020.0.000027809-0. OBJETO: contratação do curso "Inteligência Competitiva para Tomada de Decisões", a ser ministrado in company. CONTRATADA: 3GEN Consultoria Empresarial Ltda. CNPJ: 04.833.048/0001-31. FUND. LEGAL: Art. 25, inciso II c/c art. 13, VI, da Lei 8.666/93. VALOR R\$ 22.500,00. DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: Adriana Freitas Brandão Correia, Diretora-Geral. RATIFICAÇÃO: Desembargador CLAUDIO BRANDÃO DE OLIVEIRA, Presidente do TRE/RJ.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PROCESSO Nº 97836/2018. Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 132/2018, relativo à prestação de serviços de operador de escaner. CONTRATADA: Liderança Limpeza e Conservação Ltda. CNPJ: 00.482.840/0001-38. OBJETO: Formalização da suspensão da execução contratual de 06 postos de trabalho, pelo período de 01/06/20 a 30/07/20, e de 03 postos de trabalho, pelo período de 31/07/20 a 28/09/20, em razão da pandemia de COVID-19, com definição do pagamento dos postos suspensos, conforme tabela em anexo. FUND. LEGAL: Lei nº 8.666/93.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA DIRETORIA-GERAL

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Extrato do Contrato 14/2020/TRE-RO, de 27/08/20. Contratada: HR SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ 07.494.365/0001-69. Objeto: Contratação de serviços de filmagem, captação de imagens e sons, produção, edição e finalização de vídeos, serviço de instalação de telão LED com projeção de imagens e serviços de captação de imagens com sua respectiva gravação para atender demanda das Eleições Municipais e Projeto Eleitor em Perspectiva 2020. Fundamento: Pregão TRE-RO 26/20, Lels 8.666/1993, 8.078/1990, 10.406/2002 e 10.520/2002, nos Decretos 3555/2000, 9507/2018 e 10.024/2019, e nas demais normas vigentes aplicáveis ao objeto do Contrato n. 14/2020/TRE-RO. Vigência: 12 meses, a contar de 27/08/20. Valor Total estimado: R\$ 215.700,00, Programa de Trabalho: 02061003342690001. Elemento de Despesa: 33.90.39-59. Empenho 2020NE000616 a 2020NE000621, de 26/08/2020. Homologação: Decisão 11/DG/CABOG, de 24/08/20. Signatários: JIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO e, pela Contratada, DANIELLE CRISTINA DA SILVA. Processo 0000722-74.2020.6.22.8000.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

COORDENADORIA DE MATERIAL DE PATRIMÔNIO SEÇÃO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 18/2020

Não havendo proposta aceitável, o único item foi cancelado na aceitação e o certame restou fracionado.

ANDERCLEIDON REIS
Pregoeiro

(SIDEAC - 28/08/2020) 070024-00001-2020NE000001

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

AVISO DE PENALIDADE

A Presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina resolve aplicar à empresa Dri Assessoria Eventos e Serviços EIRELI, CNPJ nº 27.343.092/0001-14, as penalidades de impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF (Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores), com base no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e no subitem 12.2, "b", do Edital do Pregão nº 044/2020, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar desta publicação. As penalidades são resultado da apuração de irregularidades ocorridas no referido Pregão, mediante o PAE nº 25.997/2020.

Florianópolis, 27 de agosto de 2020.
Des. JAINE RAMOS
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

15º TERMO ADITIVO. Processo: SEI 0054644-24.2017.6.26.8000 - DJF 38/2017 - CONTRATADA: LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA. - OBJETO: consignar a repactuação de preços do posto de jardineiro, concedida a partir de 1º de março de 2020. Em consequência, reproduziu-se o caput da cláusula V, acrescentando-se o inciso XI na cláusula VI e alterou-se o parágrafo 2º da cláusula VI - DATA DE ASSINATURA: 25/08/2020 - SIGNATÁRIOS: Senhor Alessandro Dintof, Secretário de Administração de Material do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, e o Senhor Willian Lopes de Aguiar, pela contratada.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2020

O Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins torna público o resultado do Pregão Eletrônico nº 45/2020, Processo Administrativo Eletrônico nº 0004203-75.2018.8.27.8000. Objeto: Aquisição de licenças de software (CorelDRAW Graphics Suite). Adjudicatária: ABR INFORMATICA PECAS E SERVICOS EIRELI, CNPJ: 27.218.328/0001-35, com valor unitário negociado de R\$ 3.448,00 (três mil, quatrocentos e quarenta e nove reais).

Palmas-TO, 28 de agosto de 2020.
CARLOS HENRIQUE DRUMOND SOARES MARTINS
Secretário de Administração e Orçamento

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2020

O Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins torna público o resultado do Pregão Presencial nº 01/2020, Processo Administrativo Eletrônico nº 0003646-20.2020.6.27.8000. Objeto: Concessão administrativa de uso de área física para exploração dos serviços de lanchonete nas dependências da sede do Tribunal. Adjudicatária: 1) LANCHES E COMPANHIA LTDA, CNPJ nº 06.926.204/0001-34, no valor mensal de R\$ 780,00 (setecentos e oitenta reais) e valor anual de R\$ 9.360,00 (nove mil, trezentos e sessenta reais).

Palmas-TO, 28 de agosto de 2020.
CARLOS HENRIQUE DRUMOND SOARES MARTINS
Secretário de Administração e Orçamento

AVISO DE ALTERAÇÃO PREGÃO Nº 59/2020

Comunicamos que o edital da Licitação supracitada, publicada no D.O.U de 25/08/2020 foi alterado. Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de álcool gel e de máscaras de proteção respiratória, por meio de registro de preços, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I), parte integrante do Edital. Total de Itens Licitados: 00004 Novo Edital: 31/08/2020 das 08h00 às 17h59. Endereço: Av. Teotônio Segurado, 202 Norte, Conjunto 01 Lotes 01/02 Plano Diretor Norte - PALMAS - TO. Entrega das Propostas: a partir de 31/08/2020 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 04/09/2020, às 15h00 no site www.comprasnet.gov.br.

JOSE DE OLIVEIRA CASTRO JUNIOR
Pela Seção de Licitações

(SIDEAC - 28/08/2020) 070027-00001-2020NE000287

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

EDITAL Nº 25, DE 28 DE AGOSTO DE 2020 - TJDF XXI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL

A Primeira Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e Presidente da Comissão do XXI Concurso Público para provimento de cargos de Juiz de Direito Substituto da Justiça do Distrito Federal, Desembargadora ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO, em razão do trânsito em julgado da decisão proferida nos autos do Recurso Extraordinário n. 1156211 relativo ao Mandado de Segurança n. 0021083-81.2015.8.07.0000, que teve andamento no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, torna pública a exclusão da candidata Bruna de Abreu Farber, inscrita nº n. 10001696, da condição sub júdice, divulgada por meio dos subitens 1.1.1 e 2.1.1 do Edital n. 22 - TJDF, de 31 de agosto de 2015. Torna pública, ainda, a inclusão da referida candidata no resultado final na avaliação de títulos, divulgado por meio do subitem 1.1.1 do Edital n. 22 - TJDF, de 31 de agosto de 2015, bem como no resultado final do concurso público, divulgado por meio do subitem 2.1, do referido edital.

1 DO RESULTADO FINAL NA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS
1.1 Resultado final na avaliação de títulos, na seguinte ordem: número de Inscrição, nome do candidato em ordem alfabética e nota final na avaliação de títulos.
[...] 10001696, Bruna de Abreu Farber, 1,25.
2 DO RESULTADO FINAL NO CONCURSO
2.1 Resultado final no concurso público, na seguinte ordem: número de Inscrição, nome do candidato em ordem de classificação, nota e classificação final no concurso público.
[...] 10001696, Bruna de Abreu Farber, 6,010, 35.

DES. ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO
Primeira Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Presidente da Comissão do XXI Concurso para provimento de cargos de Juiz de Direito Substituto

SECRETARIA DE RECURSOS MATERIAIS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

a)Espécie: Termo Aditivo 01 ao contrato de prestação de serviços 058/2020, firmado entre a UNIÃO, por intermédio do TJDF, e a empresa ADVIS SISTEMAS DE INFORMATICA S.A. (ALLURA). b)Objeto: acrescer o valor e alterar a redação da cláusula primeira do contrato inicial. c)Fundamento Legal: Cláusula 11ª e 18ª do contrato inicial c/c art. 65, Inc. I, alínea "b", Inc. II e 91ª, ambos da Lei 8.666/1993. d)Vigência e Eficácia: a partir da data de sua publicação no D.O.U. e)Valor ajustado: R\$ 51.300,00. f)Data da assinatura: 28/08/2020. g) PA: 0005962/2020.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

08º Termo Aditivo ao Contrato 023/2012, Proad 22156/2019. Partes: TRT-2ª Região e Braspar Comercial e Incorporadora Ltda e Alina Administradora de Imóveis Próprios Ltda. Objeto: Mantém o valor do aluguel mensal durante o período de 10/08/2020 a 09/08/2021. Assinam em 06/08/2020, pelo TRT-2ª Região: Rilmá Aparecida Hemetério, Desembargadora Presidente e, pelas empresas: Octavio Bessera da Silva, Valdemar Apregio da Silva, Elieima Carvalho de Macedo Silva e Jostval Soares da Silva, locadores.

08º Termo Aditivo ao Contrato 069/2008, Proad 33694/2018. Partes: TRT-2ª Região e Eliane Pires de Moraes. Objeto: Mantém o valor do aluguel mensal durante o período de 01/09/2020 a 07/08/2021. Assinam em 25/08/2020, pelo TRT-2ª Região: Rilmá Aparecida Hemetério, Desembargadora Presidente e, Barbara Moraes Campos Fernandes, Curadora.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

DIRETORIA-GERAL DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE 16/2020

O TRT da 3ª Região torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº PE 16/2020 cujo objeto é Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de consumo médico-hospitalar e odontológicos e de equipamentos de proteção individual (EPI), nos termos do Edital e seus anexos. Abertura das propostas em 15 de setembro de 2020 às 13:00 horas e sessão de lances a partir das 13:30 horas do mesmo dia. A sessão pública será realizada no site www.licitacoes.com.br. Obtenção do edital no citado site ou em www.trt3.jus.br. Informações adicionais: selc@trt3.jus.br.

Belo Horizonte, 28 de agosto de 2020.
ANTÔNIO COSTA DA SILVA
Secretário de Licitações e Contratos



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<http://www.tr3.jus.br/sustentabilidade.html>, pelo código 0530200080100147

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

